

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ÉRICA NAYARA SANTANA DO NASCIMENTO

**TURISMO PEDAGÓGICO COMO PRÁTICA EDUCATIVA:
REFLEXÕES A PARTIR DO CENTRO HISTÓRICO DE
CÁCERES/MT**

**CÁCERES/MT
2017**

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

ÉRICA NAYARA SANTANA DO NASCIMENTO

**TURISMO PEDAGÓGICO COMO PRÁTICA EDUCATIVA:
REFLEXÕES A PARTIR DO CENTRO HISTÓRICO DE
CÁCERES/MT**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Geografia para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Pinheiro Viegas

**CÁCERES/MT
2017**

FICHA CATALOGRÁFICA

Nascimento, Érica Nayara Santana do

Turismo pedagógico como prática educativa: reflexões a partir do Centro Histórico de Cáceres-MT./Érica Nayara Santana do Nascimento. Cáceres/MT: UNEMAT, 2017.

140f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Mato Grosso. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2017.

Orientadora: Luciana Pinheiro Viegas

1. Turismo pedagógico. 2. Espaço – vivencia - turismo. 3. Turismo – educação. 4. Ensino e turismo – Cáceres/MT. I. Título.

CDU: 379.85:910(817.2)

ÉRICA NAYARA SANTANA DO NASCIMENTO

TURISMO PEDAGÓGICO COMO PRÁTICA EDUCATIVA: REFLEXÕES A PARTIR DO CENTRO
HISTÓRICO DE CÁCERES/MT

Essa Dissertação foi julgada e aprovada como partes dos requisitos para obtenção do
título de Mestre em Geografia.

Cáceres, 18 de setembro de 2017.

Banca examinadora



Prof^a. Dr^a. Luciana Pinheiro Viegas
Orientadora

Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)



Prof^a. Dr^a. Gislaine Crepaldi Silva
Avaliadora Externa

Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT)



Prof^a. Dr^a. Judite de Azevedo do Carmo
Avaliadora Interna

Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat)

CÁCERES
MATO GROSSO, BRASIL
2017

“Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. [...] Pesquiso para conhecer o que ainda não conheço e anunciar a novidade” (FREIRE, 1996, p. 32).

DIDICATÓRIA

À minha mãe, Marlene Inácia de Santana do Nascimento, exemplo de mulher guerreira, que esteve ao meu lado em todos os momentos, acreditando na minha capacidade.

AGRADECIMENTOS

Diversas colaborações foram importantes na realização deste trabalho.

A Deus que através de sua luz divina clareou minha mente para que eu pudesse desenvolver este trabalho.

À minha linda família, em especial à minha mãe Marlene Inácia de Santana Nascimento, e ao meu pai Matuzinho Pereira do Nascimento, pelo apoio incondicional.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGGEO), da Universidade do Estado de Mato Grosso, pela oportunidade de realizar o curso de Mestrado.

Aos professores do PPGGEO, especialmente, José Carlos, Evaldo Ferreira, Célia Alves, Alfredo Zenén, que através das disciplinas lecionadas e das conversas, deram importantes contribuições para a realização desta dissertação.

À Prof. Janaína Xavier e à Prof. Laura Justiniano, que abriram as portas das suas salas de aula, juntamente com seus maravilhosos alunos, que participaram da pesquisa.

À Prof. Dr. Tânia Paula Silva que passou pela minha vida acadêmica e que hoje a tenho como referência, agradeço imensamente pelos ensinamentos e conselhos desde a graduação e durante o mestrado.

À Prof. Dr. Judite Azevedo do Carmo e à Prof. Dr. Gislaine Crepaldi Silva, por aceitarem prontamente o convite de participação como membros da banca examinadora, obrigada pelas importantes contribuições que deram ao meu trabalho.

À Prof. Dr. Luciana Pinheiro Viegas, minha orientadora, pela disponibilidade em ajudar, discutir, explicar e indicar os melhores caminhos, pela confiança depositada em mim e pelo grande incentivo em todos os momentos da pesquisa.

E a todos que contribuíram direta e indiretamente, teço meus agradecimentos.

SUMÁRIO

	Pag.
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	VIII
LISTA DE QUADROS	IX
LISTA DE FIGURAS	X
RESUMO	XI
ABSTRACT	XII
INTRODUÇÃO	13
1 DISCUSSÃO TEÓRICA: DIÁLOGOS CONCEITUAIS	16
1.1 ESPAÇO, LUGAR E PAISAGEM: CATEGORIAS DE BASE GEOGRÁFICA	17
1.2 TURISMO: DEFINIÇÕES E SEGMENTOS	23
1.2.1 O Turismo Numa Abordagem Geográfica	26
1.2.2 Espaço Urbano e Espaço Turístico	34
1.3 O ADVENTO DO TURISMO PEDAGÓGICO	44
1.3.1 O Sentido do Turismo Pedagógico no Espaço Escolar	48
1.3.2 Educação Turística	53
1.4 MAPA MENTAL: LEITURA DO ESPAÇO VIVIDO	56
2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CÁCERES/MT	61
2.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS DE CÁCERES/MT	61
2.2 ASPECTOS DE FORMAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES/MT	63
2.2.1 Elementos Patrimoniais Integrantes da Pesquisa	68
2.2.1.1 Praça Barão do Rio Branco	68
2.2.1.2 Marco do Jauru	70
2.2.1.3 Catedral	73
2.2.1.4 Antiga Câmara Municipal	74
2.2.1.5 Anjo da Ventura	76
2.2.1.6 Antigos Casarões e Ruas	79
3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	80
4 RESULTADOS DA PESQUISA	83
4.1 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO DO ROTEIRO TURÍSTICO-PEDAGÓGICO	83
4.2 ANÁLISES DOS FORMULÁRIOS	86
4.3 ANÁLISES DOS MAPAS MENTAIS	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
APÊNDICES	

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EEEM	Escola Estadual Esperidião Marques
EEUF	Escola Estadual União e Força
GEEM	Grupo Escolar Esperidião Marques
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC	Ministério da Educação
MPF	Ministério Público Federal
OMT	Organização Mundial do Turismo Ministério da Educação
PCNs	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNT	Plano Nacional do Turismo
PPG GEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
SICRED	Sistema de Crédito Cooperativo
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE QUADROS

Quadro 01	Histórico de trabalhos geográficos na perspectiva do turismo, fora do Brasil, entre os anos de 1905 a 1960	27
Quadro 02	Pontos focais urbanos	42
Quadro 03	Diferenças conceituais e metodológicas	47
Quadro 04	Nomeação antiga e atual	65
Quadro 05	A valorização do centro histórico por meio do roteiro turístico-pedagógico	87
Quadro 06	Capacidade turística de Cáceres	88
Quadro 07	Verdadeiro ou Falso	89

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Esquema dos elementos integrantes do espaço turístico	22
Figura 02	Mapa de Localização do Município de Cáceres/MT	62
Figura 03	Mapa do centro histórico de Cáceres/MT	64
Figura 04	Mapa do Tombamento Estadual – Portaria N°027/2002	66
Figura 05	Mapa do perímetro tombado em nível federal em 2009	67
Figura 06	Praça Barão do Rio Branco	69
Figura 07	Retrato do Marco do Jauru em 11-09-1827, n a foz do Rio Jauru	71
Figura 08	Marco do Jauru assentado na Praça Barão do Rio Branco	72
Figura 09	Catedral de São Luis de Cáceres	74
Figura 10	Escultura do Anjo Da Ventura	77
Figura 11	Casa Rosa	79

RESUMO

O turismo como um elemento da contemporaneidade, está cada vez mais conquistando espaço na sociedade, demonstrando total interesse não somente pela esfera econômica, como também pelo âmbito socioespacial. Nesse contexto, o turismo pedagógico como segmento educativo do saber turístico, serve às escolas, no intuito de entender o olhar que o aluno possui, perante o seu espaço de vivência. Desse modo, o ensino construído e reconstruído a partir dos saberes científicos desenvolvidos em sala de aula, atrelado aos conhecimentos da vivência cotidiana, promove a leitura do mundo e instiga o aluno a ser mais crítico em relação a sua realidade. Assim, a presente dissertação foi elaborada com a finalidade de obter respostas, sobre a eficácia relativa ao turismo pedagógico apontada na pesquisa, e através dele estimular a valorização e a preservação do centro histórico da cidade. Delimitou-se como recorte espacial para investigação, o centro histórico da cidade de Cáceres, juntamente com seus elementos patrimoniais, destacando o antigo prédio da Câmara Municipal, a escultura do Anjo da Ventura, o Marco do Jauru, a Praça Barão do Rio Branco, a igreja católica matriz Catedral, e a Casa Rosa. O objetivo desta pesquisa consiste em analisar a relação entre ensino e turismo na cidade de Cáceres/MT, ampliando o olhar dos alunos sobre seu espaço de vivência, para além da sala de aula, por meio do turismo pedagógico que interliga teoria e prática, oportunizando-os a conhecerem e explorarem o seu espaço de vivência. Trata-se de um estudo de caso, realizado no 7º ano do Ensino Fundamental de duas escolas inseridas no centro histórico da cidade, sendo essas, a Escola Estadual “Esperidião Marques” e Escola Estadual “União e Força”. Para tanto, utilizou-se a abordagem metodológica da pesquisa-ação, com ênfase no levantamento bibliográfico e documental, contendo também, aplicação de formulário aos alunos, aula a campo que seguiram um roteiro turístico-pedagógico e posteriormente, a elaboração de mapas mentais. Os resultados alcançados permitiram compreender que o turismo pedagógico tem a capacidade de contribuir para a construção de um olhar mais prudente, voltado para as transformações do espaço em que vivemos, bem como, verificar como o aluno interpreta o seu lugar de vivência. Por fim, o turismo pedagógico vem capacitar o aluno para a leitura e compreensão da sociedade na qual está inserido, contribuindo para valorização da historicidade e da cultura local, vinculando a teoria da sala de aula à prática educacional.

Palavras-chave: Turismo pedagógico, espaço, educação.

ABSTRACT

Tourism as an element of contemporaneity, is increasingly gaining space in society, showing full interest not only in the economic sphere, but also in the socio-spatial scope. In this context, pedagogical tourism as an educational segment of tourist knowledge, serves the schools, in order to understand the student's view of the space they live in. In this way, the teaching constructed and reconstructed from the scientific knowledge developed in the classroom, linked to the knowledge of daily living, promotes the reading of the world and instigates the student to be more critical in relation to their reality. Thus, this dissertation was elaborated with the purpose of obtaining answers on the efficacy related to the pedagogical tourism pointed out in the research, and through it stimulate the valorization and preservation of the historical center of the city. The historical center of the city of Cáceres, along with its patrimonial elements, was highlighted as a space for investigation, highlighting the old building of the City Hall, the sculpture of the Angel of Ventura, the landmark of Jauru, the Plaza Barão of Rio Branco, the Catholic Church Mother Cathedral, and the Casa Rosa. The objective of this research is to analyze the relationship between teaching and tourism in the city of Cáceres / MT, expanding the students' view of their living space, beyond the classroom, through pedagogical tourism that interconnects theory and practice, them to know and explore their living space. This is a case study, carried out in the 7th year of elementary school of two schools located in the historical center of the city, being these the State School "Esperidião Marques" and State School "União e Força". For that, the methodological approach of action research was used, with emphasis on the bibliographical and documentary survey, containing also, application of form to the students, class to field that followed a tourist-pedagogical route and later, the elaboration of mental maps. The results obtained allowed us to understand that pedagogical tourism has the capacity to contribute to the construction of a more prudent look, aimed at the transformations of the space in which we live, as well as to verify how the student interprets his place of living. Finally, pedagogical tourism will enable the student to read and understand the society in which he / she is inserted, contributing to the valorization of local historicity and culture, linking the theory of the classroom to the educational practice.

Keywords: Pedagogical tourism, space, education.

INTRODUÇÃO

O turismo vem marcando a sociedade contemporânea, como um fenômeno socioespacial de caráter humanístico, que perpassa diversas áreas do conhecimento, principalmente, a Geografia, através da produção e consumo do espaço pela atividade turística, ou seja, o turismo como um campo de investigação da ciência geográfica. Percebe-se uma grande preocupação da Geografia, nos últimos 50 anos, em se aprofundar nos temas mais atuais nas diversas linhas do pensamento geográfico, conseqüentemente, tem-se aumentado o número de pesquisadores dispostos a estudar o turismo numa abordagem geográfica, de modo a auxiliar nos debates relacionados a esse fenômeno social que ganhou relevância nos últimos tempos, no âmbito não só social como também, cultural, político, econômico, entre outros. Nesse contexto de plena mudança, a ciência geográfica, que antes tinha somente a função de trazer informações sobre povos, nações e diferentes locais do mundo, hoje se amplia e enfrenta novos desafios para contribuir no entendimento do espaço (MORAES, 2008).

A partir da contextualização apresentada, percebemos o quanto a atividade turística é dinâmica e possui o espaço como objeto de consumo, atuando na sua produção e reprodução, de forma que induz a reconfiguração social, cultural e espacial. Partindo do sentido socioespacial, discutiremos o turismo pedagógico enquanto prática educativa desenvolvida no banco escolar, e carregada de estratégias de aprendizagem que refletem o contexto de vivência do educando.

Trata-se de uma conversão do olhar do residente para um “olhar de turista”, no sentido do deleite e da valorização do local, e de posterior reconversão que crie limites entre o fantástico e o real, possibilitando uma postura dialética diante do contexto e do ambiente visitado (HORA; CAVALCANTI, 2003, p. 208).

Para tanto, a motivação para a realização deste estudo surgiu a partir da vivência da pesquisadora e nos questionamentos perante a importância que os educandos dão para algo que está ao redor deles, no seu dia-a-dia, e que faz parte do próprio cotidiano e qual estratégia o professor, em específico de Geografia, poderia usar em suas aulas, para

despertar nos estudantes, o sentimento de valorização e pertença sobre o seu lugar de vivência.

Nesse caso, o turismo ao ser adotado como um instrumento de educação, pode contribuir à Geografia escolar, ao dar sustentação para que o aluno seja um agente sócio-transformador e conhecedor do seu espaço de vivência e da sua cidade.

A cidade de Cáceres possui um conjunto arquitetônico colonial, com influência da coroa portuguesa, instituído como sítio tombado pelo Instituto Patrimonial Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Deste modo, os elementos patrimoniais inseridos no centro histórico da cidade é a delimitação geográfica desta pesquisa e diversas são as razões que justificam a escolha desse recorte espacial para a pesquisa: por ser um espaço marcado de significações, história, cultura e transformações; por ser um importante atrativo turístico para a cidade; pelos elementos patrimoniais da pesquisa já terem passado por processo de revitalização; e por fim, apreender a percepção dos alunos que estudam no centro histórico da cidade e convivem com os elementos patrimoniais desse espaço, diariamente.

Diante desta contextualização, objetiva-se com este estudo, analisar a relação entre ensino e turismo na cidade de Cáceres/MT, ampliando o olhar dos alunos sobre seu espaço de vivência, para além da sala de aula, por meio do turismo pedagógico que interliga teoria e prática, oportunizando-os a conhecerem e explorarem o seu espaço de vivência.

A problemática encontra-se em discutir sobre a eficácia relativa ao turismo pedagógico apontada na pesquisa, e através dele estimular a valorização e a preservação a respeito do centro histórico da cidade, pois, nos questionamos sobre a ausência de conhecimento crítico dos alunos, perante a leitura histórica e cultural do espaço em que vivem, e se essa carência influenciará na compreensão da sociedade na qual se encontram inseridos.

Dessa forma, o presente estudo encontra-se organizado em quatro capítulos que dão sustentação à pesquisa. No primeiro capítulo são apresentados conceitos teóricos que embasam a discussão, sob a luz de autores que oferecem uma revisão teórico-metodológica competente ao tema da pesquisa. Este capítulo aborda também, a oportunidade do geógrafo em trabalhar com o turismo, numa perspectiva humana, portanto, podemos descobrir na educação, esse fio que tece a produção do conhecimento

geográfico na ótica do turismo. Nesta etapa, encontram-se, questionamentos e perspectivas adotadas para um ensino crítico da Geografia, que torne os alunos como agentes do espaço, e em seguida, discutimos também os conceitos teóricos que elucidam o turismo pedagógico.

O segundo capítulo caracteriza-se por abordar um breve histórico referente ao espaço do centro histórico de Cáceres/MT, bem como, retrata os elementos patrimoniais integrantes da pesquisa e visitados através do roteiro turístico-pedagógico, que compõem o núcleo central da cidade. Nesta perspectiva, concordamos com Lickorish e Lenkins (2000, p. 20) ao afirmarem que “a história é instrutiva em um estudo do turismo, não apenas porque talvez haja lições para aprender, mas também porque as sementes do crescimento futuro são encontradas no passado”. Neste caso, nos subsidiamos a diálogos formais e informais, notícias jornalísticas, documentos oficiais disponíveis em diversos órgãos, tais como: Prefeitura de Cáceres/MT, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Museu Municipal, dados e informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre outros, visando compreender o processo de formação da cidade e a influência do turismo no desenvolvimento local.

O terceiro capítulo discorre sobre os caminhos metodológicos adotados para o decorrer da pesquisa. Caracteriza-se por um Estudo de Caso, por registrar dados de um caso particular, onde a unidade-caso corresponde ao centro histórico da cidade de Cáceres, situada no Centro-Sul do Estado de Mato Grosso e na Microrregião do Alto Pantanal.

As coletas de dados através da aplicação dos formulários aos alunos e a elaboração dos mapas mentais, ocorreram em dezembro de 2016. Tal busca teve como *locus* investigativo a “Escola Estadual União e Força” e a “Escola Estadual Esperidião Marques”, situadas no centro histórico da cidade de Cáceres. Solicitamos aos estudantes do 7º ano do Ensino Fundamental de ambas as escolas, a elaborar individualmente uma representação na perspectiva de mapa mental do centro histórico da cidade, que por sua vez, se trata de um espaço de vivência dos alunos, visto que, as escolas integrantes da pesquisa estão inseridas no perímetro do centro histórico e no contexto turístico da localidade.

O quarto e último capítulo deste estudo, diz respeito às análises e resultados obtidos a partir do desenvolvimento da pesquisa. Nesta parte, analisamos as respostas do

formulário aplicado aos alunos, no intuito de verificar a eficácia do turismo pedagógico, que por sua vez, configura-se como uma proposta ainda pouco difundida, no entanto, reveladora de um trabalho didático que abstrai o conhecimento crítico dos alunos sobre o seu cotidiano, fortalecendo o sentimento de pertencimento local. Partindo da metodologia proposta por Kozel (2007), utilizada para a decodificação dos mapas mentais, buscamos apreender também o nível de detalhamento dos mapas mentais elaborado por cada aluno, identificando assim, o grau de relação dos alunos com o espaço vivido, através da forma como os elementos estão dispostos em cada mapa.

A ideia de trabalhar com a elaboração de mapas mentais, partiu da importância em apreender a percepção e as significações que os alunos têm do seu espaço de vivência, por meio de suas próprias representações, a fim de entender os diferentes olhares dos indivíduos perante o centro histórico da cidade em que vivem.

Por fim, nas considerações finais, debatemos sobre as questões relacionadas ao tema, com propostas de contribuições a outros trabalhos que poderão ser realizados contemplando a discussão sobre o turismo pedagógico como prática educativa, em específico no ensino de Geografia.

1 DISCUSSÃO TEÓRICA: DIÁLOGOS CONCEITUAIS

Neste capítulo discutiremos sobre espaço, lugar e paisagem como conceitos predominantes na Geografia referentes à espacialidade humana, portanto, será apresentada a seguir, uma revisão teórico-metodológica, sob a luz de autores que contribuem para o universo desta pesquisa.

Trataremos também, a respeito da produção de espaços urbanos e espaços turísticos, quem são os agentes modeladores desses espaços e quais as estratégias e práticas tais agentes desempenham na cidade. E dessa forma, perceberemos o quanto a Geografia se preocupa e contribui de forma significativa para as discussões do turismo enquanto prática socioespacial.

1.1 ESPAÇO, LUGAR E PAISAGEM: CATEGORIAS DE BASE GEOGRÁFICA

A compreensão do espaço geográfico será trabalhada sempre que se estudar a paisagem, o território e o lugar. (...) um caminho importante para compreender a espacialidade dos fenômenos (ampliando a noção de espaço), para entender a função social da linguagem gráfica, bem como os processos histórico-sociais de sua construção (BRASIL, 1998, p. 140).

Ao longo do processo de construção do conhecimento geográfico, foram surgindo linhas metodológicas que evidenciavam diferentes formas de refletir sobre os fenômenos socioespaciais (ROCHA, 2007). Nesse contexto, se desenvolve a Geografia Humanística, como uma linha do pensamento geográfico que busca a compreensão das relações do indivíduo com o seu espaço. Ainda para o autor:

A Geografia Humanística é definida por bases teóricas nas quais são ressaltadas e valorizadas as experiências, os sentimentos, a intuição, a intersubjetividade e a compreensão das pessoas sobre o meio ambiente que habitam, buscando compreender e valorizar esses aspectos (ROCHA, 2007, p. 21).

De acordo com Amorim (2009), a Geografia Humanística começa a ser mais fundamentada em 1950, e sistematizada em 1960 a 1970, a partir de trabalhos desenvolvidos na perspectiva da relação indivíduo e o seu mundo cotidiano. Nas palavras de Holzer (2000, p.112), essa linha de pensamento traz consigo “uma aproximação entre memória, história e espacialidade”, ou seja, a valorização dos sentimentos, das relações sociais, e das experiências adquiridas no seu espaço de vivência.

Durante a consolidação da Geografia Humanística, buscou-se em seus estudos um aporte conceitual baseado na fenomenologia, procurando entender os fenômenos geográficos, observando as atitudes que cada indivíduo expressa nas suas relações com o meio em que vive. Conforme Christofolletti (1985), a Geografia Humanística, embasada na fenomenologia, busca compreender o comportamento do indivíduo ou do grupo, através do sentido que as pessoas têm em relação os seus lugares.

A respeito da fenomenologia, Moreira (2002) afirma que:

O termo fenomenologia deriva de duas outras palavras de raiz grega: phainomenun (aquilo que se mostra a partir de si mesmo) e logos (ciência ou estudo). Portanto, etimologicamente, fenomenologia é o estudo ou a ciência do fenômeno, sendo que por fenômeno, em seu sentido mais genérico, entende-se

tudo o que aparece, que se manifesta ou revela por si mesmo (MOREIRA, 2002, p. 63).

Ainda sobre o método de investigação, Moreira (2002, p.60) complementa: “Sempre que se queira dar destaque à experiência de vida das pessoas, o método de pesquisa fenomenológico pode ser adequado”. Para tanto, a abordagem fenomenológica se mostra muito adequada para pesquisas no âmbito do turismo, pois, se trata excepcionalmente da experiência do indivíduo com o seu meio. Nesse sentido, esta pesquisa recorreu a fenomenologia, na possibilidade de compreender a percepção dos alunos em relação a historicidade local, visando o turismo pedagógico.

Diante da importância dessa corrente, o espaço, o lugar e a paisagem, são conceitos chave da Geografia Humanística, sendo muito discutido na obra “Topofilia” de Yi-Fu Tuan. Para o autor, o termo Topofilia pode ser acentuado como o elo entre a pessoa e o lugar, relacionado com a experiência pessoal vivida (TUAN, 1980). Considerando a percepção e os valores do ser humano com o seu meio de vivência, transformando um espaço indiferenciado em lugar, à medida que agregamos valores, explorando-o e conhecendo-o melhor.

A Geografia Humanística procura um entendimento do mundo humano através do estudo das relações das pessoas com a natureza, do seu comportamento geográfico, bem como dos seus sentimentos e idéias a respeito do espaço e do lugar (TUAN, 1982, p. 143).

Os lugares com os quais estabelecemos vínculos e relações pessoais ou profissionais, como a escola, a nossa casa, nosso trabalho ou o prédio onde moramos, adquirem um significado particular para nós. Por serem lugares familiares, são chamados de espaço vivido.

Nessa linha de análise, considera-se que cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender, de avaliar o espaço em que vive, de dar “usos” diferenciados ao espaço, transformando-o em lugar. Isso está, de certa forma, relacionado com as condições de vida, cultura e ideologia de cada grupo ou indivíduo (AMORIM, 2009, p. 41).

A Geografia Cultural, na vertente humanística, tem como principal expoente Paul Claval, para o autor (2001), desde 1976 essa nova corrente se propõe pensar o sentido dos lugares decorrente da importância do vivido, aprofundado nas realidades culturais. No

Brasil, a Geografia Cultural tem destaque nos estudos dos geógrafos Roberto Lobato Corrêa e Zeny Rozendahl, visto que, há tempos estão debruçando esforços significativos para a divulgação e o desenvolvimento de uma geografia cultural no país (COSTA, 2010).

Para Claval (2007, p. 187), “a cultura fornece aos homens os meios de se orientar, de recortar o espaço e de explorar o meio”. A partir dessas palavras, percebemos que o homem expressa no espaço os seus aprendizados culturais, como também, as suas relações com o meio. A Geografia Cultural permite uma análise humanística dos conceitos de espaço, lugar e paisagem, evidenciados nitidamente na Geografia e no turismo, bem como no turismo pedagógico. Portanto, o turismo usa os elementos conceituais da Geografia, como produtos atrativos para a concretização da atividade turística.

Há milhares de anos, o ser humano vem transformando a natureza de modo a atender às suas necessidades, (re) organizando o seu espaço, assim, o resultado desse trabalho foi modificando os diversos tipos de paisagem composta na superfície terrestre. Portanto, os geógrafos se interessam pela paisagem, desde que a Geografia se constitui como ciência, “[...] a Geografia lê o mundo através da paisagem. A paisagem é o nosso primeiro contato com o mundo circundante” (VALE; MAGNONI, 2012, p. 205). Nesse sentido, o conceito de paisagem está referido à paisagem natural e paisagem humanizada, contendo múltiplos espaços.

Na visão do geógrafo brasileiro Milton Santos (1988, p. 40), “[...] paisagem não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons, etc.”. Assim, podemos elucidar que a paisagem vai muito além, mais do que o visível, ela envolve os sentidos humanos para a sua percepção e se revela nas relações obtidas entre o homem e o espaço.

Segundo Claval (2001), a paisagem é moldada de acordo com as técnicas e as características culturais dos diversos grupos humanos. Sendo assim, quando a paisagem estiver sendo embasada em estudos da Geografia Cultural, poderá ser conferida através das transformações que o homem realiza sobre o meio natural usando as técnicas disponíveis, moldando o espaço conforme as características culturais dos grupos humanos. Como revela na observação de Troll (1997, p. 02), “[...] todas as paisagens refletem também transformações temporais e conservam testemunhos de tempos passados”.

Ultimamente, o conceito de paisagem vem sendo muito discutido, por ser de suma importância para a ciência geográfica e para questões que envolvem o meio ambiente, buscando compreender as relações entre o homem e o seu entorno. Neste espaço de debates, também é primordial, trazer os conceitos de paisagem da atividade turística, para a discussão dentro da sala de aula, como elemento interessante do ensino de Geografia.

A paisagem é um dos principais atrativos turísticos que revela o patrimônio histórico e natural dos lugares. A análise das suas transformações permite ao aluno compreender a dinâmica espacial do Turismo e comparar com outros lugares conhecidos. Nessa atividade, é fundamental que os alunos identifiquem as diferenças do conceito de paisagem para o Turismo e para a Geografia, já que nesta ciência, a paisagem não se restringe as formas belas, exóticas e paradisíacas do espaço (LOBATO, 2012 p. 36).

A paisagem figura-se como um agente essencial à consolidação do turismo e suas atratividades, e possui grande influência na motivação e escolha do destino turístico. Para o turismo, a paisagem é compreendida como sendo a “matéria-prima do turismo” (XAVIER, 2007, p.36). Sendo na paisagem que os agentes do turismo agregam valores econômicos, sociais, culturais, simbólicos e afetivos.

Como aborda Vieira (2012):

As belezas e os cenários exóticos divulgados pela publicidade turística e carregados de conteúdo simbólico, permeiam o imaginário humano, induzem o desejo pela viagem e posteriormente criam a motivação necessária para que o deslocamento do turista ocorra (VIEIRA, 2012, p. 10).

Logo, o conceito de lugar, no campo da Geografia Humanística, surge no âmbito da sua consolidação, no início da década de 1970 (BARBOSA, 2014). Sua linha de pensamento vincula-se a localização e fragmentos do espaço, caracterizada principalmente pelas relações de afetividade desenvolvidas pelos indivíduos no seu espaço vivido, que são carregadas de elementos simbólicos. Nessa perspectiva da Geografia Humanística, Cavalcanti (1998) retrata o lugar como o principal conceito humanístico, partindo sempre do próprio espaço vivido, onde a vida se realiza, um espaço carregado de afetividade e significado.

Ainda para a autora, o lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquele que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas (CAVALCANTI, 1998). Ou

seja, uma determinada área ou ponto do espaço, onde se cria vínculos afetivos, decorrentes da importância que o lugar tem para o indivíduo. Seu conceito também se liga ao espaço afetivo, aquele local em que uma determinada pessoa possui certa familiaridade ou intimidade, como uma rua, uma praça ou a própria casa (HAESBAERT, 2012).

Carlos (1997) complementa destacando:

[...] o lugar aparece como um fragmento do espaço onde se pode apreender o mundo moderno. Uma vez que o mundial não abale o local. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresenta como o ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento (CARLOS, 1997, p. 303).

Na perspectiva de Xavier (2007), esse fragmento do espaço designado a lugar, traz recordações positivas ao indivíduo, para que ele possa sempre guardar nas lembranças. Expressando assim, o sentimento de pertencimento local, se reconhecendo como parte daquele lugar.

“O lugar é um elemento fundamental na formação e construção das culturas turísticas” (WEARING et al., 2010, p. 80). Tal importância se dá, ao momento em que o turista faz do lugar um produto de apreciação, carregado de sentidos e motivações que levaram o turista a escolher esse ponto de viagem.

O lugar permite pensar a articulação do local com o espaço urbano que se manifesta como horizonte. É a partir daí que se descerra a perspectiva da análise do lugar na medida em que o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana. O lugar permitiria entender a produção do espaço atual uma vez que aponta a perspectiva de se pensar seu processo de mundialização. Ao mesmo tempo em que o lugar se coloca enquanto parcela do espaço, construção social. O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço (CARLOS, 2007a, p. 14).

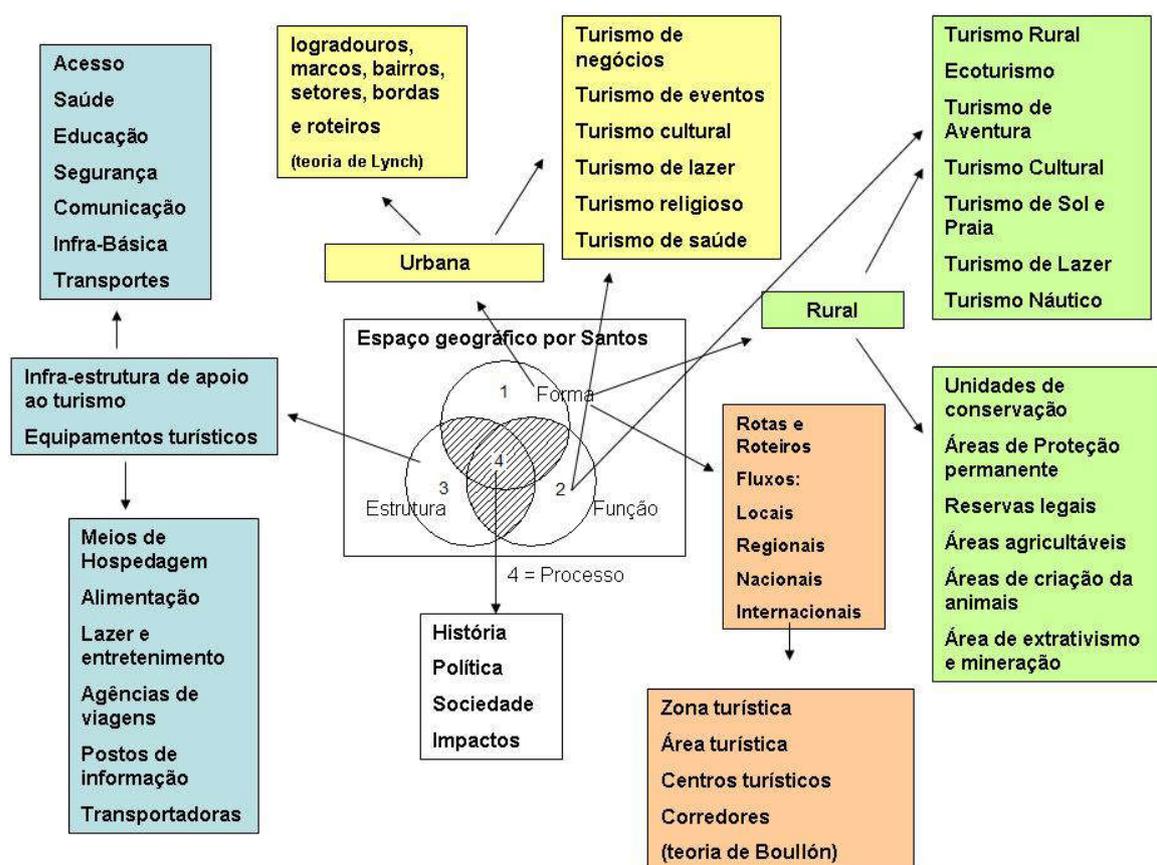
Lugar e paisagem são conceitos primordiais para definir e reconhecer o que existe no espaço geográfico. Desde os tempos primórdios, o espaço vem sendo discutido constantemente. “Na concepção de Kant, importante filósofo do século XVIII, o espaço é uma representação necessária *a priori*, que serve de fundamento a todas as percepções exteriores” (COSTA, 2010, p. 41).

No entanto, todas as relações entre sociedade e natureza, ocorrem no espaço e a partir do espaço, podendo corroborar com a análise de Milton Santos (2008):

Um conceito básico é que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Conseqüentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção do espaço (SANTOS, 2008, p. 67).

Santos (1998) propõe o entendimento do espaço através de quatro categorias, sendo essas, forma, função, estrutura e processo. Tais categorias refletem no entendimento dos elementos integrantes do espaço turístico, conforme Albach (2010) exemplifica essa dinâmica no quadro seguinte:

Figura 01 - Esquema dos elementos integrantes do espaço turístico



Fonte: Albach (2010, p. 39).

Suertegaray (2001, p. 09) compreende o espaço como uno e múltiplo, ou seja, “[...] sua dinâmica é representada pelo movimento, o girar do círculo. Este giro expressa a idéia: um todo uno, múltiplo e complexo”. Diante dessa descrição, podemos subentender o espaço, como dinâmico, complexo e amplo, onde todos os fenômenos se manifestam. Portanto, o espaço geográfico é considerado a categoria principal da Geografia, pois, nele que se produz e reproduz todas as relações sociais, dessa forma Santos (1986, p. 128), sustenta a idéia de que o espaço é “[...] resultado da produção, um objeto social”, ou seja, um espaço de todos e para todos.

Nessa perspectiva, Oliveira (2001) argumenta sobre os desafios enfrentados pela Geografia Humanística até a sua consolidação, pois, ela trouxe novas luzes e abriu novas possibilidades para a compreensão das relações humanas. No entanto, como todas as linhas de pensamento geográfico, a Geografia Humanística também se transformou ao longo do tempo, com muito debate e ainda é discutida até hoje no Brasil, de modo a entender esse desafio que se apresenta dentro dos estudos geográficos.

Os conceitos de paisagem, lugar e espaço, foram construídos e reconstruídos ao longo dos tempos, pelas diferentes correntes do pensamento geográfico, são abordados de acordo com o paradigma no qual estão inclusos e aparecem constantemente nos estudos geográficos, portanto, necessita-se ter clareza do significado que esses conceitos têm e entender a teoria que lhes dão suporte.

1.2 TURISMO: DEFINIÇÕES E SEGMENTOS

[...] é importante que estejamos todos “sensíveis” para ver, sentir e entender o turismo. É preciso que nos deixemos descobrir nossas cidades, olhá-las com olhar curioso do viajante, perceber o que, em nossa região, é diferente e especial. Todas as regiões têm certamente atrativos. Uns são facilmente reconhecíveis, outros inesperadamente interessantes. Porém, muitas vezes as pessoas não conseguem sequer perceber o potencial de riquezas que está a sua volta (BRIZOLLA; LIMA, 2008, p.38).

A definição de turismo pode ser feita em diversas abordagens, e por profissionais de variadas áreas. Para Almeida (2003, p. 135): “O turismo é um fenômeno que vem conquistando ao longo do tempo importante destaque no setor econômico e social em todo o mundo”. Isso se remete ao grande número de pessoas que cada vez mais, buscam

oportunidades de lazer, proporcionando assim, um grande fluxo de movimentação, tanto de capital em meio aos mercados mundiais, como também, uma fonte de geração de renda e serviços entre vários países e regiões.

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjectividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico (MOESCH, 2002, p.9).

De acordo com Barbosa (2002), a palavra turismo teve sua origem no inglês *tourism*, originário do francês *tourisme*. Sendo etimologicamente, derivada do latim *tornare* e do grego *tornos*, significando um giro, ou movimento ao redor de um ponto central. Sobretudo, há diferentes posicionamentos quanto ao início da sua conceituação, pois, vários estudiosos descrevem o turismo como de origem hebréia, constatado na bíblia, em Êxodo, capítulo XII, versículo 17, ao proferir que: “Moisés enviou um grupo de representantes ao país de Canaã para visitá-lo e informar-se a respeito de suas condições topográficas, demográficas e agrícolas” (SANTOS, 2010, p. 12).

De acordo com Milan (2007), o advento do turismo teve início na Inglaterra durante a transformação econômica e social, ocorrida em consequência da Revolução Industrial. Esse período apresentava novas possibilidades de gastos, investimentos e tempo livre para o lazer, o que favoreceu o início desta atividade, permitindo o homem conhecer novas culturas e novos lugares. Posteriormente, no período compreendido entre as duas grandes guerras, o desenvolvimento do automóvel e do transporte aéreo comercial assinalou o rápido crescimento e a expansão das viagens internacionais (LAGE; MILONE, 2001). Os balneários, hotéis, comércios em geral, vão se expandindo, vão aperfeiçoando suas infraestruturas e serviços, para melhor atender os visitantes. Cria-se o *Atlantic City*, o primeiro centro turístico de férias das Américas, localizado nos Estados Unidos (ACERENZA, 1991).

Com o passar dos tempos, aquele turismo de característica elitizado que favorecia somente a classe alta da sociedade, onde as viagens eram decorridas apenas para meios de trabalhos e negócios, foi-se expandindo e hoje atende a diversas classes sociais, como alternativas também de lazer e descanso. Essa expansão se remete ao surgimento

de novas oportunidades de roteiros, hotéis, restaurantes, diversos serviços que atendem o turista, bem como, a criação de agências de viagens.

Antes do século XIX, poucas pessoas que não as das classes superiores realizavam viagens para verem objetos, motivadas por razões que não dissessem respeito ao trabalho ou aos negócios. É isso que constitui a característica principal do turismo de massa das sociedades modernas, isto é, boa parte da população, a maior parte do tempo, viajara para algum lugar com a finalidade de contemplar e ali permanecer por motivos que, basicamente, não têm ligações com seu trabalho (URRY, 1996, p.20).

De acordo com Lanquar (1995, p. 04) “[...] *le berceau du tourisme, ce sont les structures urbaines industrielles telles qu’elles se développent en Europe occidentale et en Amérique du Nord, à partir de 1840*”. O aumento do tempo livre atrelado ao avanço da tecnologia, dos transportes e da comunicação, “[...] deu origem ao que chamamos de turismo de massa, expressão mais marcante do turismo moderno” (FRATUCCI, 2008, p. 37).

Ainda para o autor, o marco do turismo moderno se deu em 1841, com a realização da primeira excursão em grupo, organizada por Thomas Cook *and Sons*, contribuindo na implantação dos aspectos operacionais da atividade turística. E o que não era privilégio para uma classe mais abastada, a viagem vai se tornando cada vez mais acessível a todos e atingindo um número crescente de pessoas. Thomas Cook é considerado um personagem histórico para o turismo, pois, muitos o referencia como o pai do turismo, por organizar em 1841, a primeira excursão que partiu de Loughborough até Leicester, na Inglaterra. Nessa viagem organizada por Cook, haviam 578 pessoas, que viajaram afim de participarem de um congresso anti-alcoolismo. Obtendo sucesso com suas excursões, Thomas Cook em parceria com seu filho James, fundam em 1845 a primeira Agência de Viagens e assim foi-se popularizando essa atividade.

Desde o século XX, o turismo começa a se destacar como um fenômeno marcante, atendendo uma demanda cada vez mais crescente, possibilitando as pessoas de se deslocarem cada vez mais à procura de novos pontos turísticos para lazer, expandindo-se para o mundo todo. Assim o turismo também chega à América Latina, primeiramente ao Chile, Argentina e Uruguai, já no Brasil o turismo começa a ser praticado em 1920, a princípio, apenas como uma forma de lazer (VIEGAS, 2006, p. 65).

Desde então, na década de 1930, o governo começa a voltar os olhares para o turismo e a partir dessa época, criam-se Leis e Decretos que vão servir de apoio e base para o desenvolvimento da política do turismo no Brasil. Há um conjunto de ações que foram condicionantes para a sistematização do turismo na política brasileira, de modo, a inserir e estimular a atividade turística na sociedade. Neste contexto de evolução, hoje o turismo é um elemento da contemporaneidade, do novo século, que atrai cada vez mais, o interesse de pessoas por outras culturas.

1.2.1 O Turismo Numa Abordagem Geográfica

A capacidade de aventurar-se é condição para o conhecimento e no contexto educativo escolar, aventura a ser vivida; devendo o verbo aventurar-se ser conjugado no plural, pelo professor e alunos, sujeitos sociais, que se encontram e interagem numa forma particular de leitura do mundo: a Geografia (VALE; MAGNONI, 2012, p. 203).

A ciência geográfica despertou seu interesse pelo turismo a partir do século XIX, no momento em que o turismo passou a apropriar-se do espaço. Neste período encontram-se contribuições de geógrafos europeus, com discussões epistemológicas sobre a conexão entre a Geografia e o turismo.

O geógrafo Kohl, analisou em 1841, as transformações dos espaços naturais, provocadas pelo deslocamento de pessoas a um determinado lugar. Já no início do século seguinte, são registradas contribuições epistêmicas de geógrafos alemães, como Hettner e Hassert (CASTRO, 2006).

Nessa perspectiva, em 1905, dá-se início então, a uma profunda elaboração de trabalhos acerca de estudos da Geografia com enfoques na atividade turística, onde Strandner, um geógrafo austríaco usou pela primeira vez o termo *Fremdenverkehrsgeographie*, ou seja, Geografia do turismo (IDEM, 2006). Como se apresenta no quadro abaixo elaborado por Rodrigues (2001a, 2001b), onde a autora faz um histórico de trabalhos com enfoque geográfico no campo do turismo e seus impactos socioculturais, fora do Brasil, entre os anos de 1905 a 1960.

Quadro 01 - Histórico de trabalhos geográficos na perspectiva do turismo, fora do Brasil, entre os anos de 1905 a 1960

TÍTULO	AUTOR	ANO	IMPORTÂNCIA
Não consta	J. Stradner	1905	Usou a expressão Geografia do Turismo
<i>Variations de consommation de farine et migration touristique d'été en France</i>	Françoise Cribier	1961	Estabeleceu uma hierarquia das regiões turísticas francesas, comparando as estações baixa e alta
<i>Some considerations of tourism location in Europe</i>	W. Christaller	1963	Estudo pioneiro de geografia do turismo, fundamentado na sua clássica teoria dos lugares centrais
<i>La localisation de l'industrie touristique: application de l'anlayse de Thünen-Weber</i>	N. Yokeno	1968	Mostra a longa tradição da Geografia em caracterizar e classificar os espaços turísticos estabelecendo-se tipologias e modelos
<i>Une modèle de l'espace touristique</i>	Jean-Marie Miossec	1977	Apresenta modelos teóricos de espaços turísticos
<i>L'aménagement Du territoire en économie liberate: l'exemple des stations intégrées de sports d'hiver des Alpes françaises</i>	Remy Knafou	1979	Representa tendências da chamada Geografia Crítica
L'espace touristique de la grande ville: éléments de synthèse et aplicacion à Christchurch (Nouvelle Zélande)	Douglas Pearce	1981	Esquema teórico de fluxos turísticos
<i>Gli spazi del turismo</i>	Magda F. Muscarà	1983	Estuda a imagem turística e a percepção do espaço de consumo do turista
Não consta	Jean Didier Urbain	1983	Analisa folhetos turísticos na Tunísia, explorando os elementos icônicos e o discurso
<i>Por una geografia del turismo del litoral</i>	Juan Eugeni Sanches	1985	Apresenta uma proposta metodológica para o estudo do turismo do litoral fundamentada em princípios marxistas
<i>Aproximación histórica al estudio de la geografia del ocio</i>	Alberto Luiz Gómez	1988	Extenso inventário sobre a produção da geografia do turismo
<i>Ecotourism: the potentials and pitfalls</i>	Elizabeth Boo	1990	Destaca-se como uma preocupação mais recente, gerada pela onda ecológica

Fonte: Rodrigues (2001a; 2001b).

Já no Brasil, o interesse dos geógrafos pelo turismo foi tardio, pois, só a partir da década de 1970 que surgiram os primeiros trabalhos acadêmicos abordando a intersecção entre as duas áreas (VIEIRA, 2012). Vale lembrar, que neste momento os europeus já estavam muito mais avançados nos estudos do turismo no âmbito da ciência geográfica, vivendo o apogeu desta temática. Castro (2006) levantou um acervo

documental sobre as produções acadêmicas, referentes às análises espaciais da atividade turística no Brasil, portanto, segundo a autora, a primeira pesquisa no Brasil sobre a análise da Geografia do turismo, ocorreu com a tese de doutorado do Prof. Dr. Armando Corrêa da Silva, defendida em 1975 na Universidade de São Paulo (USP).

Desde então, os trabalhos sobre o entendimento do turismo como atividade produtora do espaço, só cresce, e assim a Geografia se interessa pela temática. Foi-se descobrindo a importância dela para compreender o fenômeno do turismo, pois, ao percorrer uma maior reflexão do espaço geográfico, conseqüentemente, possibilita uma melhor compreensão do espaço turístico, levando em conta que o principal objeto de consumo do turismo é o espaço geográfico (CRUZ, 2001). Sobre essa relevância de estudar o turismo enquanto atividade produtora de espaços, concordamos com as contribuições de Coriolano, quando a autora se refere ao turismo como “[...] uma atividade criadora de riqueza e de emprego, mas, sobretudo de visão do mundo (CORIOLANO, 2003, p. 122-123).

Partimos do entendimento de que o turismo é um fenômeno socioespacial, que impulsiona diversos setores, tais como: setor econômico, político, religioso, cultural, etc. Nesse contexto, o turismo possibilita o deslocamento espacial de pessoas, seja individualmente, ou em grupos, com motivos diversos. Na visão de Fratucci (2008, p. 59): “Essa busca pelo novo e diferente, reordena seus espaços e territórios”. Esse (re)ordenamento dos espaços vai ocorrendo de acordo com a competição do mercado turístico, do sistema produtivo de capital e dos agentes sociais envolvidos nesse processo do fenômeno turístico para apropriação do espaço.

A Geografia, como ciência do espaço é de suma importância para explicar as relações socioespaciais produzidas pelo turismo. Desde já, estamos de acordo com Cruz (2001, p. 05) ao impor que “o turismo é a única prática social que consome elementarmente o espaço”. Portanto, a Geografia não poderia deixar de se interessar por essa prática social que utiliza, transforma, produz e consome o seu objeto de estudo: o espaço.

Mas o que vem a ser essa Geografia do Turismo? Para tal questionamento, encontramos a resposta no livro “Introdução à Geografia do Turismo”, elaborado por Cruz (2001), referindo-se à “Geografia do Turismo” como uma expressão que retrata a

dimensão socioespacial da prática do turismo, indo além de uma mera abordagem científica do fenômeno do turismo pela ciência geográfica.

Há uma íntima relação entre a Geografia e o turismo, concentrando nesse elo, ideias em comum e cada vez mais, presentes e disseminadas nos cursos de graduação e pós-graduação. “Geografia: é uma das poucas disciplinas em que o turismo tem sido reconhecido como área de interesse e, como tal, vem sendo estudado sob a denominação de geografia do turismo” (REJOWSKI, 2001, p.19). Nesse contexto, Coriolano e Mello (2005) descreve e direciona o que compete ao geógrafo referente às suas contribuições no âmbito do turismo:

Aos geógrafos, certamente, não compete promover o turismo, fazer seu marketing, planejar um pacote ou um evento; isso é competência dos bacharéis em turismo, mas, avaliar os impactos socioespaciais por ele produzido, explicar as formas de apropriação dos recursos naturais e suas transformações para chegar à oferta turística, compreender as relações socioespaciais do turismo, analisar a mobilidade dos fluxos turísticos nos territórios, explicar os discursos que elaboram estratégias político-espaciais, planejar os usos dos espaços para segmentos turísticos diferenciados e ainda explicar a contribuição do turismo no processo de desenvolvimento regional e local é da competência geográfica (CORIOLANO; MELLO, 2005, p.98).

Podemos notar também, um número expressivo de trabalhos acadêmicos que abordam a análise do turismo sob uma visão geográfica, apresentados e publicados em eventos científicos da Geografia, podendo se tratar de diversas áreas, como: Turismo Rural, Turismo Urbano, Turismo Pedagógico, Turismo Cultural, entre outras temáticas que revelam uma ligação entre turismo e Geografia e está se expandindo no mundo acadêmico.

Rodrigues (1992) propõe o entendimento do turismo pela Geografia como sendo um elemento produtor de espaços. Indo mais além, a autora nos remete à seguinte abordagem:

O turismo é, incontestavelmente, um fenômeno econômico, político, social e cultural dos mais expressivos das sociedades ditas pós-industriais. Movimenta, em nível mundial, um enorme volume de pessoas e capital, inscrevendo-se materialmente de forma cada vez mais significativa ao criar e recriar espaços diversificados (RODRIGUES, 1992, p.17).

As palavras de Rodrigues (1992) elucidam uma noção de papel social, que o turismo desenvolve na sociedade, possibilitando o ser humano de se abrir para conhecer novas culturas, novos espaços. Nessa abordagem, o patrimônio histórico atua como um instrumento para o turismo, pois, remete a conhecer os aspectos de vivência dos indivíduos da época, possibilitando o turismo a operar como um mediador cultural.

Preservar a história, a memória e o patrimônio de uma cidade é fazer com que seus moradores percebam o quanto ela é agradável, não somente para os turistas, mas para si próprios. Começar a implantar essa sensibilização pelas crianças é bastante indicado já que elas crescerão sendo multiplicadoras da importância cultural do local onde residem (VARGAS, 2015, p. 22).

Para discutir patrimônio numa perspectiva do turismo, necessário se faz aprofundar na conceituação de patrimônio e monumento. De acordo com Choay (1992), a palavra patrimônio origina-se do latim, “*pater*”, ou seja, o pai – aquele que transmite às gerações que lhe sucedem. Corroborando com essa concepção, Castillo (1996) distingue o termo patrimônio, como um conjunto de elementos herdados do passado, onde um grupo de indivíduos possa se reconhecer como sinais de sua identidade.

Já a palavra monumento, vem do latim “*monere*” e significa lembrar, marcar a memória de outras gerações (CHOAY, 1992). Portanto, observamos uma integração nos dois termos, “patrimônio e monumento”, que para os geógrafos designa-se como “lugares da memória”. Nessa compreensão, Lazzarotti (2011, p. 12), afirma que “[...] o turismo é uma das maneiras de valorizar o patrimônio” e isso se sucede com a relação íntima entre a atividade turística e o espaço.

Hoje o turismo se expandiu em todo o seu viés, e cada vez mais se expande como um produto para produção e reprodução do espaço, por isso, enxergamos a extrema importância dessa discussão no ensino de Geografia, já que a mesma possibilita analisar e refletir sobre o espaço vivido. O turismo, enquanto instrumento de educação, pode contribuir à Geografia escolar, dando sustentação para que o aluno se torne um agente socioespacial, que diz respeito ao indivíduo que conhece, defende e representa a história de formação da sociedade em que vive.

Há uma grande ausência nos livros didáticos de Geografia, utilizados em sala de aula, de conteúdos referentes ao turismo. Muitas vezes, o turismo é citado nesses materiais apenas como alternativa econômica e divulgação de belezas naturais, portanto,

compromete a pesquisa e a preparação das aulas pelo professor. De acordo com Fonseca Filho (2007), apenas três livros didáticos nacionais abordam o turismo como um conteúdo novo para o ensino de Geografia, quais sejam:

- ARAUJO, R.; GUIMARÃES, R. B.; RIBEIRO, W. C. Construindo a Geografia. São Paulo: Moderna, 1999.
- SENE, E.; MOREIRA, J. C. A Geografia no dia-a-dia. 6ª Série. São Paulo: Scipione, 2000.
- VESENTINI, J. W.; VLACH, V. Geografia Crítica. V1. 2. O espaço social e o espaço brasileiro. São Paulo, Ática, 2000.

Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) a Geografia é uma ciência, que está sempre comprometida em tornar o mundo mais compreensível para os alunos. Diante dessa meta, a Geografia trabalha com temáticas e conteúdos que permeiam diversas questões sociais, cujo objetivo está em “estudar as relações entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, do território, a partir de sua paisagem” (BRASIL, 1998, p. 26), possibilitando levar informação e formação cidadã ao aluno.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) colocam para o ensino fundamental, que embora o espaço geográfico seja o objeto central de estudo, as categorias “Lugar” e “Paisagem”, também devem ser abordadas e destacadas, pois, o estudo dessas categorias e suas relações possibilitarão aos alunos, uma maior compreensão do espaço geográfico no qual estão inseridos, tanto no nível local como mundial. Nessa tessitura, apresentamos abaixo, os conceitos de paisagem e lugar segundo os PCNs de Geografia:

Paisagem: É definida como sendo uma unidade visível, que possui uma identidade visual, caracterizada por fatores de ordem social, cultural e natural, contendo espaços e tempos distintos; o passado e o presente. É nela que estão expressas as marcas da história de uma sociedade, fazendo, assim, da paisagem uma soma de tempos desiguais, uma combinação de espaços geográficos.

Lugar: Nesse contexto, a categoria lugar traduz os espaços com os quais as pessoas têm vínculos mais afetivos e subjetivos que nacionais e objetivos: uma praça, onde se brinca desde menino, a janela de onde se vê a rua, o alto de uma colina, de onde se avista a cidade. O lugar é onde estão às referências pessoais e o sistema de valores que se direcionam as diferentes formas de perceber e construir a paisagem e o espaço geográfico (BRASIL, 1998, p.28-29).

De um modo geral, são várias as propostas didáticas contidas nos PCNs, que servem como orientações aos professores, para que os mesmos possam promover pesquisas, em locais que contem fonte de informações, além do espaço escolar:

É importante salientar que o espaço de aprendizagem não se restringe à escola, sendo necessário propor atividades que ocorram fora dela. A programação deve contar com passeios, excursões, teatro, cinema, visita a fábricas, marcenarias, padarias, enfim, com as possibilidades existentes em cada local e as necessidades de realização do trabalho escolar (BRASIL, 1997, p.64).

Para que não se perca nos direcionamentos das atividades fora do banco escolar, é necessário atrelar os conteúdos do currículo com um bom planejamento, organização, e sempre seguindo um método, assim, o professor poderá transportar o conhecimento teórico a uma realidade concreta, estimulando no aluno uma visão crítica do mundo que o cerca. Em consonância, os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997, p. 48), propõem “um ensino em que o conteúdo seja visto como meio para que os alunos desenvolvam as capacidades que lhes permitam produzir e usufruir dos bens culturais, sociais e econômicos”. Todas as escolas, sejam elas públicas ou privadas, possuem como referência os Parâmetros Curriculares Nacionais que, através dos temas transversais propostos, dão oportunidade aos alunos de ampliarem seus conhecimentos, contribuindo assim, para a formação de cidadãos mais ativos e participativos nas questões que envolvem o ambiente em que vivem.

Por outro lado, é verídico que muitos alunos, apesar de terem nascidos e criados numa determinada cidade, pouco conhecem e se interessam pela cultura e história do processo de surgimento da sua cidade. Nesse contexto, Castellar e Vilhena (2010, p. 54) contribuem dizendo que visitar uma cidade ou estudar o lugar de vivência do aluno, sempre é uma atividade fascinante, pois, significa “[...] gerar procedimentos e fornecer instrumentos multidisciplinares ao aluno para ampliar sua compreensão da própria ciência geográfica e de suas interações com a experiência pessoal”.

Sobre a necessidade de se considerar a realidade do aluno, Freire (1996, p. 30) nos traz a seguinte questão: “Por que não estabelecer uma intimidade entre os saberes curriculares, fundamental aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduo?”. Partindo do questionamento que o autor faz acima, fica claro que ao atrelar os conhecimentos científicos visto em sala de aula, com os conhecimentos do cotidiano

dos alunos, logo, o professor estará despertando a curiosidade e, conseqüentemente, o interesse pela disciplina e pelas questões que os rodeiam. Observa-se que há uma busca por inserir essa discussão nas escolas, com ações de cunho educativo, de modo que possam formar cidadãos capazes de se reconhecerem como parte desse patrimônio.

Conforme descrevem Gomes, Mota e Perinotto (2012):

Despertando o interesse dos estudantes, é possível que o respeito e a valorização à diversidade sócio-cultural também passe a ser uma constante, pois o aluno ao visitar o patrimônio do local em que vive acaba se identificando e reconhecendo a si mesmo como sujeito ativo na construção daquele patrimônio (GOMES; MOTA; PERINOTTO, 2012, p. 89).

Portanto, para que a atividade realizada através do turismo pedagógico desempenhe seu papel com sucesso, é de fundamental importância, abstrair o conhecimento sobre o lugar de vivência do aluno e relacioná-lo com processos históricos e culturais advindos desse local, assim, o encantamento e a curiosidade sobre a história de origem e formação da cidade, serão visíveis nos alunos, passando muitas vezes despercebido aos olhos daqueles que reside há muito tempo na cidade. Pois, investigar o patrimônio histórico e o espaço em que o aluno encontra-se inserido, o leva a querer conhecer mais sobre seu lugar de vivência.

Gomes, Mota e Perinotto (2012, p. 84) ainda sugerem que “[...] para o ensino básico, o conteúdo abordado deve levar em conta a realidade do aluno”. Nesse caso, essa sugestão está atrelada ao estudo da cultura local, onde a prática do turismo pedagógico poderá contribuir para o alcance desses objetivos didáticos, pois, esse tipo de turismo promove o contato com a comunidade local, facilitando a apreensão do cotidiano da localidade.

De acordo com Fonseca (2005, p. 32), “[...] o turismo é uma atividade que se baseia no consumo do espaço geográfico”. Portanto, o espaço é um elemento fundamental tanto para o turismo, quanto à Geografia. O turismo em tese produz espaços, se apropria deles, já a Geografia estuda o espaço, portanto, o turismo pertence ao fenômeno geográfico.

O turismo é, antes de tudo, uma experiência geográfica. Apresenta-se como fenômeno geográfico no sentido de representar uma relação direta entre o homem e os espaços, ou seja, o homem e o ambiente. É um indutor da organização espacial e da mobilização de fluxos populacionais. Por meio do turismo, a

natureza, o litoral e os espaços geográficos transformam-se em espaços turísticos (CORIOLANO, 1998, p. 22).

Conforme Castro (2006, p. 294), “[...] o geógrafo deve assumir com competência e responsabilidade, seu papel no atual contexto de desenvolvimento socioespacial do turismo na realidade brasileira”. Partindo dessa lógica, buscamos com esta pesquisa, trabalhar o turismo enquanto prática social, como uma vertente da Geografia, que apresenta uma diferente forma de uso do lugar, da paisagem e do espaço geográfico.

1.2.2 Espaço Urbano e Espaço Turístico

Cidades podem ser incorporadas, espontaneamente, ao circuito das localidades turísticas, devido à sua valorização (cultural) pela atividade ou, então, induzir o desenvolvimento do turismo, por meio de políticas e do planejamento, caso essa incorporação espontânea não ocorra, direcionando os equipamentos urbanos já construídos e aqueles a construir, em função de uma urbanização para o turismo (CRUZ, 2001, p. 25).

Os primeiros espaços urbanos no Estado de Mato Grosso começaram a se formar na primeira metade do século XVIII, quando foi fundada a cidade de Cuiabá. Tempos mais tarde, fundam-se outros núcleos urbanos, entre eles, a cidade de Cáceres, que inicialmente teve a condição de vila, mas logo, o seu ritmo de crescimento e desenvolvimento aumentou, ampliando o seu espaço urbano (DAN, 2010). Ao se remeter à urbanização que confere a cidade de Cáceres, concordamos com a autora, quando ela acrescenta que “[...] a urbanização reflete determinadas relações sociais, assim como as contradições da economia de mercado e também as desigualdades sociais marcadas pela estratificação e pela produção setorializada do espaço urbano” (IDEM, 2010, p. 94).

Vivemos uma época em que a Geografia se coloca prontamente para ver e entender o fenômeno urbano. Portanto, antes de falar de espaço urbano, é preciso conceituá-lo, sendo necessário recorrer a autores da Geografia para uma melhor discussão teórica, juntamente com alguns apontamentos a respeito da organização dos espaços turísticos, sendo esses autores: Ana Fani Alessandri Carlos, Roberto Boullón, Rémy Knafou, entre muitos outros que colaboram para tal questionamento. Nesse sentido, uma nova Geografia embasada no entendimento urbano vem abrindo um

caminho, capaz de explicar as transformações da realidade urbana por meio de sua dimensão histórica e social.

Sabemos que no espaço urbano é possível estabelecer relações não só de trabalho, lazer, mas também, constituir elos culturais e artísticos, ou seja, através da diversidade de relacionamentos, conseqüentemente, produz costumes, modismo, poder, entre outros símbolos que demarcam a unidade cultural local. Por sua vez, esses aspectos são o alicerce da construção histórica de uma cidade, ou seja, são eles que dão identidade e referências à cidade.

Se tratando dessa significância dos espaços e suas demais referências para a sociedade, Rossi (2009), destaca que:

Os espaços também falam, conversam, informam. Dizem-nos o que são, o que foram e o que significam para as pessoas que por eles passam, e tornam-se referenciais para a população por sua localização, história, ocupação, deterioração ou conservação (ROSSI, 2009, p. 20).

Partindo do pressuposto de que a sociedade produz o espaço, através de suas práticas, assim, podemos considerar que “[...] o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos” (SANTOS, 1979, p. 18). Nesse caso, essa relação da sociedade com a produção e reprodução do espaço, marca uma dinâmica social que irá configurar o espaço urbano. Para Carlos (1994), o processo produtivo, representado pelas determinações sociais, políticas e ideológicas, se articulam na formação econômica e social do espaço urbano, ou seja, o urbano perpassa todas as dimensões da reprodução da vida humana na sociedade, principalmente, enquanto produto histórico e social.

O espaço urbano representa, antes de mais nada, um uso, ou ainda, um valor de uso e desta maneira a vida se transforma, com a transformação dos lugares de realização de sua concretização, que a norma se impõe e que o Estado domina a sociedade, organizando, posto que normatiza os usos através dos interditos e das leis. (CARLOS, 2007b, p. 30)

Necessário se faz, levar em consideração a participação dos agentes sociais no processo de produção e reprodução do espaço urbano, pois, são eles que vão modelando a estrutura da cidade e organizando o núcleo urbano. Assim, Corrêa considera como agentes sociais, aqueles produtores do espaço urbano: “[...] os proprietários dos meios de

produção, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos” (CORRÊA, 1993, p. 12).

Na cidade de Cáceres, os bairros que correspondem às proximidades do centro, são bem valorizados, seja pela melhor infraestrutura dos imóveis, comércios e serviços, ou pelo conteúdo social que o poder aquisitivo exercido sobre o núcleo central da cidade, onde se encontram residências e moradores pertencentes às antigas famílias tradicionais que ali residiram ou residem até os dias atuais.

No perímetro urbano da parte central da cidade, encontra-se uma área tombada, ou seja, imóveis que devido ao seu valor “histórico” fazem parte da história da cidade, sendo estas, construções do século XIX e início do século XX, tombados para se considerar o “aspecto colonial” de uma época em que a cidade era um importante centro comercial na região (principalmente entre 1859-1930) e a partir disso inventaram uma tradição, um lugar de memória. Trata-se de imóveis, construídos nos anos em que a cidade de Cáceres exportava via fluvial, produtos como erva-mate, poaia, borracha, carne enlatada, peles (DAN, 2010, p. 102).

É bem perceptível, que a cidade de Cáceres foi construída em torno de uma praça central, denominada por Praça Barão do Rio Branco, portanto, o espaço urbano passou a existir a partir das ações do homem em seu meio, visto que, o homem constrói a cidade de forma que irá refletir nela as características sociais e econômicas daquele momento histórico, em que a cidade vai se concretizando. Nestes termos, Carlos (1997, p. 70), demonstra que “[...] entender o espaço urbano do ponto de vista da reprodução da sociedade, significa pensar o homem enquanto ser individual e social no seu cotidiano, no seu modo de vida, de agir e de pensar”.

Em tese, o espaço urbano atua como um dos elementos fundamentais para a prática do turismo, no que diz respeito, ao estímulo da visão e curiosidade dos observadores. A chave dessa concepção está no entendimento de que o urbano é um recurso para a atividade turística, visto que, algumas cidades vão se organizando e reorganizando, visando a produção de paisagens atrativas tanto para o consumo como para o lazer (HENZ; OLIVEIRA, 2010). Os ambientes urbanos transmitem, através de seus monumentos, marcos e símbolos, as características de ordenamento ou de falta de planejamento, tanto aos moradores, quanto aos visitantes e turistas. Logo, o espaço urbano e o espaço turístico são indissociáveis.

Conforme Boullón (2002):

O espaço turístico é consequência da presença e distribuição territorial dos atrativos turísticos que, não devemos esquecer, são a matéria-prima do Turismo. Este elemento do patrimônio turístico, mais o empreendimento e a infraestrutura turística, são suficientes para definir o espaço turístico de qualquer país (BOULLÓN, 2002, p. 79).

Boullón (2002) apresenta um conceito de espaço turístico baseado em três elementos: o patrimônio turístico, o empreendimento e a infraestrutura, como suficientes para definir o espaço turístico de qualquer ambiente. Sendo assim, designa-se por espaço turístico a área de distribuição dos atrativos da atividade turística, desde os empreendimentos até a infraestrutura para comercializar um produto do turismo. Sabemos que o espaço urbano sofre muitas influências, neste caso, é de suma importância planejar tanto espaço urbano, como também, o espaço turístico para assim, obter um desenvolvimento pleno e duradouro do turismo na cidade.

Nesse caso, Knafo (1996) faz a relação entre promotores territoriais e planejadores, como agentes de turistificação de espaços, onde ambos estão sempre ligados ao lugar, formulando planos estratégicos para atrair turistas e empreendedores ao local. Assim, o autor aponta três vias de ligação entre turismo e território, sendo:

- Território sem turismo: onde a turistificação ainda não ocorreu, seja por falta de interesse do turista, problemas de acessibilidade ou principalmente, por falta de atrativos turísticos;
- Turismo sem território: quando o turista apenas perpassa no lugar, sem parar e sem manter nenhuma relação direta com o mesmo. É o caso de hotéis luxuosos que oferecem aos turistas tudo que ele precisa dentro daquela área hoteleira, segregando-os de outros espaços da comunidade local;
- Territórios turísticos: seriam aqueles espaços descobertos pelos turistas e apropriados pelos empreendedores e agentes políticos.

Boullón (2002, p. 108) desenvolveu um modelo de teoria do espaço turístico, no intuito de promover “[...] a base para organizar todas as ações do setor”. Trata-se de um instrumento que vem sendo aplicado com frequência na América Latina, de modo a orientar as áreas prioritárias para o desenvolvimento do turismo.

“Com o avanço das tecnologias, da economia e a diversificação das formas de se comunicar, o turismo se defronta com uma necessidade de se reinventar” (ROSA, 2015,

p. 03). Mas, como toda atividade, o turismo também possui pontos positivos e negativos, por isso, torna-se primordial um planejamento turístico adequado com o espaço que se desenvolve a atividade em questão. Devido a amplitude do sistema turístico, o planejamento se torna fundamental para direcionar as ações e o papel dos envolvidos, de modo, a beneficiar todos.

Beni (2001, p. 189) conceitua planejamento, do ponto de vista governamental, como “[...] um processo que estabelecem objetivos, define linhas e ação e planos detalhados para atingi-los e determina os recursos necessários à sua consecução”. Sobretudo, para o planejamento se faz necessário, formar parcerias com órgãos responsáveis pela organização das atividades, por exemplo, secretarias de transporte, segurança e infraestrutura, ou seja, a participação governamental no ordenamento do território deve ser constante, analisando sempre as ações da atividade turística da cidade.

Nas mais recentes discussões do planejamento turístico, inserem-se como uma ação para a efetivação do turismo brasileiro, a elaboração do Plano Nacional do Turismo (PNT), que vem a ser, um instrumento de orientação para o governo, em se tratando de planejamento, gestão e ações estratégicas, com intuito de promover o desenvolvimento do turismo regionalizado no Brasil. Há quatro metas desafiadoras, lançadas no PNT, direcionadas para um crescimento sólido do turismo no país:

Promover a realização de 163 milhões de viagens no mercado interno em 2007, e 217 milhões em 2010;
Criar 335 mil novos empregos e ocupações em 2007, e 516 mil em 2010;
Gerar 5,1 bilhões de dólares em divisas em 2007 e 7,7 bilhões em 2010;
Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional até 2010
(BRASIL, 2008, p. 17).

Com efeito, o Ministério do Turismo juntamente com órgãos estaduais, selecionaram 65 destinos indutores do turismo, para o desenvolvimento de metas econômicas entre o ano de 2007 até o ano de 2010, a fim de oferecer um atendimento de qualidade tanto aos turistas brasileiros, como também aos turistas de todas as partes do mundo, visando o melhoramento da infraestrutura desses destinos, relacionadas a transportes, acessos, equipamentos, serviços turísticos e *marketing*. De acordo com o Plano Nacional de Turismo 2007-2010, consideram-se destinos indutores:

[...] aqueles que possuem infraestrutura básica e turística e atrativos qualificados, que se caracterizam como núcleo receptor e/ou distribuidor de fluxos turísticos, isto é, são aqueles capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno e dinamizar a economia do território em que está inserido (IDEM, 2008, p.18).

Esses destinos propostos para o desenvolvimento turístico-regional têm a função de serem modelos de um padrão de qualidade internacional, pois, são priorizados para receber investimentos e suporte, tanto financeiro quanto técnico, sendo foco da propagação de práticas exitosas a outros roteiros da região que cada cidade indutora pertence.

Nessa amplitude regional, verifica-se a necessidade de “[...] planejar de forma diferenciada as ações de melhoria, fazendo com que o turismo contribua para o aperfeiçoamento da qualidade de vida da população nos 65 destinos indutores” (BRASIL, 2008, p. 77). Os locais indutores foram escolhidos, com o intuito de gerar mais empregos, renda e inclusão social, essa reestruturação nos roteiros turísticos, teve grandes possibilidades de alavancar o crescimento econômico do país e ainda girar "a roda do turismo", para que todos se beneficiem, a partir das propostas enfatizadas no Plano Nacional do Turismo.

Estamos trabalhando para criar uma “cultura da viagem”, que estimulará o brasileiro a conhecer o seu país, com ações como o “Viaja Mais Melhor Idade”, e a redução da tarifa hoteleira em 50%, para quem tem 60 anos ou mais, durante a baixa ocupação. De outro lado, levamos em conta as motivações do turista estrangeiro para conhecer novos destinos no mundo, quando fazemos a divulgação de nossos roteiros no exterior. Não faltam ações e elementos para acreditarmos num futuro melhor (IBIDEM, 2008, p. 07).

O turista pode até ver as viagens como uma forma de *status* social, no entanto, há diversos fatores de atração turística de um determinado espaço, por exemplo, a acessibilidade turística, indicada por Nicolás (1989), por se tratar não apenas de acessibilidades físicas, mas também de acessibilidades econômicas, culturais e políticas, que fazem o turista se sentir apto para circular naquele espaço.

Dada a importância dessa dimensão, salientada na organização e reorganização do espaço para o turismo nos respectivos destinos indutores, recorre à força individual de cada destino turístico, de modo, a atrair mais turistas. No entanto, as propostas do Ministério do Turismo tiveram que ser revistas, algumas reformuladas, perante as

especificidades encontradas nos roteiros turísticos em decorrência da realidade local que cada destino possui. Logo, houve a formulação de outro Plano Nacional de Turismo 2013-2016 (PNT), sob a coordenação do Ministério do Turismo, contendo diretrizes e estratégias para o desenvolvimento das atividades do turismo brasileiro. Portanto, a realização da Copa do Mundo de Futebol FIFA em 2014 e dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro em 2016, além de outros grandes eventos, favorecem a projeção da imagem do país com os investidores internacionais e com as demais nações que promovem o setor turístico a um patamar de destaque no cenário internacional (BRASIL, 2013).

Para o alcance das metas proposta pelo Plano de Turismo 2013-2016, posiciona o Brasil até 2022 como uma das três maiores economias do mundo, no entanto, para se alcançar essa meta é preciso muito mais que planejamento para a consolidação do país como destino turístico de qualidade internacional, necessita-se então, colocar o PNT em ação, para dar consequência ao desenvolvimento da Agenda Estratégica do Turismo Brasileiro 2013/2022.

O planejamento no âmbito municipal, também atua de forma imprescindível para a organização de ações, visando o desenvolvimento turístico. Não existe um modelo estrutural para a elaboração desse planejamento, porém, há algumas etapas fundamentais que são norteadoras para a efetivação da atividade turística no município. Dessa forma, Dias (2003) destaca as etapas básicas para a elaboração de um Plano Municipal de Turismo:

- a) **Diagnóstico** - considerado o primeiro passo, é a base para qualquer plano, programa ou projeto;
 - b) **Prognóstico** - rumo que será tomado pelo desenvolvimento turístico;
 - c) **Propostas** - discussões, avaliações dos caminhos possíveis e ações realizadas;
 - d) **Implantação do plano municipal de desenvolvimento turístico** - fase de implantação;
 - e) **Avaliação contínua** - última etapa do processo.
- (DIAS, 2003, p. 208-213).

Em termos gerais, podemos dizer que os objetivos da atividade turística estão relacionados às necessidades de lazer, cultura, conhecimento e diversão das pessoas, sendo elas visitantes ou moradores. No entanto, a atividade turística se estende a um contexto bem mais amplo, diante dessa concepção, Tavares (2002) complementa:

O turismo não é feito por visitas realizadas a atrativos isoladamente, mas sim pela visita de atrativos ou locais inseridos em um contexto maior, quer seja com referência a aspectos de sua história, de sua cultura, de sua geografia ou relativos ao meio ambiente (TAVARES, 2002, p. 15).

O turismo se caracteriza por um conjunto de símbolos, ideias e sonhos, formado pela beleza de uma imagem ou paisagem, apresentada pela realidade do lugar. Confirmando essa concepção, consideramos as palavras de Coriolano (2001):

O turismo também faz parte desse mundo de símbolos, ideias, sonhos e representações, pois, é tudo, um conjunto de pré-concepções e percepções de imagens e valores de significado cultural, construído por quem viaja antes mesmo da experiência realizada (CORIOLANO, 2001, p. 207).

O turista busca determinados pontos de referências, para se localizar e deslocar com mais facilidade em inúmeras áreas da cidade. Existem algumas formas de referências espaciais demarcadas na cidade, que muitas vezes servem para orientar o turista:

Quadro 02 - Pontos Focais Urbanos

Tipos	Descrição	Exemplos
Logradouros	São os espaços abertos ou cobertos, de uso público, em que o turista pode entrar e que pode percorrer livremente.	Parque, Zoológico, Praça, Galeria, Centro comercial, Feira, Mercado, Estação de ônibus, Aeroportos, Alfândegas
Marcos	São objetos, artefatos urbanos ou edifícios que, pela dimensão ou qualidade de sua forma, destacam-se do resto e atuam como pontos de referência exteriores ao observador.	Um edifício enorme; Um monumento; Uma fonte; Cartaz de propaganda; Igreja; Quiosque de informação ao público
Bairros	São seções da cidade relativamente grandes, nas quais o turista pode entrar e se deslocar. Praticamente todas as grandes cidades do mundo estão subdivididas em bairros, colônias ou distritos [...].	Copacabana (RJ); Bixiga (SP); Morumbi (SP); Itapoã (BA); Aldeota (CE); San Ángel (México, D.F.).
Setores	São partes da cidade substancialmente menores que os bairros, mas que têm as mesmas características destes. Em geral, os setores são os restos que permanecem de um antigo bairro, cujas edificações originais foram suplantadas por outras mais modernas, quando essa parte da cidade alcançou um novo valor comercial.	
Bordas	São elementos lineares que marcam o limite entre duas partes da cidade. É um elemento fronteiro que separa bairros diferentes, quebra a continuidade de um espaço homogêneo ou define os extremos ou margens de partes da cidade.	Via férrea; Auto pista urbana
Roteiros	São as vias de circulação selecionadas pelo trânsito turístico de veículos e de pedestres, em seus deslocamentos para visitar os atrativos turísticos e para entrar ou sair da cidade.	

Fonte: Adaptado de Boullón (2002, p.196-214).

A partir do Quadro 02, constata-se que quase todas as cidades turísticas possuem esses pontos focais urbanos, no entanto, não dão a devida importância a esses pontos que são primordiais para uma boa recepção dos turistas. Muitas vezes, esse fato é decorrente da ausência de um planejamento turístico para desenvolver o turismo local.

Muitos são os agentes sociais produtores do turismo, compostos por pessoas, instituições, empresas, políticos, trabalhadores, comunidades, entre outros, incluindo as classes menos privilegiadas (camareiras, carregadores de malas, jardineiros, manobristas, etc.), até as classes mais elevadas (gerentes, diretores, empresários, etc.),

visto que, ambos atuam na organização do setor turístico, porém, são diferentes os papéis que cada agente social exerce perante o processo de turistificação dos espaços. E como toda prática socioespacial, o turismo vai gerando transformações, (re) ordenando os espaços apropriados para a turistificação, de modo a atender as necessidades e as demandas dos seus agentes sociais, sendo necessário que “[...] os agentes sociais locais tornem-se protagonistas dos seus próprios territórios, deixando de ser meros atores passivos” (FRATUCCI, 2008, p. 238). Assim, a comunidade, sendo um dos agentes sociais, tem o dever de participar das decisões a serem tomadas e também na gestão do turismo, para constatar que o planejamento turístico esteja sempre em êxito.

[...] o desenvolvimento da atividade turística depende essencialmente da participação e da integração de todos os atores envolvidos, tanto da sociedade civil organizada, da iniciativa privada, do Terceiro Setor e do poder público, como de outras atividades complementares e afins (NOVO, 2010, p. 47).

A comunidade possui papel indispensável no desenvolvimento do turismo, pois ela também ganha com essa atividade, porém, deve fiscalizar o que acontece ao entorno para que seu espaço não seja aniquilado. É fundamental considerar a percepção da comunidade para se repensar e planejar esse espaço, no sentido de melhorar as condições de vida dessa própria população que vê o turismo como uma atividade econômica, capaz de trazer grandes oportunidades não só no crescimento econômico, mas na melhoria de vida para a cidade.

Concordamos com Mendes (2009), que é imprescindível a participação da comunidade, não só a atitude de governos e empresários, para o planejamento e desenvolvimento do turismo.

É fundamental a inserção e participação da comunidade local, dos moradores das cidades e a compreensão de que a participação é um direito que deve ser assegurado ao cidadão. Para a realização de processos democráticos de tomada de decisão e implantação de projetos turísticos é fundamental a vontade política continuada, a fim de que os esforços de determinada gestão urbana não sejam diluídos ou esquecidos na próxima. É imprescindível assegurar os direitos sociais, civis e políticos de cada residente, resultando na composição da cidadania plena (MENDES, 2009, p. 326).

Essa citação só reforça a compreensão que, tanto a comunidade quanto a instituição pública e privada, ganham quando se executa o planejamento turístico com

responsabilidade, colaborando e respeitando o meio ambiente, porém, é importante a formação de parcerias com os órgãos responsáveis pelo turismo, tais como, secretarias de turismo, de segurança, de transportes, infraestrutura, entre outras áreas de interesse. A comunidade é uma das principais responsáveis pelo planejamento turístico, pois nada adianta a iniciativa do Estado, investimentos de empresas privadas e empreendimentos, se a comunidade não estiver envolvida diretamente. Para tanto, não se faz planejamento turístico sem a integração de todos esses agentes.

1.3 O ADVENTO DO TURISMO PEDAGÓGICO

Uma atividade educativa sob a forma de experiência turística, na qual os alunos assumem a condição temporária de turistas, segundo um plano pedagógico definido pela escola, para melhor exploração de conhecimentos, aproveitando-se da riqueza do meio ambiente (ÁLVARES; LINHARES; TAVEIRA, 2004, p.143).

Sabemos que o homem nunca deixou de viajar, conhecer e explorar novos territórios, incitando curiosidades de buscar lugares diferentes, conhecidos ou desconhecidos, próximos ou distantes. Ao referirmos a esse deslocamento espacial, Tuan (2003, p. 26) evidencia que *“El ser humano ha sido y continúa siendo profundamente inquieto. Por una razón u otra no se contenta nunca con el lugar en el que está. Se mueve [...]. Reflejan un sentimiento de descontento con el estado de cosas, el deseo de escapar”*.

“Expandiram-se as viagens da aristocracia motivadas pela demonstração do novo *status* e poder econômico” (MILAN, 2007, p. 20). Nesse contexto, os jovens da nobreza e da classe média inglesa, viajavam para outros países, com intuito de obter conhecimento e experiência profissional, pois, quanto mais viagens tivessem realizados, naturalmente, mais conhecimento cultural eles possuíam em suas bagagens.

Ainda no século XVIII na França, deu-se início ao *Grand Tour*, com o propósito educacional voltado para visitas a lugares culturais e históricos, observando as tradições e costumes dos outros países.

As viagens culturais eram realizadas em companhia de um tutor e duravam de seis meses a um ano e meio, podendo, em alguns casos alcançar dois anos. Os jovens privilegiados se alojavam em castelos, fortalezas e mansões feudais nos

países europeus, articulando uma troca de informações e conhecimentos (BARBOSA, 2002, p. 33).

O *Grand Tourist* possuía um olhar voltado para a obtenção de conhecimento sobre as histórias de diversas partes do mundo, como um viajante que estava sempre à busca de outros encantos, outras culturas, transformando a viagem em fenômeno social e assim, reafirmando a importância do *Grand Tour*.

Um novo tipo de viajante surge no século 18 em conexão com as transformações econômicas e culturais na Europa do Iluminismo e da Revolução Industrial. Trata-se aqui não do viajante de expedições de guerras e conquistas, não do missionário ou do peregrino, e nem do estudioso ou cientista natural, ou do diplomata em missão oficial, mas sim do *grand tourist*, conforme era chamado o viajante amante da cultura dos antigos e de seus monumentos, com um gosto exacerbado por ruínas que beirava a obsessão e uma inclinação inusitada para contemplar paisagens com seu olhar armado no enquadramento de amplas vistas panorâmicas, compostas segundo um idioma permeado por valores estéticos sublimes. Um viajante dispendioso acima de tudo de recursos e tempo nas primeiras viagens registradas pela historiografia da prática social de viajar por puro prazer e por amor à cultura (SALGUEIRO, 2002, p. 291).

Com o *Grand Tour*, o fluxo de turistas ingleses aumenta na Europa, surgem os primeiros hotéis luxuosos, especialmente na Suíça: Baden, Interlaken, St. Moritz (CUNHA, 1997). Esse movimento acaba trazendo uma dimensão econômica e social, de grande significância para o desenvolvimento do turismo.

No entanto, ocorreram muitas discussões sobre as vantagens e desvantagens dessas viagens integradas ao ensino, pois, achava-se que os jovens se dedicavam mais aos prazeres do lazer do que ao conhecimento cultural dos lugares visitados, razão esta representada pela atividade. Havia também os que diziam que:

[...] as viagens não educavam e só traziam vícios, e já outros afirmavam que as escolas jamais conseguiriam o mesmo resultado pedagógico permitido pela observação direta dos usos e costumes, da política, do governo, da religião, da arte de outras nações (BARRETTO, 1995, p.50).

Contudo, pode-se afirmar que o *Grand Tour* coligava a viagem ao processo de ensino e aprendizagem, onde os jovens praticantes de tal atividade poderiam adquirir sabedoria através da experiência direta com outras culturas, sendo, de certa forma, antecessor do que hoje se denomina por turismo pedagógico.

Muitos teóricos da área do turismo têm-se empenhado na tentativa de conceituar o termo “Turismo Pedagógico”, visto que, o mesmo se trata de um campo de estudo muito recente. Em tese, o turismo pedagógico é denominado por uma série de expressões, tais como: Turismo Educativo, Turismo Educacional, Turismo Estudantil, Estudo do Meio, entre outras cognições, que são modalidades propulsoras do turismo pedagógico. Portanto, o quadro 03, adaptado por Moletta (2003), facilitará o entendimento em relação aos diversos termos conceituais e metodológicos.

Quadro 03 - Diferenças Conceituais e Metodológicas

TÓPICOS	TURISMO EDUCACIONAL	TURISMO ESTUDANTIL	TURISMO PEDAGÓGICO	ESTUDO DO MEIO
Motivação para a viagem	Aprender sobre história, cultura, sociedade e outros aspectos do destino.	Ampliar a formação cultural em línguas, artes, história, etc; Comemorar a conclusão de uma etapa de estudos.	Estudar sobre o meio ambiente local e aspectos sócio-culturais do destino, com o intuito de promover uma complementação prática da teoria vista em sala de aula.	Método de ensino que estabelece uma relação entre teoria e prática, utilizando um objeto de estudo para que o aluno possa continuar o processo de aprendizado iniciado em sala de aula.
Tipos de viagens	Programas de intercâmbio (OMT, 2003); Viagens culturais, organizadas por instituições de ensino (BENI, 2003).	Programas de intercâmbio e viagens de formatura.	Visitas técnicas; viagens de estudo <i>in loco</i> .	Visitas técnicas; viagens de estudo <i>in loco</i> .
Período em que viajam	Durante o período letivo.	Intercâmbio: durante o período letivo; Viagens de formatura: após o término do período escolar, ou nas férias de inverno ou de verão.	Durante o período letivo.	Durante o período letivo.

Fonte: Adaptado de Moletta (2003, p.12).

Diante dessas confusões conceituais, a Organização Mundial do Turismo (OMT, 2003), ressalta que todo tipo de turismo pode ser considerado educativo, pois, ao visitar algum local, naturalmente, estará aprendendo sobre a cultura, história e vários outros aspectos do destino.

O termo Turismo Educacional se remete a viagens de aprendizagens por meio de intercâmbio e programas de estudos. Assim, a Organização Mundial do Turismo, complementa: “[...] certos roteiros turísticos podem ser considerados como turismo educacional, pois são voltados para locais históricos, culturais ou científicos importantes, e muitas vezes são coordenados por um professor especializado” (OMT, 2003, p. 90).

Já o Turismo Estudantil é considerado por Giaretta (2003, p.33) “[...] todas as viagens e excursões praticadas por estudantes com a finalidade de complementar e

ampliar conhecimentos para sua vida profissional”. No entanto, participações em cursos, simpósios, seminários, congressos e viagens de formaturas, também são avaliadas como Turismo Estudantil.

A mesma autora, também aborda sobre o Estudo do Meio, como sendo um “[...] método de ensino que estabelece uma relação entre teoria e prática, utilizando um objeto de estudo para que o aluno possa continuar o processo de aprendizado iniciado em sala de aula” (GIARETTA, 2003, p.45). Ou seja, cria condições, para que o aluno tenha contato direto com a sua realidade, conseqüentemente, propicia o conhecimento por meio da observação, pesquisa e coleta de dados.

Esse processo nos sustenta a ideia de estudo do meio, onde o aluno vai analisar e descrever o espaço, na qual é parte integrante. Sobre essa tese, Pontuschka (2004) relata que:

[...] o meio é uma Geografia viva. A escola, o córrego próximo, a população de um bairro, o distrito industrial, um parque, uma reserva florestal, um shopping, um hipermercado, a chácara da vizinha são elementos integrantes de um espaço, que podem ser pontos de partida para uma reflexão. Em um primeiro momento, pode-se “descrever”, utilizando os referenciais vivos para localizá-los; no entanto, é preciso ir além. Em qualquer lugar escolhido para realizar um estudo do meio, há o que ver, há o que refletir em Geografia, pois não existem lugares privilegiados, não há lugares pobres. É preciso saber “ver”, saber “dialogar” com a paisagem, detectar os problemas existentes na vida de seus moradores, estabelecer relações entre os fatos verificados e o cotidiano dos alunos (PONTUSCHKA, 2004, p. 260).

Nesse contexto, podemos notar a importância do turismo pedagógico como um segmento da atividade turística, que vem capacitar o aluno para a leitura e compreensão da sociedade na qual está inserido, contribuindo para a valorização da historicidade e da cultura local, vinculando a teoria da sala de aula à prática educacional.

1.3.1 O Sentido Do Turismo Pedagógico No Espaço Escolar

O turismo pedagógico é uma forma de propor ao aluno uma participação ativa no processo de construção do conhecimento, pois, proporciona meios para que ele possa tornar-se um cidadão criativo, dinâmico e interessado em atuar, de forma efetiva, na comunidade, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais consciente em todos os níveis (MOLETTA, 2003, p. 11-12).

Atualmente, há muitas escolas que se esquecem de inserir em suas propostas pedagógicas, o envolvimento ativo dos estudantes na formação da sua cidadania, e como implicação dessa ausência, a escola distancia os alunos da realidade. Tal distanciamento pode ser superado ao envolvê-los em diferenciadas práticas educativas, uma vez que constituem uma base para formação de cidadãos críticos, resultando em um trabalho mais prazeroso, para o professor que está executando e para os alunos que estão envolvidos efetivamente.

Segundo Ganzer (2005, p. 86), “[...] sair do ambiente escolar com os alunos e chegar aos espaços expositivos é de grande importância”. Parte-se da necessidade de aproximação dos alunos à cidade, por conseguinte, despertar a valorização de espaços que passam despercebidos por eles, pois, esses espaços por muitas vezes, só recebem visitas de turistas. Esse tipo de atividade pedagógica irá deslocar o aluno do seu ambiente comum, em busca de conhecimento, para além do espaço escolar.

Villalpando (2003) complementa, dizendo que:

A interação com o meio e a comunicação com as pessoas que interagem numa viagem, vão proporcionar ao estudante de uma forma geral a possibilidade de melhorar seu conhecimento nos mais variados campos, trabalhando respostas para uma vida futura (VILLALPANDO, 2003, p. 10).

Trata-se de uma relação próxima entre ensino e turismo, permitindo ao aluno um olhar mais amplo da realidade turística da cidade em que vive, no intuito de formar cidadãos mais críticos, reflexivos e que interaja plenamente com seu espaço. É nesse contexto que o turismo pedagógico surge como uma alternativa importante para a prática de ensino, assim, pode-se dizer que o turismo pedagógico é um importante instrumento na aprendizagem, que está em constante crescimento e vem sendo praticado por algumas instituições de ensino com o intuito de integrar os conteúdos curriculares em projetos multidisciplinares, fazendo uma inter-relação com várias disciplinas, entre elas podemos citar geografia, história, artes, sociologia, estudos sociais, e muitas outras (MOLETTA, 2003).

Sabendo-se que atividade didático-pedagógica é toda atividade relacionada ao processo ensino-aprendizagem, ou seja, que tem como principal objetivo estimular o educando a aprender um determinado tipo de conhecimento em diversas áreas, considera-se turismo pedagógico toda atividade didático-pedagógica que acontece

fora do ambiente físico escolar e que pode ser identificada por meio de uma excursão, viagem ou visita técnica (MATOS, 2012, p. 03).

Conforme a citação acima, entendemos que o turismo pedagógico é um instrumento de alfabetização cultural, e por meio dele, podemos buscar informações para entender o nosso meio e contemplar a memória histórica de uma determinada cidade, remetendo o aluno a não ser um mero espectador, mas ser um cidadão que conhece, representa e defende a história dos seus antepassados. Entende-se que as reflexões e estratégias desenvolvidas nessa área podem revelar potencialidades dessa atividade no que diz respeito ao processo de ensino-aprendizagem, através da socialização do turismo histórico-cultural com o cotidiano local (SILVEIRA; MARTINS; VIEIRA, 2008). Essas estratégias buscam estimular nos alunos um sentimento de valorização e conservação do patrimônio histórico-cultural, tornando um cidadão mais participativo e responsável com o meio em que o mesmo está inserido. E como diz Paul Henry (1997, p. 51), “não há “fato” ou “evento” histórico que não faça sentido, que não peça interpretação”.

Mas como diferenciar o turismo cultural do turismo pedagógico? Encontramos a resposta para esse questionamento nas palavras de Andriolo e Faustino (1997, p. 165), em seu artigo “Educação, Turismo e Cultura: A experiência de estudantes paulistas em Uruçanga”, onde os autores conceituam turismo cultural como “resultado da exploração do elemento herança e do patrimônio cultural”. Ou seja, converter os atrativos turísticos culturais em produtos comercializáveis pelas agências de viagens e turismo. Já o turismo pedagógico seria o oposto, pois serve à escola através de atividades educativas, sem fins lucrativos financeiramente, ou seja, concilia a educação com atrativos turísticos de um local.

Há uma variedade de objetivos pedagógicos que podem ser atingidos através de uma viagem ou de passeios, pois são nessas atividades que se encontram espaços para o entretenimento e conhecimento. Concordamos com Milan (2007, p. 35), quando a autora afirma que a atividade do turismo pedagógico, “não consiste em somente fazer explicações a respeito do ponto turístico, é preciso relacioná-lo com os conteúdos apresentados em sala de aula”. E como consequência dessa ação poderá desenvolver a aprendizagem, através da vivência dos estudantes.

No contexto de ensino, Scremin e Junqueira (2012, p. 28) consideram o turismo pedagógico como “[...] uma atividade importante e diferenciada, sendo um mecanismo

facilitador de aprendizagem”. Pode ser realizado por professores de diversas áreas, visando elaboração de práticas que incluam o deslocamento do ambiente escolar, como por exemplo, uma visita a um museu, a uma indústria, ou a um parque. No entanto, a intenção é que cada profissional que colabora com esse tipo de atividade, deverá trabalhar conforme o seu campo de atuação, e assim terá uma intersecção de áreas, visando agregar valores ao currículo programático disciplinar, às atividades extracurriculares e, ao repertório cultural do aluno.

A proposta com essas atividades visa à organização de aprendizagem, relacionadas a conteúdos curriculares, a valores de cidadania, e atitudes formativas, como o desenvolvimento da capacidade de respeito ao próximo, fortalecimento da noção de pertencimento a um grupo, elaboração de regras de convivência, entre outros.

Logo, ter acesso, conhecer a origem e a história do lugar onde mora, por exemplo, é conhecer a própria história do indivíduo, o que é direito de todos, independentemente da idade ou nível escolar. Esse conhecimento faz com que seja constituído no homem o sentimento de identidade (FARIA, 2009, p.49).

As atividades com passeios e viagens, podem incluir várias formas de aprendizagem, desde seu planejamento, juntamente com os alunos, relacionados à escolha do lugar a ser visitado, da elaboração das regras, pesquisa sobre o local de visita através, também, da coleta de dados e sistematização do conhecimento, que se dá com a elaboração de relatórios, organização de painéis com fotos, desenhos, textos, e outros mais recursos didáticos. Esse pilar da educação privilegia a aplicação da teoria na prática, “[...] visando à articulação entre os saberes escolares e os contextos sociais em que o aluno encontra fora do espaço escolar” (BRANDÃO, 2004, p. 06).

Nesse contexto, o turismo pedagógico direciona:

[...] uma conversão do olhar do residente para um olhar de turista, no sentido do deleite e da valorização do local, e de posterior reconversão que crie limites entre o fantástico e o real, possibilitando uma postura dialética diante do contexto e do ambiente visitado (HORA; CAVALCANTI, 2003, p. 208).

Seguindo a colocação das autoras citadas acima, podemos entender que ao converter o olhar de morador para o olhar de turista, não estaríamos impondo limites a fazer turismo pedagógico apenas em ambientes longe da sua cidade, pois a

aprendizagem pode partir do seu espaço de vivência, do seu dia-a-dia, de espaços onde a história e a cultura estão presentes. E indo mais além, o turismo pedagógico como ferramenta propulsora da educação, permite novas descobertas, estimula o conhecimento do seu meio de vivência, e desenvolve um olhar mais crítico ao que se encontra em sua volta.

Temos apenas que nos atentar para que a realização das viagens e excursões não se torne apenas uma atividade momentânea, onde a aprendizagem do aluno perante um determinado local fora do seu espaço de vivência fique ali mesmo, sem levar consigo a conscientização da valorização dos patrimônios históricos e culturais, para também servir e aplicar a sua realidade local.

Para Cardoso (2014), as atividades com o turismo pedagógico podem ser desenvolvidas em três etapas básicas, garantindo uma execução bem planejada, atingindo todos os objetivos propostos para a realização dessa oferta curricular.

1ª) Despertando a curiosidade:

É o momento em que antecede a “aula-passeio”, no qual ocorre o planejamento da atividade. Grande parte do sucesso desse trabalho depende desse primeiro momento. O estudo da história e dos costumes locais; e a realização de leituras sobre o que vai ser visto e feito. É nesse momento, ainda em sala de aula, que o professor deve explicitar aos alunos o que está sendo esperado deles.

2ª) Aula-Passeio:

É preciso que seja bem planejada, com o cunho pedagógico sempre em primeiro lugar. Para tanto, o professor planeja e orienta a seleção dos conteúdos a serem estudados e a seqüência das atividades.

3ª) Compartilhando as experiências:

Após a aula-passeio, em sala de aula, os alunos devem ser estimulados a discutir as vivências através de atividades de retomada do conteúdo estudado. É o momento, portanto, de avaliação do trabalho de turismo pedagógico (CARDOSO, 2014, p. 06).

Ainda para a autora citada acima, o turismo pedagógico como ação educativa, carrega diversas estratégias que podem ser percorridas no processo de ensino e aprendizagem, “[...] para o professor, pode significar imprimir em sua prática docente um novo frescor, uma renovação de ações. Para o aluno, ter a oportunidade de vivenciar os conhecimentos escolares de forma prazerosa” (IDEM, 2014, p. 17). No entanto, certas escolas ainda não conhecem a função do turismo pedagógico como uma metodologia diferenciada para o ensino, pois, muitas vezes, os passeios culturais e sociais são programados sem importância de planejamento. Para que tal atividade se desenvolva com qualidade, contribuindo significativamente ao conhecimento dos alunos, é

indispensável um currículo integrado, realizando uma prática pedagógica, dinâmica, integrando os conhecimentos científicos com as questões cotidianas.

Beni (2002) apresenta a prática do turismo pedagógico desenvolvida atualmente como um auxílio importante no que se diz respeito ao processo de ensino e aprendizagem, e vai além, dizendo que não se trata de algo novo, trata-se da:

[...] retomada de uma prática amplamente utilizada nos Estados Unidos por colégios e universidades particulares, e também adotada no Brasil por algumas escolas de elite, que consistia na organização de viagens culturais mediante o acompanhamento de professores especializados da própria instituição de ensino com programas de aulas e visitas a pontos históricos ou de interesse para o desenvolvimento educacional dos estudantes (BENI, 2002, p. 426).

Atividades pedagógicas realizadas fora do espaço escolar, não são novidades a professores contemporâneos que sempre inovam suas práticas, no entanto, o diferencial se encontra, nas atividades realizadas fora do espaço escolar, mas que são bem planejadas, atreladas a um currículo integrado, de modo a atingir os objetivos da proposta educativa, despertando o encantamento e a curiosidade dos alunos. Conforme Dhein e Guex (2013, p. 87), “[...] a relevância dessa experiência turístico-pedagógica está na possibilidade de transformação do olhar do morador em um novo olhar, o de turista, da capacidade de perceber de outra forma um espaço já conhecido”, assim, esse espaço se torna familiar ao aluno, construindo laços de pertencimento local.

Segundo Gomes, Mota e Perinotto (2012, p. 101), “o turismo pedagógico é uma ferramenta que demonstra na prática a teoria na sala de aula”. Desse modo, estimula nos alunos a valorização cultural do seu próprio espaço, possibilitando tanto aos alunos quanto os professores uma oportunidade de troca de conhecimento entre ambos, alinhando teoria e prática do ensino.

Por fim, Scremin e Junqueira (2012, p. 29) contribuem dizendo que, “o Brasil é um país riquíssimo em fatos históricos, culturais e sociais abrangendo uma diversidade exuberante”. Portanto, cabe aos profissionais da educação, ter a consciência da necessidade da exploração do meio para que o ato de aprendizagem seja diferenciado e interativo.

1.3.2 Educação Turística

A educação turística ofertada aos educandos é um modo de possibilitar aos jovens uma participação no desenvolvimento turístico do município; é formar cidadãos que atuarão como agentes que difundirão conhecimentos turísticos pela comunidade e esta será capaz de identificar se o turismo é uma boa alternativa econômica ou mesmo elemento positivo que promova a preservação e valorização do meio ambiente cultural e natural (FONSECA FILHO, 2007, p. 25).

A partir do século XX, o turismo começa a se impor na sociedade, evoluindo em estudos e pesquisas de cunho acadêmico, que antes eram apenas uma preocupação secundária em termos teóricos (MOESH, 2004). Com o passar dos tempos, o turismo como fenômeno de estudo foi inserido nas instituições de ensino.

Os primeiros cursos superiores em turismo surgiram na década de 1970, sendo criado o primeiro curso de Bacharelado em Turismo em 1971, pela Faculdade de Turismo do Morumbi, atendendo atualmente como Anhembi-Morumbi em São Paulo (REJOWSKI, 2001). Desde então, outras instituições se interessaram pela área do turismo, inclusive a escola básica, que vem inserindo o turismo de modo a despertar o interesse dos estudantes de escolas públicas pelo setor, e conhecer seus patrimônios culturais e turísticos locais. Indo mais além, podemos dizer que trabalhar com atividades de cunho turístico pedagógico, traz a inserção do aluno para o mundo multicultural e agregando novos conhecimentos para a sua formação. Este contexto de vínculo entre a realidade turística e o ensino escolar, permite o aluno:

Integrar os conhecimentos do cotidiano com o escolar e vice-versa; conscientizar-se do fenômeno turístico e convergir, quem sabe, suas atitudes conforme o interesse e necessidade para a busca de qualificação profissional; conquistar trabalho que o realize, com a formação escolar recebida; participar da vida organizada da comunidade e usufruir da infra-estrutura turística do município (REBELO, 1998, p. 30).

O Ministério da Educação (MEC) propõem diversos temas transversais para serem trabalhados na escola e disseminados nas disciplinas curriculares. Ética, Meio Ambiente, Orientação Sexual, Pluralidade Cultural, Saúde, Trabalho e Consumo, são concebidos como temas macros, no entanto, o turismo pode ser trabalhado como um sub-tema que dialoga com todos os temas transversais sugeridos pelo MEC, sendo abordado mais facilmente pela disciplina de Geografia e História, pois, são as ciências que mais se mostram interessadas pela área do turismo.

Muitas vezes, os próprios alunos, moradores locais, não conhecem os atrativos turísticos da sua cidade, tendo em vista, que a inserção do turismo no ensino, irá exigir práticas pedagógicas para apresentar a história e a Geografia local, através de visitas a esses pontos turísticos. Para Fonseca Filho (2007, p. 110), a educação turística “[...] utiliza-se das características históricas, geográficas, culturais e turísticas locais, para que os alunos se apropriem das vivências e experiências com o intuito de transformá-las em conhecimentos”. A inserção do turismo no ensino, também irá tornar os alunos aptos para serem turistas, no sentido de informá-los e envolvê-los na proteção do patrimônio cultural da sua cidade, ou seja:

[...] aprenderá a olhar, a compreender e a respeitar a natureza e o modo de vida do próximo. Com a Geografia e a História, descobrirá o espaço e o palco dos acontecimentos. Deverá iniciar-se com pequenas viagens, a fim de inculcar no aluno a noção do espaço e do tempo, e despertar seu interesse pela ecologia, pela biologia e muitas outras áreas do conhecimento (KRIPPENDORF, 2000, p.183).

Defendemos a liberdade da escola, juntamente com os professores, para decidir e estruturar o currículo escolar, levando em conta as necessidades de formação dos seus alunos, bem como, definir sua própria política curricular, atendendo as novas demandas da sociedade contemporânea e diversificando a educação tradicional.

Sabemos que há uma dificuldade enorme, ao inserir o turismo como atividade pedagógica no espaço escolar, tanto pela falta de recursos financeiros e de materiais, como também pelo desinteresse dos professores em usufruir e desenvolver trabalhos de cunhos turísticos em sua disciplina. No entanto, uma grande parte dos professores não recebem formação para trabalhar com conteúdos ligados ao turismo, que por sua vez, poderia ser um tema relevante de inserção à formação continuada e também constituir parcerias com universidades, para auxiliar em pesquisas, referenciais teóricos e práticas pedagógicas.

Ao visitar um atrativo local, sem fazer um estudo prévio em sala de aula sobre a localidade, essa atividade não será tão interessante, porém, quando se faz primeiramente um estudo aprofundado com a Geografia e História local, esta prática pedagógica despertará no aluno um maior envolvimento na visita, oportunizando-o na transmissão de informações sobre seu espaço de vivência para outras pessoas, como amigos,

familiares e até mesmo aos turistas. Nessa perspectiva, o docente poderá atingir uma dimensão tanto teórica como prática, sob o ensino de turismo (ANSARAH, 2002).

Conforme Fonseca Filho (2007) há uma grande modificação positiva no comportamento dos alunos, que pode ser notado nitidamente, ao inserir o turismo como conteúdo curricular, pois, assim, desenvolvem comportamentos mais responsáveis, demonstram maior interesse por sua cultura local e pelas demais localidades visitadas. Essa educação turística vai preparar o aluno para receber e repassar informações perante sua cidade e sensibilizá-los à valorização de seus patrimônios culturais e naturais.

Explicando o turismo como segmento educativo, nos remetemos a autores como Moreira, Avilés e Vales (2009):

Es la rama del turismo que se especializa en viajes donde los turistas organizan los mismos con el propósito no solo de conocer el lugar, si no de aprender, entender y comprender el entorno visitado; sin ser realizado dicho aprendizaje necesariamente dentro de un plane stricto y formal de aprendizaje; si no todo lo contrario; dentro de un espectro amplio y utilizando toda la gama de opciones de aprendizaje que nos brinda el avance en la rama educativa; utilizando los médios necesarios para que el turista se involucre dentro de dichos espacios (MOREIRA; AVILÉS; VALES, 2009, p. 01).

Para Fonseca Filho (2007), estudar a prática do turismo no ensino básico objetiva-se não apenas formar pessoas que recebam bem os turistas, mas também cidadãos que valorizem e protejam os patrimônios culturais e naturais de suas localidades. No momento em que o turismo assume um espaço na educação, naturalmente esse fenômeno se amplia, a sua ótica visa outros horizontes perante o universo turístico, sensibilizando aquele aluno residente à preservação dos patrimônios históricos e culturais da cidade, a fim de torná-lo agente atuante nos projetos turísticos locais e enriquecendo a sua bagagem cultural. Por fim, quando o turismo se insere na educação, envolvendo tanto alunos, quanto professores, essa interseção de prática educativa vem carregada de sentido social.

1.4 MAPA MENTAL: LEITURA DO ESPAÇO VIVIDO

O mapa mental pode servir, ao mesmo tempo, como um instrumento que indica os saberes geográficos e científicos que o aluno possui (seus raciocínios geográficos), e para possibilitar a identificação dos caminhos que deverão ser

percorridos pelos alunos para aprofundar seus conhecimentos em referência ao contexto da realidade (RICHTER, 2011, p. 94).

Estamos vivendo uma época em que a sociedade demanda por novas perspectivas na Geografia, que possibilite aos alunos um saber adequado e crítico, fazendo com que eles se interessem pelas aulas e pelas questões espaciais, que estão presente no dia-a-dia e são bases fundamentais do conhecimento geográfico a ser estudado por eles. Nesse contexto de mudanças, “[...] a Geografia que antes tinha a função de trazer informações sobre povos, nações e diferentes locais do mundo, hoje enfrenta novos desafios para contribuir no entendimento do espaço” (MORAES, 2008, p. 21).

O ensino de Geografia, no âmbito da educação escolar, se fundamenta a partir de conteúdos que possuem relações com as experiências vividas pelos educandos no cotidiano, visto que, uma das tarefas mais importantes para garantir o sucesso desse ensino é considerar as diferentes realidades vivenciadas, e conhecidas pelos alunos. Desse modo, a Geografia conta com diversos instrumentos didáticos, em especial, o mapa mental, que contribui na aproximação do ensino geográfico com o cotidiano do aluno.

Abordar em sala de aula, temas relacionados ao lugar de vivência das crianças (casa, bairro, escola...) e a produção de espaços maiores que ela também vivencia (cidade, Estado, País...), reconhecendo que os alunos se atraem mais quando consideramos suas realidades, é uma estimável forma de construir a noção de espaço. Logo concordamos com Marques (2012, p. 23), quando a autora em sua dissertação evidência que “[...] estudar o mapa dentro da realidade do aluno torna-se um exercício interessante, pois o aluno demonstrará seus entendimentos e percepções visuais do espaço de vivência”. Esse é um passo importante para incorporar as ações rotineiras dos alunos na inserção dos conteúdos curriculares referente ao espaço geográfico.

Para Cavalcanti (1998, p.11), “[...] o conhecimento geográfico é, pois indispensável à formação de indivíduos participantes da vida social à medida que propicia o entendimento do espaço geográfico e do papel desse espaço nas práticas sociais”. Essa abordagem aproxima-se do que diz Kaercher (1999, p.82), “[...] entender como o espaço influi em nossa vida e como nós o modificamos é o principal papel das aulas de Geografia”.

A aproximação entre o sujeito e o espaço, pode ser representada através dos mapas mentais. Esse meio de expressão do indivíduo, atua essencialmente na prática pedagógica, como afirma Ramirez e Soto (2008):

Las posibilidades que ofrece la Geografía de La percepción para el trabajo pedagógico en la enseñanza [...] resultan interesantes y útiles para la educación espacial, especialmente porque favorecen una aproximación distinta, individual y subjetiva al mundo real. Además, obliga a tomar como base los conocimientos previos que los Estudiantes tienen acerca del tema, y al ligar lo con sus propias experiencias, propician aprendizajes significativos (RAMÍREZ; SOTO, 2008, p. 06).

Assim sendo, o trabalho deve ser sempre desenvolvido a partir da realidade do aluno, pois a criança não pode crescer desligada da realidade em que vive, mas inserida em seu meio, como cidadão com direitos e deveres em relação a própria sociedade. Para Nascimento et al. (2015), o professor deve considerar os conceitos e os conhecimentos cotidianos que os alunos constroem dentro e fora da escola para que haja uma integração entre os saberes da vivência com os saberes científicos desenvolvidos em sala de aula.

Se tratando em alcançar melhorias nas práticas educacionais, contribuindo para uma aprendizagem mais ampla sobre os conteúdos vistos em sala de aula, se faz necessário, incorporar no currículo atividades que corroborem com as vivências dos alunos fora do espaço escolar. No processo de aprendizagem, a relação entre o cotidiano e os conceitos científicos acontece quando o professor trabalha textos, imagens, vídeos e mapas nas aulas, e assim, a leitura desses recursos torna-se possível a partir do uso dos conceitos, ou seja, os conceitos possibilitarão que o aluno leia o espaço compreendendo os arranjos espaciais.

Aderindo a essa compreensão, Cavalcanti (1998) nos fala que o trabalho com mapas mentais construídos pelos alunos, na escola, tem por finalidade conhecer o nível de sua consciência espacial, ou seja, entender como os alunos percebem o lugar em que vivem. Tal recurso didático, possibilita de forma simplória, a integração das experiências que os alunos têm do seu espaço de vivência, atrelado aos conteúdos visto em sala de aula na disciplina de Geografia.

Paganelli (2008) afirma que o ser humano organiza em sua mente caminhos e esquemas de determinados conhecimentos. Esse conhecimento prévio, somado a novas informações são armazenados em nossa mente, e podem ser representados de maneira que atenda a percepção e a noção que uma pessoa traz diante de um tema em estudo

e/ou um lugar. Ainda segundo a autora, tais imagens construídas em nosso imaginário podem ser representadas através do mapa mental, pois:

Os mapas mentais são uma ferramenta de subsídio para representação e melhor compreensão do lugar, e um importante recurso para o desenvolvimento do ensino-aprendizagem referente às categorias geográficas, sobretudo o lugar, através de percepções próprias dos alunos (PAGANELLI, 2008, p. 34).

Em outras palavras, Nogueira (2006) explicita que:

Os mapas mentais são representações do real e são elaborados por um processo no qual se relacionam percepções próprias: visuais, auditivas, olfativas, as lembranças, as coisas conscientes e inconscientes, ou pertencer a um grupo social, cultural; assim, mediante e seguida de filtros, nasce uma reconstrução as cartas mentais (NOGUEIRA, 2006, p. 127).

Nessa circunstância de definições, Castellar (2007) ressalta que os mapas mentais ou os desenhos são representações em que não há preocupação com a perspectiva ou qualquer convenção geográfica, principalmente porque as representações ocorrem a partir da memória. “Ou seja, os mapas mentais são representações que revelam os valores que os indivíduos têm dos lugares, dando-lhes significados ou sentidos ao espaço vivido” (CASTELLAR, 2007, p. 25).

Neste sentido, podemos afirmar que o mapa mental é um recurso fundamental no processo de ensino e aprendizagem da Geografia, pois a linguagem cartográfica possibilita o desenvolvimento da aprendizagem de uma análise espacial, contribuindo assim com o processo de leitura de mundo.

Assim, a integração dos mapas mentais poderá ajudar no processo de ensino-aprendizagem dessa disciplina por desenvolver nos alunos uma leitura sobre a realidade mais atenta às dinâmicas espaciais que interferem na organização da sociedade. Portanto, a proximidade da representação espacial com o ensino dos conteúdos e conceitos deve se fazer presente ao longo do currículo escolar de Geografia. Muito mais do que atender às normas pedagógicas das escolas ou dos documentos oficiais que orientam os trabalhos didáticos, essa prática permitirá a formação de um indivíduo mais consciente da análise espacial presente na construção da nossa vivência (RICHTER, 2011, p. 131).

Oliveira (2010), ao caracterizar o processo de apreensão do espaço, recomenda uma teoria referente ao momento em que o ser humano depara-se com o espaço que o cerca, mentalmente ele já organiza em sua mente uma ideia a respeito desse espaço,

logo, tenta delimitá-lo. Deste modo, a construção/elaboração de mapas mentais promove a articulação entre os conceitos e os conhecimentos cotidianos que os alunos constroem dentro e fora da escola, isto quer dizer que, é necessário atrelar os saberes da vivência cotidiana com os saberes científicos desenvolvidos em sala de aula (CALLAI, 2005).

Assim sendo, os apontamentos de Kozel (2007) corroboram com as análises de Callai (2005) e são importantes para o entendimento do mapa mental:

As representações provenientes das imagens mentais não existem dissociadas do processo de leitura que se faz do mundo. E nesse aspecto os mapas mentais são considerados uma representação do mundo real visto através do olhar particular de um ser humano, passando pelo aporte cognitivo, pela visão de mundo e intencionalidades. Essa multiplicidade de sentidos que um mesmo “lugar” contém para seus moradores e visitantes está ligada, sobretudo, ao que se denomina de imaginação criadora, função cognitiva que ressalta a fabulação como vetor a partir do qual todo ser humano conhece o mundo que habita. O espaço percebido pela imaginação não pode ser o espaço indiferente, é um espaço vivido. E vivido não em sua positividade, mas com todas as parciaisidades da imaginação (KOZEL, 2007, p. 121).

Segundo Kozel (2009, p.01) os mapas mentais são entendidos, “[...] como uma forma de linguagem que retrata o espaço vivido representado em todas as suas nuances, cujos signos são construções sociais”. A autora afirma ainda que os mapas mentais podem ser construídos por intermédio de imagens, sons, formas, odores, sabores, porém seu caráter significativo prescinde de uma forma de linguagem para ser comunicado. Portanto, os mapas mentais exigem uma interpretação/decodificação, uma vez que eles refletem as representações dos indivíduos em relação ao espaço geográfico, ao espaço vivido, cujos signos são construções sociais que fazem parte da realidade do sujeito.

Nogueira (1994) considera alguns fatores para a produção e reprodução espacial realizada através da elaboração de mapas mentais, feitos por alunos do ensino fundamental. Segundo a autora:

[...] cada homem, ou até cada grupo, existe uma imagem diferente do espaço, e esta imagem não é fantasia apreendida a partir do que ele percebe do mundo que o rodeia, a partir de sua experiência de vida, o espaço vivido, que é também concreto, pois é analisado por homens concretos, sujeitos inseridos no tempo e no espaço, sujeitos histórico-espaciais (NOGUEIRA, 1994, p. 61).

O mapa mental possibilita ao mapeador representar suas vontades, satisfações, insatisfações, valores, limitações e percepções relacionadas ao seu espaço vivido, sendo

assim, tornam-se mais fácil para o aluno descrever e desenhar um lugar conhecido, principalmente quando se têm grande interação com os elementos representados. Portanto concordamos com Richter (2011, p 95) ao afirmar que “[...] o mapa registra, expressa e possibilita uma leitura mais ampla e contextualizada do espaço (geográfico)”.

Contudo, enfatiza-se que na Geografia escolar o mapa mental é um importante recurso didático a ser utilizado no processo de ensino e aprendizagem, pois sua construção vai exigir do aluno uma leitura do mundo integrada com os conhecimentos geográficos ensinados na escola, ou seja, “[...] uma visão consciente e crítica do seu espaço de vivência” (ALMEIDA, 2010 p. 10). E mais, o uso do mapa mental como recurso didático no ensino da Geografia, possibilita ao professor reconhecer quais são as experiências, as interpretações, os avanços e os limites de cada aluno relacionados, sobretudo, ao desenvolvimento do seu raciocínio espacial.

2 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO DE CÁCERES/MT

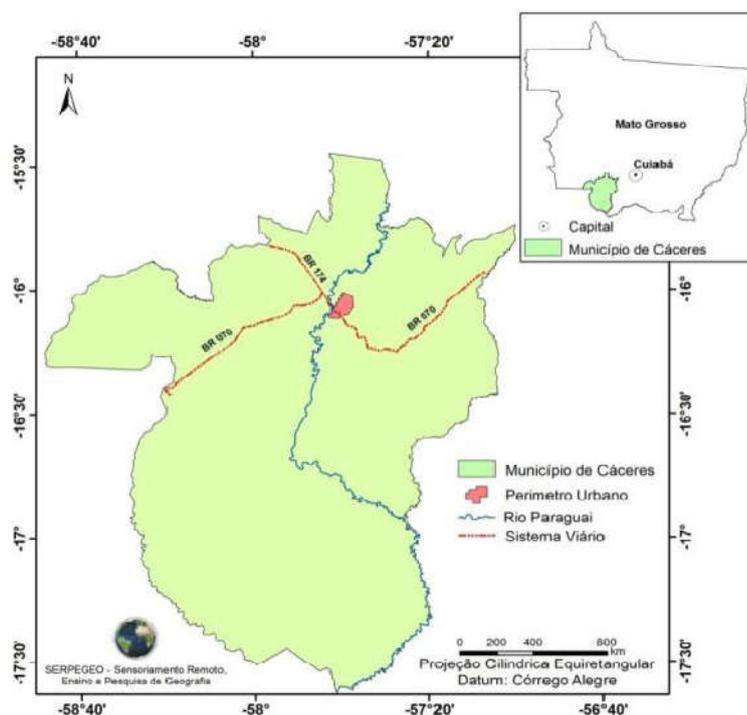
Este capítulo estará abordando sobre os aspectos urbanos referentes ao espaço do centro histórico de Cáceres/MT e seus elementos patrimoniais que compõem o núcleo central da cidade. No primeiro tópico, há uma breve discussão teórica sobre a fundação e formação até receber a nomeação de cidade de Cáceres. No segundo tópico, se vê um apanhado histórico do processo de construção e ampliação dos elementos patrimoniais que compõem o centro histórico da cidade, bem como, a importância que cada um deles possui para a memória da comunidade cacerense, pois, “[...] falar de patrimônio cultural ou de bem cultural é falar de memória” (ARRUDA, 2014, p. 49).

Posteriormente, encontra-se diluída no segundo tópico, uma sucinta descrição dos elementos patrimoniais integrantes dessa pesquisa, no intuito de conhecer o processo de formação desses elementos, por meio do levantamento histórico e da representação que cada um possui como atrativos histórico-culturais para a cidade.

2.1 ASPECTOS GEOGRÁFICOS E HISTÓRICOS DE CÁCERES/MT

O Município de Cáceres está localizado na região Sudoeste do Estado de Mato Grosso, em meio à faixa de fronteira Brasil-Bolívia e a microrregião do Alto Paraguai (NEVES, 2008). Abrange uma área territorial de 24.577,149 km² (IBGE, 2015), situada a 215 km de distância da capital do Estado, localizada (Figura 02) nas coordenadas 16° 13' 42" latitude Sul, e 57° 40' 51" longitude Oeste, a 118 metros de altitude acima do nível do mar (ARRUDA, 2010). No passado, o pequeno vilarejo foi palco estratégico para evitar invasões motivadas pela disputa de territórios. Hoje, a cidade conta com uma população estimada de 90.881 habitantes (IBGE, 2016).

Figura 02 - Mapa de Localização do Município de Cáceres/MT



Fonte: SERPEGO (ARRUDA, 2010).

A povoação de Vila Maria do Paraguai foi fundada em 6 de outubro de 1778, pelo governador e capitão-general, Luis de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres (FANAIA, 2011). Logo que assumiu o governo, despertou uma grande preocupação com a defesa do território do Estado, mandando assentar à margem esquerda do Rio Paraguai, no sítio da atual cidade de Cáceres, uma povoação denominada Vila Maria do Paraguai, recebendo este nome em homenagem à rainha reinante de Portugal.

Desde então, a Vila Maria do Paraguai atravessou diversas fases e foi evoluindo em consequência de suas atividades diretamente ligadas ao Rio Paraguai, se transformando em um importante porto fluvial em nível internacional. Essa evolução resultou no crescimento espacial da área urbana e no surgimento de novas formas de produções. Já em 1874 foi categorizada como cidade, recebendo o nome de São Luiz de Cáceres em homenagem ao padroeiro e ao fundador da cidade e somente com a Lei Nº 208, de 26 de outubro de 1938, foi mudado o nome da cidade para então, Cáceres (MENDES, 1973).

A fase de efervescência das importações e exportações de produtos industrializados e regionais na primeira metade do século XX, fez surgir grandes casas comerciais como as da família Dulce, Arruda, entre outros, que revendiam as mercadorias importadas da Europa que, juntamente com centenas de imigrantes, desembarcavam, cotidianamente, no Cais do Porto vindo em grandes vapores. A navegação possibilitou também a vinda de muitos estrangeiros como os franceses, os belgas, os italianos, os ingleses, entre outros. Imponentes casarões são perfilados uns ao lado dos outros, constituindo-se em reminiscências do glorioso apogeu do período colonial e imperial brasileiro (DAN, 2010, p. 26).

Nesta fase, o espaço cacerense vai sendo produzido e moldado, conforme as situações de desenvolvimento da época, e assim, a cidade de Cáceres foi crescendo notoriamente, dinamizando a produção e a transformação do espaço. E assim, nem o tempo apagou o carimbo do antigo, das marcas do período colonial, que até hoje ainda se encontram no espaço urbano cacerense, em meios às construções do presente.

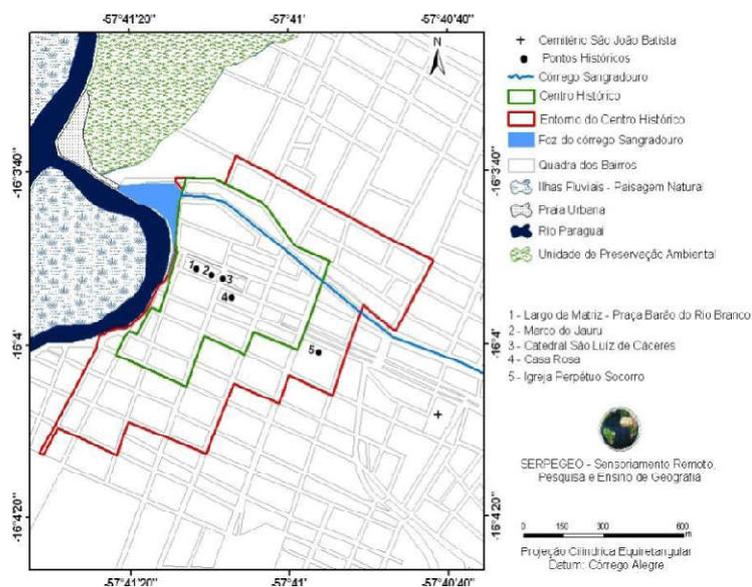
2.2 ASPECTOS DE FORMAÇÃO DO CENTRO HISTÓRICO DE CÁCERES/MT

A expressão centro histórico revela em si, o reflexo do nosso presente e do nosso futuro, mais do que reflete um passado (ASHWORTH; TUNBRIDGE, 2000). Essa revelação se encontra nos elementos patrimoniais do núcleo urbano, pois se há restauração e bons cuidados tanto da comunidade quanto das políticas públicas, logo será refletido num elemento patrimonial em extrema preservação e regeneração, e também fará parte do nosso futuro, sem risco de desaparecimento, pois se trata do melhor que nossa sociedade dispõe em sua paisagem urbana.

Arruda (2010, p. 964) retrata que “[...] o núcleo urbano de Cáceres teve início à margem esquerda do Rio Paraguai, correspondendo a uma área de 130.219,47 m²”. De acordo com a Lei 1.411/1997 (MATO GROSSO, 2008), a cidade de Cáceres encontra-se dividida em 43 bairros, sendo designado ao centro histórico o bairro Centro e parte da Cavallhada. No centro histórico de Cáceres podemos averiguar muitas casas, ruas, praças e igrejas que possuem características semelhantes a um conjunto arquitetônico colonial dos séculos XVIII e XIX, em estilos apurados como os mais sofisticados da época, sendo estes o *art nouveau*, *art déco*, gótico, neoclássico, entre vários outros, “[...] que expressam implicitamente um projeto de urbanismo do governo do império lusitano na colônia” (MORAES, 2003, p. 32). Para Dan (2010), esses casarões demarcam o centro da cidade, como uma região residencial das elites locais, que nos remetem aos tempos do ciclo do ouro, e da classe de comerciantes que dominavam a economia da época.

Portanto, muitos são os elementos que compõem o centro histórico de Cáceres e que marcam uma influência da Coroa Portuguesa, entre eles, podemos citar os que são de maiores destaques para visita turística: Praça Barão do Rio Branco, Catedral, Marco do Jauru, antiga Câmara Municipal, Casa Rosa, escultura do Anjo da Ventura, entre muitos outros.

Figura 03 - Mapa do centro histórico de Cáceres/MT



Fonte: SERPEGEO (ARRUDA, 2010).

Natalino Ferreira Mendes (2009), listou a nomeação das ruas antigas e seus respectivos nomes atuais, bem como o nome dos largos dados antigamente como referência as praças e como são chamadas no momento presente.

Quadro 04 - Nomeação antiga e atual

NOMEAÇÃO ANTIGA	NOMEAÇÃO ATUAL
Rua da Manga	Quintino Bocaiúva
Rua Direita	13 de junho
Rua Formosa	João Pessoa
Rua do Meio	Antonio Maria
Rua Augusta	Cel. José Dulce
Rua de Baixo	Mal. Deodoro
Travessa Do Mercado	Padre Casemiro
Travessa Da Esperança	Gen. Osório
Travessa Da Câmara	Com. Balduino
Travessa Do Quartel	Cel. Faria
Largo Da Matriz	Praça Barão do Rio Branco
Largo Do Mercado	Praça Major João Carlos

Fonte: (Adptado pela autora, 2017).

Nesse contexto, o centro histórico de Cáceres abrange o seguinte itinerário: Rua Sabino Vieira, Voluntário da Pátria, Antonio João, Operários, General Osório, 6 de outubro, Padre Casemiro, Marechal Deodoro, Tapagem, Frei Ambrósio, São João, São Pedro, Campo Vidal e fechando o entorno no córrego Sangradouro, correspondente a um perímetro de 308.316,91 m² e abrange com o seu entorno 438.450,00 m² (ARRUDA, 2010).

A livre navegação no Rio Paraguai, facilitou a chegada de novos materiais de construção, novas técnicas e influências, as quais se apresentam, na arquitetura das antigas edificações da cidade. O ecletismo, neogótico, art nouveau, art déco, são estilos de manifestações arquitetônicas que se pode constatar através das: platibandas (locadas acima da calha), cimalthas ricamente elaboradas, arcos, formas arredondadas na parte das ferragens e serralherias, linhas sobrepostas em ziguezague e zigurates, gradil de ferro, beirais, e uma série de simbologias decorativas.

Assim, com a Portaria Provisória nº 76/91 da Fundação Cultural de Mato Grosso, formalizada pelo Decreto Municipal nº 185 de 19 de Abril de 1994 foi instituído o Centro Histórico de Cáceres. No entanto, a regulamentação definitiva do Centro Histórico de Cáceres ocorreu por meio da Portaria nº 027/2002 da Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso, definindo o seu entorno em julho de 2002 (ARRUDA et al., 2008). O tombamento estadual definitivo do centro histórico da cidade, conforme a figura 04, teve como único objetivo melhorar e garantir a continuidade da preservação dos elementos patrimoniais tombados, por conseguinte, atuar na fiscalização e dando suporte financeiro para a preservação dos bens arquitetônicos.

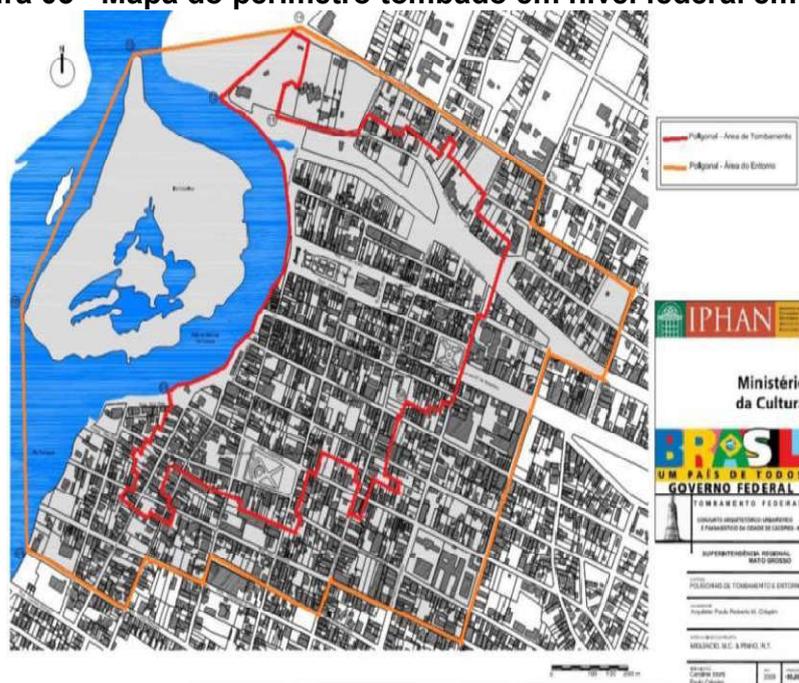
Figura 04 - Mapa do Tombamento Estadual – Portaria Nº027/2002



Fonte: Arquivo Adilson Reis (2006).

Para acontecer o tombamento federal do sítio histórico de Cáceres, alguns critérios foram considerados para garantir a preservação do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico. Por causa das contradições técnicas e conceituais, houve um estudo acompanhado pelos técnicos da Sub-Regional/IPHAN e do governo estadual para redefinir a poligonal de tombamento federal do sítio histórico e seu entorno. Conforme consta abaixo na figura 05, a área tombada em nível federal incorporou maior quantidade de bens, levando em consideração a inserção dos elementos naturais, como a ilha fluvial (ARRUDA, 2014).

Figura 05 - Mapa do perímetro tombado em nível federal em 2009



Fonte: IPHAN, 2009.

A cidade de Cáceres possui um passado colonial que reúne em seu conjunto arquitetônico um acervo que acabou sendo tombado pelo IPHAN. Entretanto, segundo o procurador Mascarelli, do Ministério Público Federal (MPF), em entrevista para a TV Centro América do Estado de Mato Grosso, diz que: “[...] o tombamento não foi acompanhado por medidas que efetivamente garantissem a preservação e a gestão do conjunto em questão”. Confirmando essa concepção, muitos exemplos podem ser conferidos ao se circular pela cidade, como casarões do início do século passado dentro da área do centro histórico tombado, encontram-se em estado não só de abandono, mas depredados, pichados e alguns constam até marcas de incêndio.

Importa ressaltar, que em 1937, criou-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), no qual hoje, denomina-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (TARGINO, 2007). Para os responsáveis pelo SPHAN, a expressão patrimônio designava apenas aos bens edificados que possuíam certa beleza ou pertencia a uma arquitetura colonial, no entanto, eram os arquitetos que faziam o processo de tombamento. Em 1982, a instituição passou a ter representação em Cuiabá, com a criação do Escritório Técnico da SPHAN/Pró-Memória, vinculada à 8ª Diretoria Regional (IPHAN, 2008).

O tombamento atua como um instrumento de proteção e conservação de bens culturais para manter a sua permanência durante um tempo maior. Entretanto, são necessárias parcerias, não só de políticas públicas, mas também, de toda a população da cidade. De acordo com o IPHAN (2008):

O tombamento do patrimônio cultural é um ato administrativo realizado pelo poder público com o intuito de preservar e proteger as características de determinada área ou bem que são representativas para uma comunidade, após estudo e estabelecimento de regras para a qualificação e para a proteção (IPHAN, 2008, p. 12).

Contudo, necessita-se de incentivo por parte do governo municipal e estadual, juntamente com o Instituto Patrimonial Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), para que o centro histórico de Cáceres não seja aniquilado, pois, essas estruturas arquitetônicas retratam toda uma história de ocupação e transformações que resultaram na formação da cidade de Cáceres.

2.2.1 Elementos Patrimoniais Integrantes da Pesquisa

Partindo dos aspectos descritos anteriormente, apresentaremos em seguida, os elementos patrimoniais integrantes do centro histórico de Cáceres/MT, inseridos no roteiro turístico-pedagógico da pesquisa, e que fazem parte dos monumentos tombados pelo IPHAN, sendo eles: Praça Barão do Rio Branco, Marco do Jauru, Catedral, Antiga Câmara Municipal, Casa Rosa e a escultura do Anjo da Ventura. Desse modo, se faz necessário, conhecer o processo de formação desses elementos patrimoniais, por meio do levantamento histórico e da representação que cada um possui como atrativos histórico-culturais para a cidade.

2.2.1.1 Praça Barão do Rio Branco

A Praça Barão do Rio Branco é considerada como um espaço público principal da cidade, inspirada nas obras coloniais portuguesas seguindo o modelo barroco, e construída no ato de fundação de Vila Maria do Paraguai, atualmente, Cáceres.

O próprio ato de fundação foi uma 'dura intervenção', um 'rearranjo espacial' para acomodar a população que vivia à margem direita do rio Paraguai, 'enquadrando-a' nos princípios do modelo de cidade portuguesa do período: o alinhamento das ruas, com suas respectivas medidas, convergindo-as para a praça, o lugar reservado à construção da igreja (ARRUDA, 2002, p. 96).

De acordo com Chaves et al. (2011), Cáceres queria transparecer que estava passando por um processo de modernização, portanto, nas primeiras décadas do século XX, colocaram um coreto na parte central da Praça Barão do Rio Branco, juntamente com a inserção de um jardim, contendo plantas de diversas espécies, como mostra a figura 06, abaixo:

Figura 06 - Praça Barão do Rio Branco



Fonte: Arquivo Adilson Reis (2006).

Pinho (2011) retrata que nesse período, também colocaram grades de ferro no entorno da Praça. Todos esses ornamentos foram inseridos para evidenciar a contemporaneidade daquela época. No entanto, havia uma barreira social nesse local, visto que, somente as pessoas da alta sociedade poderiam frequentar o interior da praça,

já a classe baixa só poderia ficar no entorno desse espaço. Tal ação expressava uma forma de elitização daquele ambiente.

Foi somente no século XX que a praça recebeu ornamentos com a introdução de canteiros de plantas de espécies variadas, muitas das quais morreram por não se adaptarem ao clima local. A construção do coreto e a fixação de gradis de ferro em todo entorno da Praça Barão foram medidas adotadas que traduziam a inserção da cidade na modernidade, tão ciosa do perigo das misturas e do desejo de afirmação da elite local, configurando numa espécie de barreira social, já que a mesma frequentava o interior da Praça e as pessoas pobres ficavam no seu entorno o que deixa transparecer os estriamentos dessa cidade em processo de modernização, com a disciplinarização de seus espaços, sobretudo os espaços públicos (PINHO, 2011, p. 76).

Sobretudo, a circulação das pessoas, e principalmente os estabelecimentos comerciais, se estruturam e tomam como referência a Praça Barão do Rio Branco, “[...] isto porque a praça central não é só o seu ‘quadrilátero’, ela se comunica com outros espaços enquanto práticas sociais, numa relação intrínseca com seu entorno” (ARRUDA, 2002, p. 99).

No período atual, a Praça Barão do Rio Branco continua sendo um ponto de encontro para a população cacerense e para os turistas, no chamado “Calçadão de Cáceres”, onde se concentra restaurantes, bares, sorveterias, cinema, banco Sistema de Crédito Cooperativo (SICRED), casa noturna, entre diversos estabelecimentos, que são pontos de atrações para os finais de semanas.

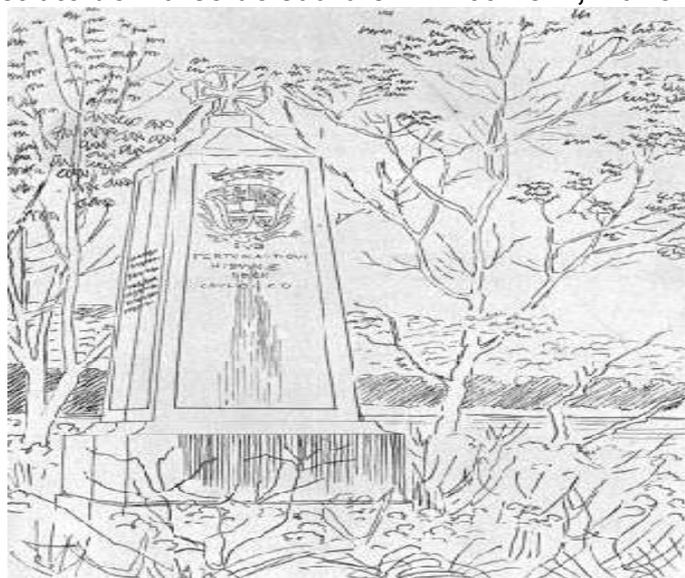
2.2.1.2 Marco do Jauru

Após o descobrimento de novas terras desabitadas, iniciaram disputas territoriais entre Portugal e Espanha e, com a expansão da ocupação fez-se necessário impor demarcações, através da representação de “marcos” (CASARIN; VIEIRA, 2011). Como exemplo, temos o “Marco do Jauru” fruto do Tratado de Madri, que estabeleceu os limites dos impérios coloniais entre Portugal e Espanha na América do Sul.

Pelo Tratado de Madri, se convencionou entre a Coroa Portuguesa e Espanhola que o ponto de direcionamento dos limites territoriais era a foz do Rio Jauru, afluente na margem direita do Rio Paraguai, tendo ali sido implantado em 1754, o marco demarcatório denominado de “Marco do Jauru” (CASARIN; VIEIRA, 2011, p.153).

Florence (2007) descreve o Marco do Jauru como uma peça arquitetônica (Figura 07), esculpida em pedra de Lioz, construído em duas partes, sendo um lado feito em Portugal e a outra parte na Espanha, por isso, nele estão esculpidas as duas armas uma de cada país, simbolizando o fim de longas disputas entre a Coroa Portuguesa e Espanhola.

Figura 07 - Retrato do Marco do Jauru em 11-09-1827, na foz do Rio Jauru



Fonte: Florence (2007).

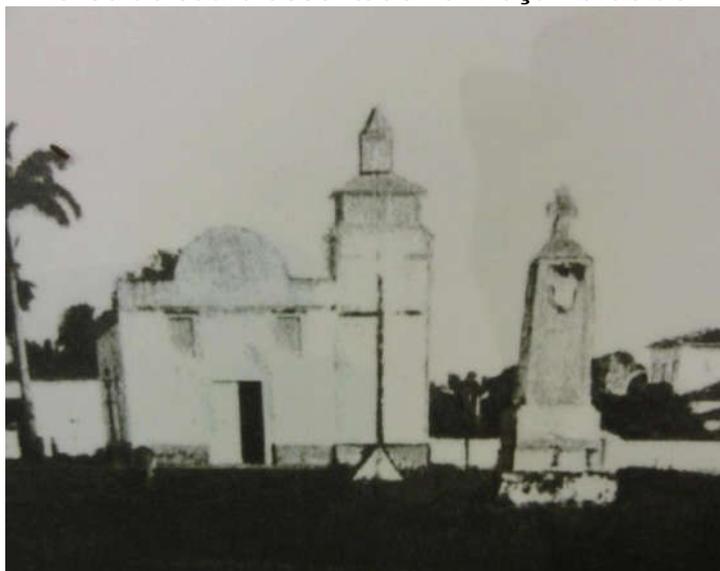
Os tempos foram passando e os Marcos demarcatórios já não exerciam a função de origem, principalmente, o Marco do Jauru que se encontrava em um local de difícil acesso e, no entanto, também estava abandonado há muito tempo. Em consequência dessa ação, em 20 de maio de 1880 o Tenente-Coronel Antonio Maria Coelho, comandante do Distrito Militar de Cáceres, fez um requerimento ao Governo da Província, solicitando a retirada do Marco do Jauru, localizado na Foz do Rio Jauru, e transferi-lo para a área central da cidade de Cáceres, alegando o estado de abandono que a peça se encontrava (MENDES, 1983). Com intuito de conservação do Marco, o Governo da Província aceitou o pedido do comandante logo de imediato, e em 02 de fevereiro de

1883, foi resgatado e assentado na Praça Barão do Rio Branco, o Marco do Jauru, transladado do seu local original na barra do Rio Jauru (IDEM, 1983).

[...] sem dúvida, foi a mais bem sucedida das partidas formadas para a execução do que havia sido imposto pelo Tratado de Madri. Entre 1753-1754, conseguiram executar o trabalho sem que houvesse maiores divergências e estas não impediram que o Diário desta partida fosse assinado por todos os comissários. Em janeiro de 1754 já haviam fixado o Marco na barra do rio Jauru (COSTA, 1999, p. 214).

Nota-se que o Marco do Jauru é um monumento muito mais antigo que a própria cidade de Cáceres (Figura 08), em se tratando da sua criação e fixação, visto que, após a assinatura do Tratado de Madri, iniciou-se uma intensa política de povoamento e demarcação de territórios, com a finalidade de criar novas povoações pertencentes à América Portuguesa. Assim, surge Vila Maria do Paraguai, como um povoado resultante dessa missão.

Figura 08 - Marco do Jauru assentado na Praça Barão do Rio Branco



Fonte: Arquivo Adilson Reis (2006).

Em 1977 o Marco do Jauru foi tombado pelo Instituto Patrimonial Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), e pelo qual, foi o primeiro bem cultural patrimonizado na cidade em nível federal. Essa preocupação especificamente com o Marco do Jauru, teve influência perante a relevância que o monumento simboliza para a população cacerense. Compreende-se, portanto, “[...] que o tombamento do Marco viabilizou uma boa e

instigante experiência na gestão compartilhada de preservação do patrimônio entre poderes públicos em Cáceres” (ARRUDA, 2014, p. 78).

Hoje, o Marco do Jauru possui nova função, é um atrativo cultural para o turismo em Cáceres e muito valorizado pela população cacerense, pois, traz consigo a preservação histórica da expansão e formação territorial de Mato Grosso, que resistiu ao tempo e às divergências políticas e culturais. Neste sentido, Choay (2006) destaca que:

Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial, relaciona-se com a memória viva e com a duração. [...] O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração (CHOAY, 2006, p. 25).

Esse monumento representa um valor inquestionável para a herança histórica de Cáceres, sendo muito mais que um monumento, ou seja, um instrumento de veneração, principalmente para a população da cidade. Junto com a Catedral de São Luís, os dois monumentos estão até hoje entre os principais atrativos turísticos da cidade.

2.2.1.3 Catedral

A Catedral São Luís de Cáceres, tombada pelo governo municipal e estadual, encontra-se localizada na Rua Comandante Balduino, no bairro Centro em Cáceres/MT. Possui latitude 16°03'52,8" S e longitude 57°41'09,5" O. Conforme Silva et al. (2016) a igreja começou a ser construída em 1919, e as obras duraram até 1965, perdurando por 46 anos, tudo isso devido a uma multiplicidade de motivos, entre esses, os mais comentados foram:

[...] morte do engenheiro idealizador do projeto, falta de profissionais - engenheiros e técnicos, que solucionassem os problemas relacionados ao estilo Gótico, entre outros. A estrutura do prédio não se adequava as características do terreno local, ou seja, solo arenoso. Como o projeto de arquitetura gótica, caracterizava-se por sua estrutura verticalizada, durante o processo de construção a Catedral teve o seu projeto reestruturado para o estilo neogótico, apresentando em sua estrutura esqueleto metálico e de madeira, que assumiram as funções das abóbadas de nervuras e arcobotantes (SILVA et al., 2016, p. 447).

Muitos foram os empecilhos para o término da construção da Catedral, mas logo, tornou-se monumento da cidade, inspirada na Catedral de Notre Dame em Paris, expressando resquícios de um estilo gótico, representado em suas fachadas, frontões e beirais. O estilo gótico é conhecido como “Arte Francesa”, muito utilizado na arquitetura de igrejas construídas na França, com valores renascentistas. No entanto, essa linguagem da arte gótica nas catedrais, se desenvolveu por toda Europa expressando uma pureza espiritual no interior das arquiteturas predominantes do estilo gótico (SILVA et al., 2016).

Figura 09 - Catedral de São Luís de Cáceres



Fonte: Dados da Autora (2017)

Curiosidades: A Catedral de Cáceres traz consigo a lenda do “Minhocão”, monstro que habita no imaginário cacerense, no entanto, sabe-se que este minhocão é tão grande, que sua cabeça está no Rio e o rabo encontra-se embaixo da igreja. Hoje, com 51 anos de inauguração, a Catedral São Luís de Cáceres construída em honra ao padroeiro da cidade, é um testemunho vivo da história de formação da cidade de Cáceres.

2.2.1.4 Antiga Câmara Municipal

A antiga Câmara Municipal de Cáceres foi fundada em 1859, contendo de início, apenas cinco vereadores. Assim, com a criação da Câmara, a vida cotidiana dos moradores e o traçado urbano desse local foram alterados e reorganizados (CASTRILLON, 2005). Suas funções eram diversas e tudo que se relacionava à urbanização da Vila, competia a Câmara Municipal, tais como: deliberações, saúde, segurança, abertura de esgotos, limpeza das ruas, iluminação, construção de edifícios públicos, autorização de abertura de lojas, regulamentação de preços alimentícios por tabela, arrecadação de tributos (FANAIA, 2011). Portanto, nota-se que a Câmara Municipal daquela época, se trata de um espaço que foi de extrema importância para a expansão de Cáceres, pois lá que se faziam negociações políticas do governo provincial e uma tomada de decisões perante a administração e estrutura urbana da Vila.

Normalmente, os cargos exercidos na Câmara Municipal de Vila Maria (nome dado, antes de receber a nomeação de Cáceres como cidade), eram compostos por delegados, Oficiais da Guarda Nacional, comandantes do distrito militar e juizes de paz. E para melhor administrarem a Vila Maria do Paraguai, os governantes da Câmara elaboraram um Código de Postura de 1860 com intuito de regulamentar e organizar o espaço urbano da Vila (CHAVES et al., 2011).

Outro quesito que diz respeito à Câmara Municipal naquela época era a obtenção de terrenos, pois, para aquisição de um terreno bastava passar por um procedimento mediante requerimento ao Secretário da Câmara, depois um fiscal verificava se o solicitante tinha possibilidades para receber ou não o terreno. De acordo com Fanaia (2011), essa finalidade imposta pela Câmara ocasionou que muitos vereadores pudessem obter lotes urbanos com mais facilidade, tal situação proporcionava cada vez mais, uma desigualdade social em relação ao espaço, sendo muitos terrenos nas mãos de poucos.

Nesse contexto, Chaves (et al., 2011), explicita alguns exemplos:

Adolpho Jorge da Cunha, vereava em 1885 e, na ocasião, obteve mais de um terreno, um deles ficava nos fundos de sua residência, situada à Rua da Maga. Do mesmo modo, João Carlos Pereira Leite possuía quatro residências na Praça da Matriz, três na Rua 7 de setembro, duas na Rua de Baixo, uma na Rua Direita, uma na Rua Piúva e uma na travessa do Quartel (CHAVES et al., 2011, p. 83).

Chaves (et al., 2011) ainda faz uma pré-descrição sobre a arquitetura do prédio público, segundo o autor, a antiga Câmara Municipal possui uma estrutura arquitetônica

trabalhada em cimalha, sua porta de entrada contem três divisões, combinando semi-arco e arco-pleno com a bandeira e pilastra, há também um frontão bem ornamentado com trabalho de modelagem floral e três coroas apoiadas em pedestais, o que faz o prédio pertencer à característica neoclássica.

Importa ressaltar, que são poucos os estudos e registros que descreve a historiografia da antiga Câmara Municipal de Cáceres, no que diz respeito, aos aspectos administrativos, políticos, conceituais e arquitetônicos.

Além de Câmara Municipal e Prefeitura, funcionou no local também um arquivo público, posteriormente, uma Biblioteca Municipal. O prédio encontra-se há muito tempo sem função e muito debilitado, pois, pegou fogo no dia 07 de outubro de 2015, conforme o laudo do Corpo de Bombeiros da cidade, a suspeita é que a ação tenha sido provocada por vândalos que atearam fogo no lixo que se acumula no local. Hoje, o prédio está disponível ao IPHAN para obras de reestruturação do edifício tombado.

2.2.1.5 Anjo da Ventura

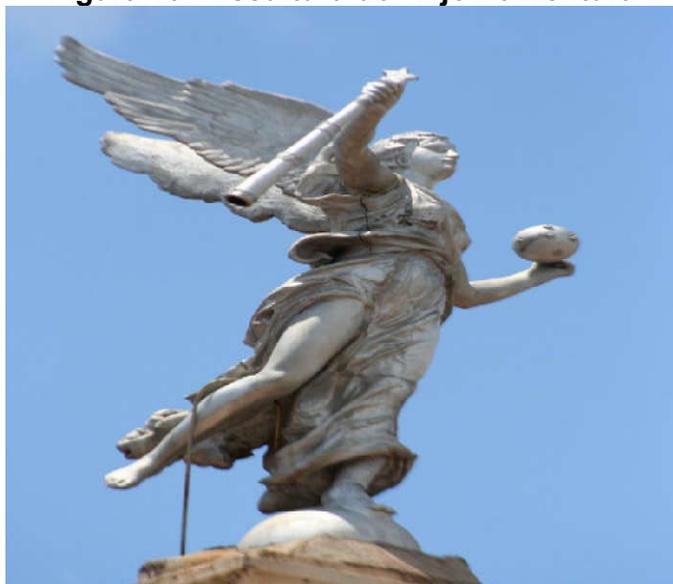
No alto de um prédio comercial, entre o cruzamento das ruas Cel. José Dulce e Comt. Balbuíno, na cidade de Cáceres/MT, encontra-se a escultura de uma mulher trazida por José Dulce em 1890, esculpida na Itália e, batizada pelo nome de Anjo da Ventura. Possui uma riqueza em detalhes e notáveis traços característicos do Renascimento Italiano do século XIX.

É importante apontar a probabilidade de a escultura ter sido trazida num navio vapor, cruzando o Atlântico, no último quartel do século XIX para compor a fachada da casa comercial. O Anjo da Ventura, localizada em um espaço citadino que vai se configurando como “lugar de negócios”, num espaço físico que no ano de 1942, com a instalação de agência bancária, consolidou-se como o centro financeiro e monetário da cidade portuária de Cáceres (CHAVES et al., 2011, p. 150).

Segundo Montechi (2011), a loja comercial em que hoje se encontra a escultura do anjo foi fundada em 1871 por José Dulce, chamada “Dulce & Cia”. Tinha como principal atividade, a compra e a venda de produtos diversos, tanto nacionais, como importados.

Atualmente, continua sendo uma loja comercial, denominada “Multi-Preço”, porém, os produtos vendidos hoje são um pouco diferentes dos que eram comercializados naquele local antigamente.

Figura 10 - Escultura do Anjo Da Ventura



Fonte: Chaves et al (2011).

Montecchi (2011) ainda faz uma breve descrição da escultura designada de Anjo da Ventura, no livro “História e Memórias Cáceres”. O autor aborda que a escultura pesa aproximadamente 150 kg, esculpida em forma feminina, envolvida por uma túnica que contorna seu corpo, descoberta apenas na perna direita, onde a mesma está flexionada para trás, apoiando-se com o pé esquerdo sob um globo. Demonstra uma obra em movimentos, pois, aparenta alçar voo com suas asas impulsionadas para trás e cabeça erguida à frente. Está segurando um objeto esférico cheio de estrelas e na outra mão segura também um bastão que possui uma outra estrela na ponta. Todas as descrições expressas na obra do Anjo Da Ventura retratam o poderio de José Dulce perante a cidade, que por sua vez, acreditava que seu comércio estava sendo abençoado pelo anjo.

[...] estando apoiada sobre o globo e trazendo outro globo em uma das suas mãos, busca estabelecer ligações entre dois mundos, conquistando espaços ou integrando lugares distantes e pouco habitados ao restante do mundo, e que, o nome de fantasia O Anjo da Ventura poderia significar para José Dulce a busca da fartura, da fortuna, da sorte ou da felicidade (CHAVES et al., 2011, p 159-160).

Também há no prédio comercial “Dulce & Cia”, como era chamado antigamente - uma riqueza arquitetônica com detalhes Neoclássicos, expressando um contexto da Mitologia Grega por meio do brasão exposto abaixo do pedestal, representando o poder do comércio. Logo se percebe que José Dulce era um homem que acreditava no progresso econômico de Cáceres, e neste caso, trazia suas ideias de inovação e expansão diretamente do outro lado do oceano Atlântico. A Casa Dulce é mais que um prédio, por ser recheada de símbolos e sinais, com uma arquitetura da mitologia, vasos Greco-Romanos, serpentes marinhas, entre outros símbolos que demonstra grande charme em seu edifício.

Diante do falecimento de José Dulce em 1921, a sua herança começa a ser dividida entre seus filhos e algumas de suas propriedades são vendidas, inclusive o prédio onde ficava exposto o anjo. Thomas Dulce, filho de José Dulce retira o anjo do prédio e o vende a um morador de Corumbá, acreditando que a estatuária era feita de bronze, por esse motivo, teria grande valor financeiro. Com o passar dos tempos, os moradores de Cáceres sentem a ausência do anjo e começam a falar que a imagem foi roubada, por não saberem do fato real e começam a procurá-la. No ano de 1998, alguns desses moradores de famílias tradicionais descobriram que a escultura estava numa sepultura no Cemitério de Corumbá. Ao receber essa informação, esses moradores foram até Corumbá e negociaram com o coveiro do cemitério, até que puderam retirar a escultura e retorná-la para seu local de origem, em Cáceres (MONTECCHI, 2011).

Em Cáceres, a escultura que apresentava alguns danos, como uma das asas quebrada, foi restaurada. No trabalho de restauro, sua cor foi alterada, a imagem que originalmente era de cor bronze, recebeu uma pintura prateada com a qual ainda se encontra. A cidade fez festa, sua proteção divina foi recuperada. Na verdade, a maior parte dos acontecimentos que envolveram o resgate da escultura não teve visibilidade pública. A volta triunfal do Anjo para ocupar novamente o seu lugar de destaque no centro, no principal cruzamento de uma cidade em constante transformação, com grande efervescência de transeuntes e de modernas agências bancárias, onde se mesclam a tradição e a modernidade, compondo a estética da cidade com grande suntuosidade, reforça o seu conteúdo fantástico e de um passado em movimento (IDEM, 2011, p. 167-168).

Assim, o anjo foi consertado e recuperado, dando novamente o significado de uma parte da herança histórica de Cáceres, que se encontrava submergida.

2.2.1.6 Casa Rosa

Cáceres possui edificações de tipologia colonial, e podemos notar essa característica através da planta das casas antigas, feitas com tijolo de taipa, sendo uma especificidade das velhas edificações, que contribui para o isolamento térmico em seu interior. Outra notável característica desses imóveis encontra-se presente nos quartos, compostos por quatro portas, uma em cada lado da parede, atuando como estratégia de guerra e conflitos.

Uma obra de grande destaque do centro histórico de Cáceres é a imponente Casa Rosa (Figura 11), localizada no bairro Centro, Rua João Pessoa, Nº 252. Construída em 1932, possui influência francesa, em estilo *Art Nevoau*, cujo seu primeiro proprietário foi José Dulce, mandando construir essa propriedade para um de seus filhos Alfredo Dulce.

Importa ressaltar que o imóvel está tombado desde a década de 1990, pelo governo estadual e municipal por meio do IPHAN.

Figura 11- Casa Rosa



Fonte: Rafael Coelho/ Arquivo Pessoal (2016).

Por Cáceres ter sido um município portuário, alguns moradores comerciantes tinham relações com o exterior, trazendo de lá não só mercadorias, como também, implantando ideários europeus para edificação das propriedades locais.

3 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

Essa pesquisa se caracteriza por um Estudo de Caso, por registrar dados de um caso particular. Para Gil (1989, p. 78), “O Estudo de Caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir conhecimento amplo e detalhado do mesmo”. Nessa pesquisa a unidade-caso corresponde ao centro histórico da cidade de Cáceres, situada no Estado de Mato Grosso.

Este estudo encontra-se apoiado na perspectiva quali-quantitativa, pois ambas se complementam. Segundo Giddens (2012), para obter uma compreensão e explicação mais ampla do tema estudado, é possível fazer a pesquisa baseada num método mesclado: qualitativo e quantitativo. A abordagem quali-quantitativa permite que o pesquisador faça “[...] um cruzamento de suas conclusões de modo a ter maior confiança que seus dados não são produto de um procedimento específico ou de uma situação particular” (GOLDENBERG, 2000, p. 62). Nesse caso, teremos um estudo baseado tanto na quantificação dos dados coletados e também, na qualificação dos fatos observados, que são analisados em conjunto.

A corrente metodológica utilizada baseou-se no método da pesquisa-ação (Tripp, 2005), frequentemente empregada nas pesquisas de Turismo e Ciências Sociais, pois, possibilita um conhecimento prático e teórico através da transformação social. A pesquisa-ação no âmbito educacional atua como uma estratégia, muito utilizada por professores e pesquisadores no processo de aprimoramento, tanto em seu ensino, quanto no aprendizado dos alunos.

De acordo com Tripp (2005), é pouco provável que algum dia iremos saber, quando ou onde teve origem esse método, simplesmente porque as pessoas sempre investigaram a própria prática com a finalidade de melhorá-la, no entanto, há vestígios que Lewin (1946) foi o primeiro autor a publicar um trabalho empregando o termo “pesquisa-ação”. Em tese, muitos pesquisadores deram uma definição à pesquisa-ação, por exemplo, Brown e Dowling (2001, p. 152) demarcaram como “[...] um termo que se aplica a projetos, que os práticos buscam efetuar transformações em suas próprias práticas”. Ou seja, a pesquisa-ação se utiliza das técnicas de pesquisa para informar e melhorar a sua

prática, por isso, ao recorrer a ela, permite-se compreender os fatos, planejar, projetar evoluções e explicitar os resultados de determinada situação.

Desta forma, elencaram-se duas escolas do ensino básico, para participação nessa pesquisa, sendo a Escola Estadual União e Força, e a Escola Estadual Esperidião Marques. Nesse caso, para a designação das escolas envolvidas foi empregado o critério de serem apenas as escolas localizadas no perímetro correspondente ao centro histórico de Cáceres.

Para tanto, foi designada a turma do 7º ano do ensino fundamental das duas escolas, a participar dessa pesquisa, por se trabalhar nesta fase, com temáticas e conteúdos que permeiam diversas questões sociais, em específico a formação do espaço urbano, na disciplina de Geografia, considerando a extrema importância dessa discussão, já que a mesma possibilita analisar e refletir sobre o espaço vivido, bem como, as relações socioespaciais produzidas pelo turismo. Portanto, a Geografia não poderia deixar de se interessar por essa prática social que utiliza, transforma, produz e consome o seu objeto de estudo: o espaço.

Outro quesito para a escolha e determinação do 7º ano como turma investigada nesta pesquisa, se deu pela idade, visto que, Almeida e Passini (2010) defendem que somente entre 11 a 12 anos é que a criança começa a entender o seu espaço, ou seja, essa faixa etária corresponde a idade dos alunos que estudam no 7º ano do ensino fundamental, momento em que começam adquirir capacidade de produzir representações próprias, bem como, a interpretar a área representada em um mapa.

O roteiro turístico-pedagógico foi elaborado de modo a contemplar os elementos patrimoniais inseridos no centro histórico da cidade de Cáceres, atuando como estratégia dinâmica de ensino, paralelamente com o conteúdo visto em sala de aula. A elaboração do roteiro turístico-pedagógico despertou a intenção de explorar e descrever o centro histórico-cultural da cidade, compreendendo os seguintes pontos de estudo: Antiga Câmara Municipal, Anjo da Ventura, Praça Barão do Rio Branco, Marco do Jauru, Catedral e a Casa Rosa.

Foi preparado um formulário a ser aplicado aos alunos do 7º ano do ensino fundamental das duas escolas designadas à participação da pesquisa: “União e Força” e “Esperidião Marques”. Estruturamos o formulário baseado em seis (6) questões norteadoras destinadas aos discentes, cujas respostas são relevantes para compor nosso

estudo de caso, contendo perguntas de classificação dicotômicas, como: sim/não, perguntas discursivas, preenchimento de lacunas, falso-verdadeiro (Apêndice A). Nesta atividade, constava apenas a identificação da turma e da escola.

Ao final do formulário respondido pelos alunos, eles puderam elaborar um mapa mental de acordo com o roteiro turístico-pedagógico percorrido ao centro histórico de Cáceres, com a finalidade de revelar os valores, significados e sentidos referidos ao espaço vivido por meio das percepções próprias de cada um.

Como suporte para análise dos mapas mentais elaborados pelos alunos, utilizamos como método interpretativo a metodologia proposta por Kozel (2007), utilizada para a decodificação dos mapas mentais, buscando identificar o grau de relação dos alunos com o espaço vivido, a maneira como os elementos estão dispostos no mapa, considerando os seguintes fatores:

1. Representação dos elementos na imagem, como ícones diversos, letras, linhas, figuras geométricas, etc.
2. Distribuições dos elementos na imagem, referente à forma como estão dispostos, como horizontalmente, dispersa, em quadros, etc.
3. Especificidade dos ícones:
 - Elementos da paisagem natural;
 - Elementos da paisagem construída;
 - Elementos móveis;
 - Elementos humanos.
4. Apresentação de outros aspectos ou particularidades.

Há também outros itens aplicados à análise dos mapas mentais, tais como: noção de distância ao representar os elementos (longe, perto, dentro, fora), questões de afetividade (laços e limites afetivos), legenda, título, ações e intenções.

Além dos procedimentos elencados, efetuou-se ainda um registro fotográfico, tanto no momento da atividade a campo seguindo o roteiro turístico-pedagógico da pesquisa, como também, no momento das atividades realizadas em sala de aula (durante a aplicação do formulário e na elaboração do mapa mental).

A aplicação de formulários contendo perguntas dicotômicas, a elaboração de mapas mentais, a realização do roteiro turístico-pedagógico, e o registro fotográfico, foram

os procedimentos metodológicos utilizados para a obtenção de dados, que evidenciem a viabilidade do turismo pedagógico como estratégia de prática educativa.

Por fim, os dados obtidos nessa pesquisa foram analisados, avaliados e apresentados no capítulo a seguir, visando identificar aspectos relevantes, de modo a incrementar as discussões sobre a questão do turismo pedagógico como prática educativa, de modo, a revelar os valores, significados ou sentidos que os alunos possuem a respeito do seu espaço vivido, em específico ao centro histórico da cidade de Cáceres/MT.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Este capítulo trata-se das análises e interpretações realizadas a partir dos dados coletados, visando a responder os questionamentos propostos no início deste estudo. Os dados analisados referem-se ao roteiro turístico-pedagógico, formulário aplicado aos discentes e mapas mentais elaborados por eles.

4.1 O PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO DO ROTEIRO TURÍSTICO-PEDAGÓGICO

O roteiro turístico-pedagógico configura-se como uma proposta ainda pouco difundida, no entanto, reveladora de um trabalho didático que abstrai o conhecimento crítico dos alunos sobre o seu cotidiano, fortalecendo o sentimento de pertença dos participantes com seu entorno.

Para tanto, a escola deve recorrer às práticas pedagógicas que sejam acessíveis, como visitas a museus, bibliotecas públicas, entre outras formas de trabalhar temáticas, que posicionem o aluno como sujeito histórico da sua própria vivência e ao mesmo tempo, lhes propiciando informações relacionadas ao acervo cultural da sua cidade. Pois ao visitar determinados espaços, o aluno poderá ampliar sua leitura perante o processo de

produção, formação e transformação do meio em que vive, e ao mesmo tempo, o possibilitará produzir representações que expressem a sua própria leitura espacial.

A partir daí, iniciamos a proposta de desenvolver ações pedagógicas, com alunos das escolas que se encontram inseridas no perímetro do centro histórico da cidade, sendo a Escola Estadual União e Força (EEUF) e a Escola Estadual Esperidião Marques (EEEM).

O roteiro turístico-pedagógico realizado com as escolas citadas acima, se constituiu por seis (6) pontos, com parada para observação em cada elemento patrimonial integrante da pesquisa, sendo esses: o prédio público da antiga Câmara Municipal, a escultura do Anjo da Ventura localizada no alto do antigo prédio da “Casa Dulce & Cia”, o Marco do Jauru, a Praça Barão do Rio Branco, Catedral e, por fim, a Casa Rosa que teve como primeiro proprietário José Dulce.

A partir da coleta de dados, nas duas escolas, contabilizamos um total de trinta e quatro (34) alunos participantes da pesquisa, matriculados no 7º ano do ensino fundamental, sendo vinte (20) alunos da Escola Estadual União e Força, e quatorze (14) alunos da Escola Estadual Esperidião Marques.

O trabalho de cunho turístico-pedagógico nas escolas citadas acima, deu-se início com explicação do que se tratava a atividade abordada naquela aula, e a importância da mesma para o ensino de Geografia na escola, bem como, a contribuição e dedicação de cada aluno na execução das atividades propostas. Logo, foram tiradas algumas dúvidas referentes ao roteiro turístico-pedagógico, as paradas de observação e estudo e sobre a aplicação das atividades ocorridas ao retorno à sala de aula. Posteriormente, realizamos uma breve explanação, acerca da história de formação e expansão de Cáceres, visto que, para conhecer e explorar os elementos patrimoniais do centro histórico, necessário se faz remeter-nos ao início da história da cidade.

Em seguida, percorremos o itinerário proposto ao roteiro turístico-pedagógico, caminhando, oportunizando-nos a determinar nosso próprio ritmo de observação, ocasionando uma melhor percepção no trajeto, porém, respeitando o tempo estabelecido de duas horas/aulas para retornar até a escola. O roteiro abrangeu seis (6) pontos de paradas para observação e explanação sobre a história de formação de cada elemento patrimonial integrante da pesquisa, sendo esses:

- Ponto 1 Antiga Câmara Municipal;
- Ponto 2 Anjo da Ventura;
- Ponto 3 Praça Barão;
- Ponto 4 Marco do Jauru;
- Ponto 5 Catedral;
- Ponto 6 Casa Rosa.

Importa ressaltar que o mesmo procedimento citado acima, ocorreu em ambas às escolas, tanto na Escola Estadual União e Força, como também na Escola Estadual Esperidião Marques.

Com o roteiro turístico-pedagógico, notamos que os espaços pesquisados são poucos frequentados por alunos e, que as escolas em geral não usam os espaços turísticos que Cáceres/MT possui para fazer visitas, porém, percebemos grande interação e curiosidade deles com o espaço da cidade, em especial com a estrutura física dos monumentos históricos que foram visitados. Para tanto, ao seguir o roteiro turístico-pedagógico da pesquisa, trouxemos o encontro entre a teoria e a prática, fazendo com que os alunos pudessem assimilar os conceitos expostos em sala de aula despertando neles, a consciência do espaço vivido e construído.

Por estas palavras, percebe-se que o enfoque dado para a promoção e desenvolvimento da atividade turística em qualquer que seja a localidade deve prescindir o bom uso dos recursos naturais, culturais e construídos para que o turismo possa ter uma rota de constante crescimento, pois senão, um lugar pode ser considerado top de linha em um determinado momento e, por seu mau uso, em pouco tempo, pode se tornar um local obsoleto, em defasagem e na marginalidade do turismo (SILVA, 2012, p. 58).

A atividade realizada com o roteiro turístico-pedagógico, possibilita uma valorização cultural da cidade, um conhecimento da sua história e a conscientização da importância do patrimônio para toda a sociedade. Permite também uma relação mais direta do aluno com a sua cidade, com seu cotidiano e a compreensão da trajetória histórico-temporal em que se encontra inserido. Nesse sentido, essa proposta não se trata apenas de uma saída a campo ou um passeio, visto que, o turismo pedagógico é uma metodologia que propicia os estudantes a observar, descrever e utilizar técnicas para coleta de dados a respeito do objeto de estudo.

4.2 ANÁLISES DOS FORMULÁRIOS

As questões do formulário abordaram a realidade cultural do aluno, o seu conhecimento sobre os elementos patrimoniais do centro histórico e a significância que esses elementos têm para sua vida. Por essa mesma via, destacam-se as palavras de Moraes (2005, p. 12), “[...] é conhecendo e reconhecendo a identidade cultural que se passa a valorizar e preservar aquilo que reconhece como seu”.

Concordamos com Swarbrooke e Horner (2002) ao expor que esse vínculo de atividades educativas com atividades de cunho turístico, estimula no aluno a ressignificação do local, instigando às reflexões da sua própria vivência e da sua realidade. Essa proposta com fins turísticos e ao mesmo tempo educacionais, estabelece laços de pertencimento e afeto ao local, que muitas vezes encontram-se esquecidos ou nem conhecidos pelos alunos que estudam no espaço urbano do centro histórico, porém, não dão a devida importância ao seu lugar de vivência.

A princípio na questão um (1) do formulário aplicado aos alunos do 7º ano da Escola Estadual “União e Força” e da Escola Estadual “Esperidião Marques”, tentamos compreender o que o centro histórico de Cáceres, visitado com o roteiro turístico-pedagógico, representa para cada um deles. Logo, as respostas foram variadas e algumas até repetidas, no entanto, todos os alunos expressaram em suas palavras sobre a devida importância que os elementos patrimoniais têm para a vida deles. Como podemos constatar através das respostas abaixo:

“Representa a importância que cabe a nós cuidarmos desses patrimônios, que são importantes.

Me ajuda a lembrar dos tempos antigos, rever as casas, ver como era antigamente...

O centro histórico é muito importante porque ele é uma história antiga que devemos preservar.

Representa valorização e respeito ao centro histórico.

Representa a cidade, porque em todo lugar tem lugares históricos.

O lugar onde tudo começou.

Representa o espaço de formação de Cáceres, o lugar de vivência.

Pra mim ele representa a história de Cáceres e como ela foi construída.

Representa uma história de Cáceres, a formação, o começo e etc.

Algo que devemos cuidar, porque é muito precioso para nossa história.

A história da minha vida, como ela foi fundada.

Se não tivesse o centro histórico eu não existiria.

Um pedaço de história que eu não conhecia, por exemplo, a casa rosa e outros centros históricos.

Nossas vidas fazem parte dessas antiguidades históricas.
 Representa a história da cidade de Cáceres, minha cidade que é muito importante para mim além de ser uma cidade linda.
 A vida e a história da nossa cidade.
 Representa a história da minha cidade, do lugar que eu nasci e é muito importante para mim.
 As nossas conquistas, nossas histórias”.
 (Transcrição das respostas dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual União e Força e Escola Estadual Esperidião Marques).

Em consonância, na questão dois (2) do formulário, procuramos saber dos alunos, se ao visitar o centro histórico de Cáceres, através do roteiro turístico-pedagógico que realizamos, os levaram a valorizar os elementos patrimoniais do centro histórico e respeitar a cidade em que eles vivem.

Quadro 05 - A valorização do centro histórico por meio do roteiro turístico-pedagógico

TURMA/ESCOLA	SIM	NÃO
7º ANO/ E.E.U.F	20 ALUNOS	NENHUM
7º ANO/ E.E.E.M	14 ALUNOS	NENHUM
PORCENTAGEM	100%	0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Partindo da análise das respostas apresentadas pelos alunos, verifica-se que dos vinte (20) alunos do 7º ano da Escola Estadual “União e Força” que estavam presentes e participaram da pesquisa, 100% responderam SIM. E no mesmo caso ocorreu com a turma do 7º ano da Escola Estadual “Esperidião Marques”, pois, dos quatorze (14) alunos presentes, 100% responderam SIM. Esses dados nos mostram, o quanto foi de suma importância a visita ao centro histórico da cidade de Cáceres, partindo do turismo pedagógico para aproximar aos olhos dos alunos, a história de formação dos elementos patrimoniais que fazem parte de um passado e hoje estão presente no dia-a-dia deles.

A partir das informações presentes nos formulários, podemos perceber a forma como os alunos compreendem a realidade do seu espaço de vivência. Dentre as explicações dos alunos, destacam-se abaixo:

“Porque eu pensava que Cáceres não tinha nem uma história mas com esse passeio eu percebi que ela tem uma história.
 Porque é algo importante, que está a muito tempo. Então temos que valorizar, pois, faz parte da cidade onde vivemos.
 Porque nos temos que cuidar, foi isso que nosso antepassado deixaram pra gente.

Porque é toda história, é o começo, as conquistas, são coisas que duraram tempo para serem feitas e lembradas, por isso devemos respeitar.

Fez respeitar, porque antes não tinha a mesma noção que tenho agora, devemos cuidar desse patrimônio histórico.

Com o passeio eu pude dar uma importância maior, para o meu espaço de vivência.

Porque com o passeio pude perceber a importância dos monumentos históricos que visitamos.

Esse passeio fez eu conhecer os patrimônios culturais.

Porque os elementos patrimoniais que fazem a cidade ser histórica, e não devemos destruir esses patrimônios, pois a aula me fez pensar assim.

Porque nos fez aprender sobre a história de Cáceres.

Porque eu não conhecia e nem sabia a história dos patrimônios e com o passeio eu conheci.

Porque faz parte de uma grande história e que antes eu não conhecia”.

(Transcrição das respostas dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual União e Força e Escola Estadual Esperidião Marques)

Em seguida, indagamos na questão quatro (4) do formulário, se a cidade de Cáceres/MT tem capacidade e estrutura para ser uma cidade turística, entendendo que Cáceres já foi designada no período de 2007-2010 como um dos 65 municípios indutores do turismo. Vejamos a seguir as respectivas respostas dos alunos:

Quadro 06 - Capacidade turística de Cáceres

TURMA/ESCOLA	SIM	NÃO
7º ANO/ E.E.U.F	20 ALUNOS	NENHUM
7º ANO/ E.E.E.M	14 ALUNOS	NENHUM
PORCENTAGEM	100%	0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Podemos notar em Cáceres, uma possível expansão da função turística, que pode ser estimulada pelas belezas naturais, históricas e culturais que o centro-histórico da cidade oferece. Nessa perspectiva, fica claro que 100% dos alunos de ambas as escolas, acreditam na capacidade turística de Cáceres, e nas respostas abaixo confirmam suas opiniões sobre a realidade da cidade, no que tange a produção do espaço turístico e a visão deles a respeito desse fenômeno, como meio de divulgação dos patrimônios históricos e das belezas naturais do local.

“Porque tem vários lugares históricos para serem visitados.

Porque ela tem muitos atrativos turístico, como: o Rio Paraguai, Sematur, pousadas e fazendas históricas.

Tem muitos turistas que ainda não visitou as casas, muito vem para tirar fotos, vê como é dentro, as vezes para desenho e levar como lembranças.

Porque tem vários patrimônios, bem antigos, e isso faz ser uma cidade turística.

Porque tem muitos lugares bem legais. Exemplo: o Rio Paraguai, o marco do jauru, o Anjo da Ventura, a Catedral e muitos outros lugares, porque eles são atrativos turísticos.

Porque tem vários monumentos históricos como: catedral, casa branca, praça barão, etc.

Porque Cáceres tem muitas coisas históricas.

Pela boniteza e pela proporção e forma de como é a cidade, ela tem potencial para ser uma cidade turística.

Porque tem pontos turísticos e centro histórico”.

(Transcrição das respostas dos alunos do 7º ano do Ensino Fundamental da Escola Estadual União e Força e Escola Estadual Esperidião Marques).

Na última questão do formulário, pontuamos três (3) afirmativas para que os alunos pudessem interpretar e preencher a lacuna correspondente, conforme optarem por verdadeiro (V) ou falso (F). Tais respostas podem ser averiguadas por meio dos dados apresentados abaixo:

Quadro 07 - Verdadeiro ou Falso

É importante preservar os elementos patrimoniais inseridos no centro histórico de Cáceres.				
TURMA/ESCOLA	V - VERDADEIRO	PORCENTAGEM (0%)	F - FALSO	PORCENTAGEM (0%)
7º ANO/ E.E.U.F	20 ALUNOS	100%	NENHUM	0%
7º ANO/ E.E.E.M	14 ALUNOS	100%	NENHUM	0%
NÃO devemos valorizar a história de formação da cidade em que vivemos.				
TURMA/ESCOLA	V - VERDADEIRO	PORCENTAGEM (0%)	F - FALSO	PORCENTAGEM (0%)
7º ANO/ E.E.U.F	NENHUM	0%	20 ALUNOS	100%
7º ANO/ E.E.E.M	NENHUM	0%	14 ALUNOS	100%
Visitar o centro histórico de Cáceres, através do roteiro turístico-pedagógico que realizamos, traz informações relacionadas a história de formação da cidade.				
TURMA/ESCOLA	V - VERDADEIRO	PORCENTAGEM (0%)	F - FALSO	PORCENTAGEM (0%)
7º ANO/ E.E.U.F	20 ALUNOS	100%	NENHUM	0%
7º ANO/ E.E.E.M	14 ALUNOS	100%	NENHUM	0%

Fonte: Dados da Pesquisa, 2017.

Os dados apresentados no quadro 07, demonstram que todos os alunos acreditam na importância de preservar os elementos patrimoniais visitados com o roteiro turístico-pedagógico e por sua vez, estão inseridos no perímetro do centro histórico da cidade. Isso

justifica a relevância do trabalho, constatando que 100% das crianças envolvidas na pesquisa, ficaram sensibilizadas pela importância histórica e cultural do local que estudam e residem, visto que, a partir da realização do roteiro turístico-pedagógico pudemos incentivá-los a uma consciência de preservação e valorização.

Submetendo as respostas do formulário, podemos constatar que 100% dos alunos envolvidos na pesquisa, tanto da Escola Estadual “União e Força”, quanto da Escola Estadual “Esperidião Marques”, conferem um significado para a atividade realizada com o roteiro turístico-pedagógico, por meio da visita ao centro histórico de Cáceres. Com intuito de trazer informações relacionadas à história de formação do espaço urbano da cidade, a atividade proporcionou além da aprendizagem, um reconhecimento da preservação dos bens patrimoniais.

Contudo, é perceptível que o roteiro turístico-pedagógico, venha fornecer elementos indispensáveis para que os alunos possam compreender o meio em que vivem, correlacionar os fatos e compreender os processos de formação do espaço urbano. Essas são as ideias centrais para um saber adequado e crítico dos alunos, e são elementos fundamentais que dão sentido ao saber ensinado pela disciplina de Geografia.

4.3 ANÁLISES DOS MAPAS MENTAIS

Ao término do preenchimento dos formulários, cada aluno elaborou o seu mapa mental do centro histórico, destacando os elementos patrimoniais visitados, sendo eles: Câmara Municipal, Anjo da Ventura, Praça Barão do Rio Branco, Marco do Jauru, Catedral e Casa Rosa. Vale ressaltar, que antes mesmo dos alunos iniciarem a atividade, ocorreu uma breve explanação acerca do conceito de mapa mental, e da proposta de atividade com esse cunho pedagógico. Foi sugerido que os alunos colorissem os desenhos com lápis de cor, utilizassem régua, caneta de cor, caso tivessem e quisessem, no entanto, não foi exigido nenhum material específico para a realização da atividade, apenas os materiais dos próprios alunos. Todos terminaram no tempo previsto, em ambas as escolas, não ultrapassando o tempo destinado de 2 horas/aulas, sendo produzidos

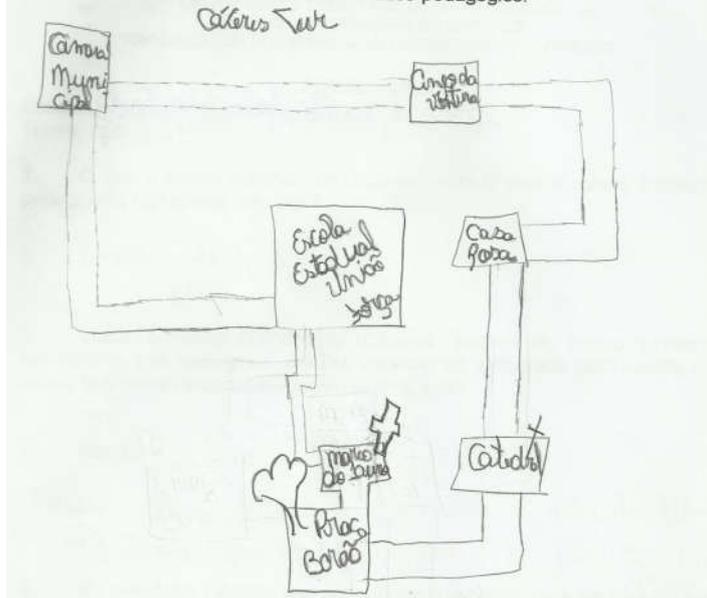
vinte (20) mapas mentais no 7º ano da EEUF e quatorze (14) da EEEM, totalizando trinta e quatro (34) mapas mentais.

Para elaboração dos mapas mentais, como atividade subsequente ao formulário, utilizamos por base metodológica, os trabalhos de Nogueira (1994, 2006), Kozel (2007, 2009), Cavalcanti (1998), entre outros, que já executaram pesquisas, visando a utilização de mapas mentais como um instrumento metodológico no ensino de Geografia. Podemos entender essas representações, como um produto das experiências que os alunos tiveram com seu espaço de vivência, através do roteiro realizado com o turismo pedagógico, sendo capazes de atribuírem significados diferentes ao descrever os objetos apreendidos.

Optamos por trabalhar a metodologia proposta por Kozel (2009), utilizada para a decodificação dos mapas mentais, buscando identificar o grau de relação dos alunos com o espaço vivido, por meio da maneira que os elementos estão dispostos no mapa. Investigamos também quais elementos foram utilizados pelos alunos ao construírem suas representações, como título, legenda, orientação, simbologia e uso da escrita, considerando que esses elementos são dados relevantes para o entendimento e leitura do mapa mental. Neste sentido, ao analisarmos os mapas mentais desenvolvidos pelos alunos para a compreensão do espaço vivido, buscamos verificar se os alunos têm noção de seu espaço vivido e quais elementos foram destacados em suas representações sobre a escola e seu entorno, visto que, “[...] os mapas mentais são representações construídas inicialmente tomando por base a percepção dos lugares vividos, experienciados, portanto partem de uma dada realidade” (NOGUEIRA, 2006, p. 129).

Mapa 01

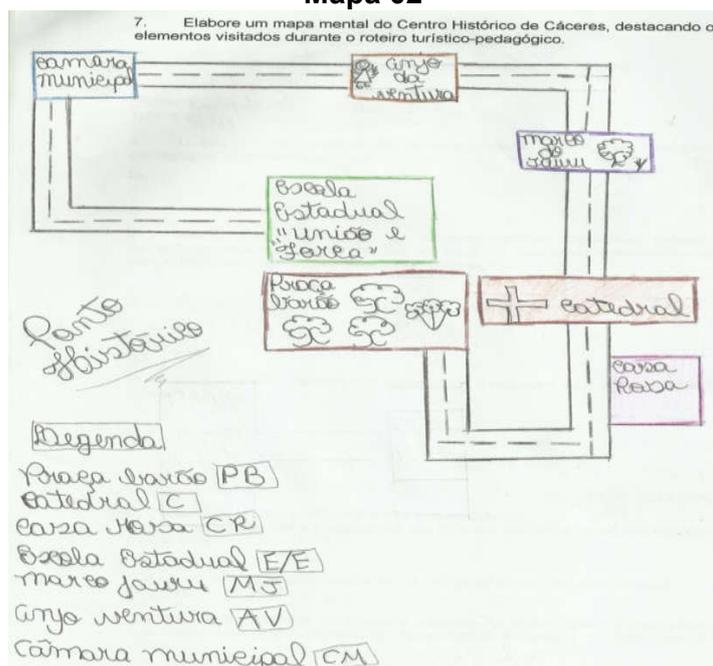
7. Elabore um mapa mental do Centro Histórico de Cáceres, destacando os elementos visitados durante o roteiro turístico-pedagógico.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

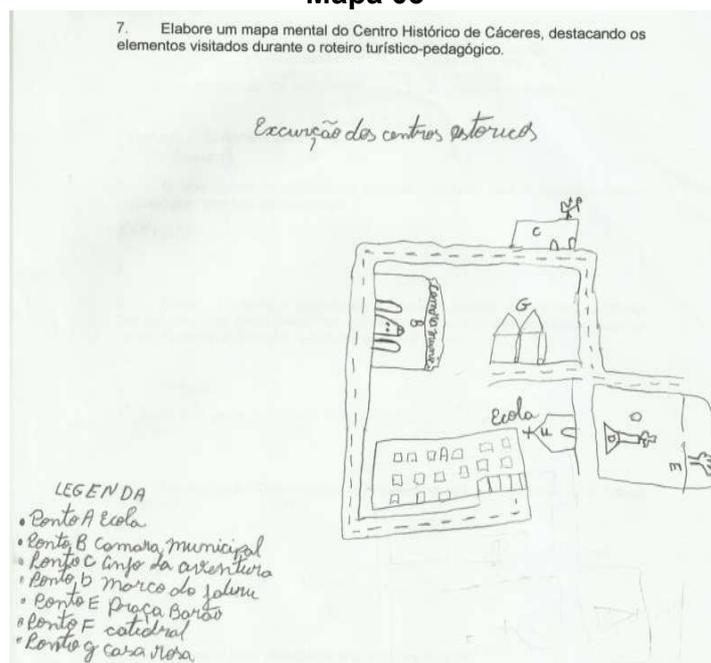
Mapa 02

7. Elabore um mapa mental do Centro Histórico de Cáceres, destacando os elementos visitados durante o roteiro turístico-pedagógico.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 03



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

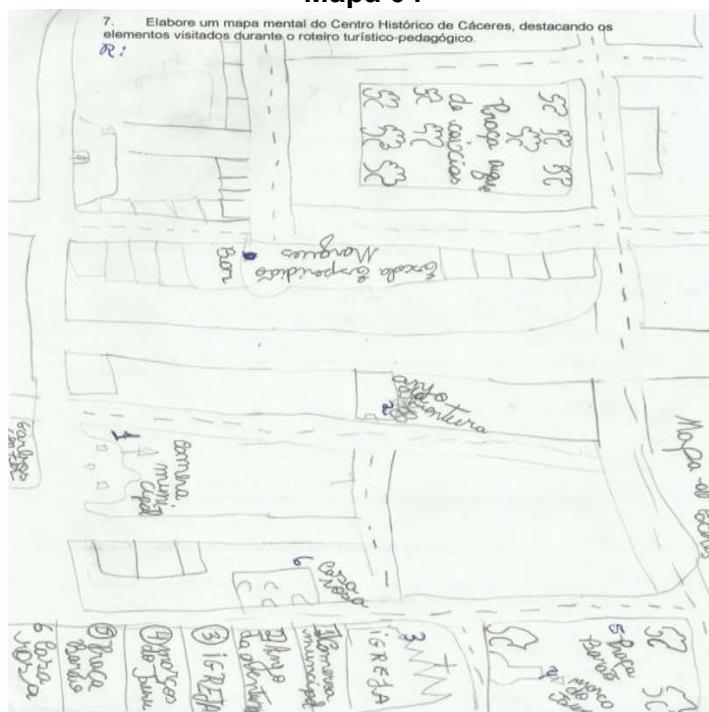
Os Mapas 1, 2 e 3 representam os elementos na imagem através de letras, desenhos, figuras geométricas, pontilhados e linhas, e estão distribuídos com vista aérea e trajetos. Os ícones apresentam especificidade de paisagem natural representada pelas árvores, e possui muitos ícones de paisagem construída, como a Escola, Câmara municipal, Anjo da ventura, Catedral, Marco do Jauru, Praça, Casa Rosa, etc.

Verificamos outros aspectos particulares que se mostram importantes, como a preocupação do aluno em traduzir as informações contidas em seu mapa através de um início de legenda. Notamos também nas representações que as ruas vão interligando os elementos, formando uma rede de caminhos, pois, “[...] a rua é lugar de trânsito, de circulação, de paisagem para se chegar a outros lugares, as ruas revelam o passado, o presente e permitem, inclusive, que se vislumbre o futuro” (CALLAI, 2003, p.125-126).

Podemos avançar nesta contextualização a partir das contribuições feitas por Lefebvre (1961, p. 309), ao destacar que a rua representa a cotidianidade na nossa vida social, “[...] lugar de passagem, de interferências, de circulação e de comunicação, ela torna-se, por uma surpreendente transformação, o reflexo das coisas que ela liga, mas viva que as coisas”. Contudo, observamos que as ruas são sempre marcantes nos mapas mentais, delimitando diversos espaços do centro histórico da cidade de Cáceres, sendo

uma referência espacial, e também para representar os percursos que podemos realizar para chegar a determinados lugares (RICHTER, 2011).

Mapa 04



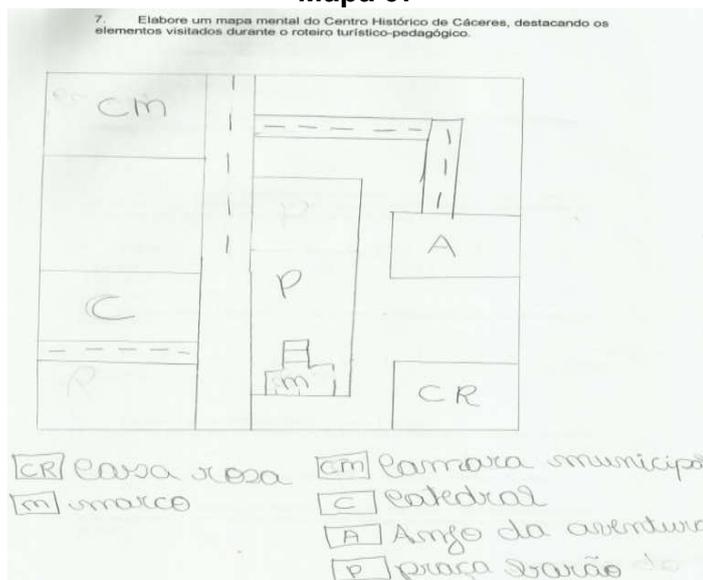
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Apenas o mapa 4 representou lojas, banco e em especial a Praça Duque de Caxias, localizada em frente a Escola Estadual Esperidião Marques, sendo representada em seu mapa com uma maior proporção, fato este, que supera a reprodução dos espaços visitados com o roteiro turístico-pedagógico. Contudo nota-se que o mapa pertence a um aluno dessa escola, que inseriu um ponto de identidade dele, por se um local onde os alunos se encontram no fim da aula, e as janelas de origem colonial, altas e largas, ficam abertas com a vista para a Praça Duque, portanto, isso demonstra um espaço que faz parte da sua vivência cotidiana.

O edifício escolar Esperidião Marques possui um diferencial na sua arquitetura e se destaca tanto aos outros espaços para as atividades de ensino, quanto aos demais edifícios públicos e civis.

O edifício, cuja planta caracterizou-se por apresentar duas frentes, a saber: uma da Praça Duque de Caxias, com 52 m de comprimento e outra na Rua Comandante Balduino, com 45 m. [...] O prédio caracterizou-se por suas paredes

Mapa 07



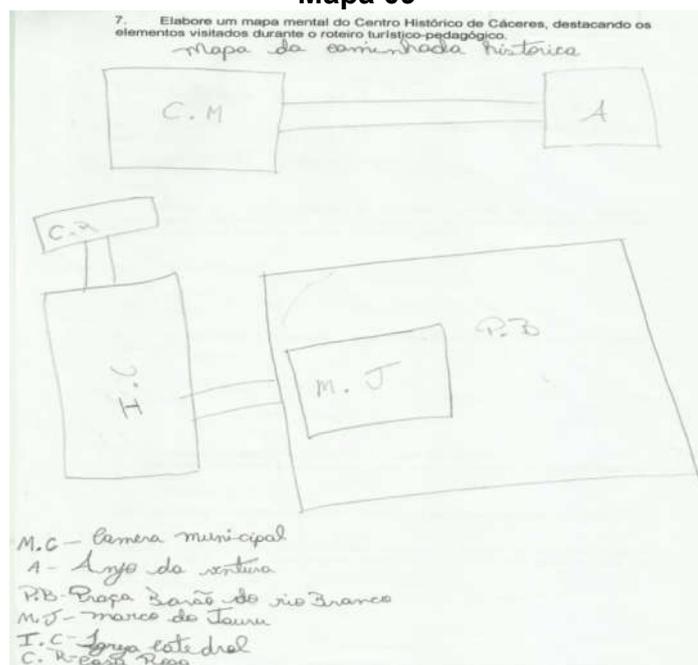
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 08



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 09

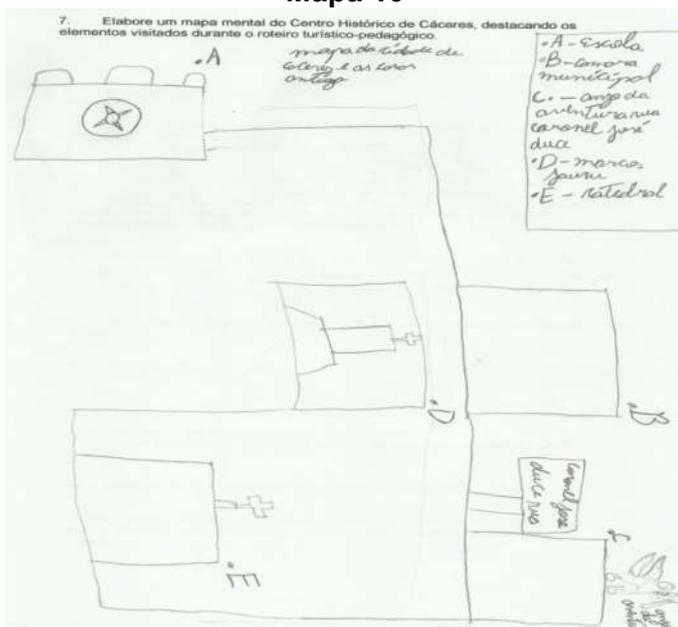


Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Do mapa 05 ao 09, notamos que os elementos estão dispostos na imagem em forma de letras, desenhos, figuras geométricas, linhas e pontilhados, sendo todos distribuídos com vista aérea e trajeteto. Não consta nenhum tipo de paisagem natural, no entanto, há paisagem construída, como a Câmara Municipal, Anjo da Ventura, Catedral, Marco do Juru, Praça, Casa Rosa, entre outros.

Podemos verificar algumas particularidades, pois, todos colocaram legenda e representaram os seis (6) pontos de paradas do roteiro turístico-pedagógico. Vale destacar também, a inserção da Praça Barão do Rio Branco como ponto central e maior do mapa, e uma localização geográfica correta do Marco do Juru dentro da Praça, demonstrando ser um elemento de destaque para o aluno, local onde ele pode frequentar mais, ou sendo uma área de lazer para o mapeador.

Mapa 10



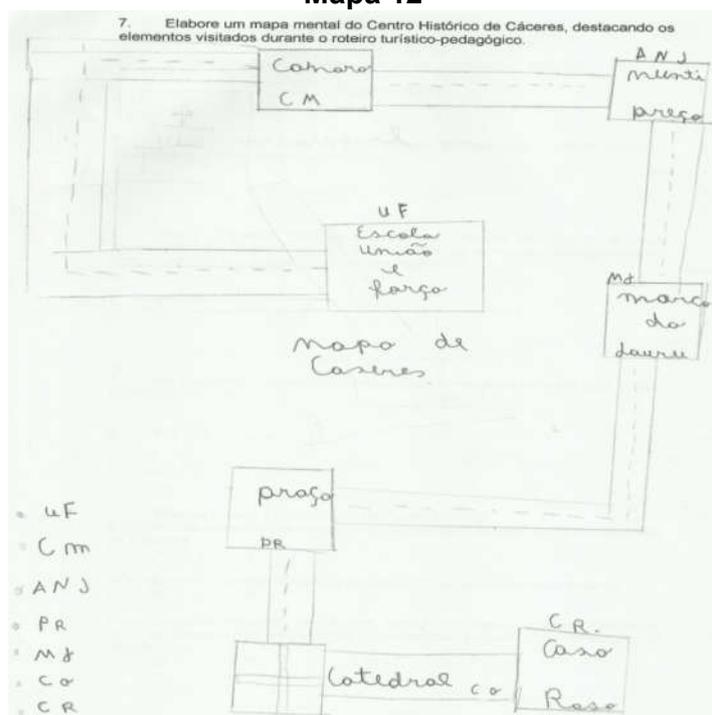
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 11



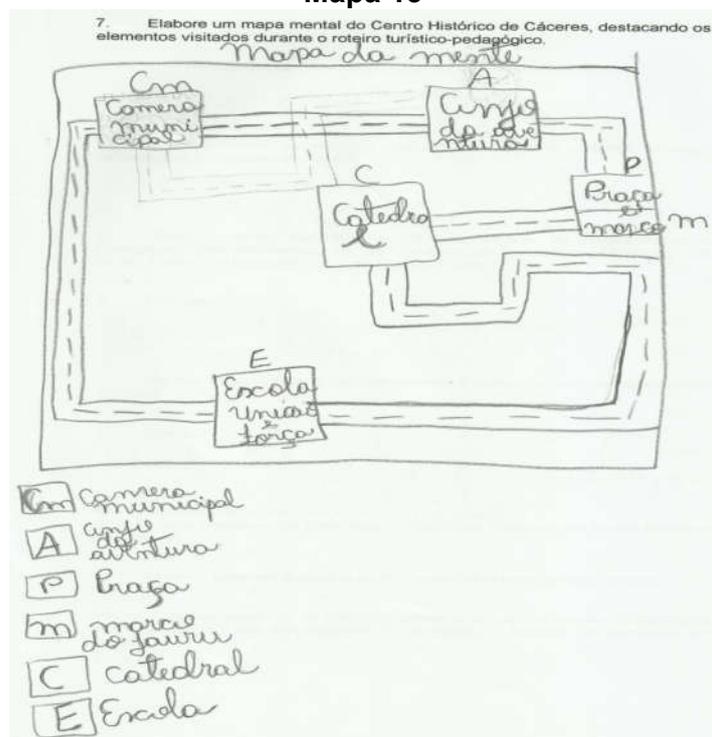
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 12



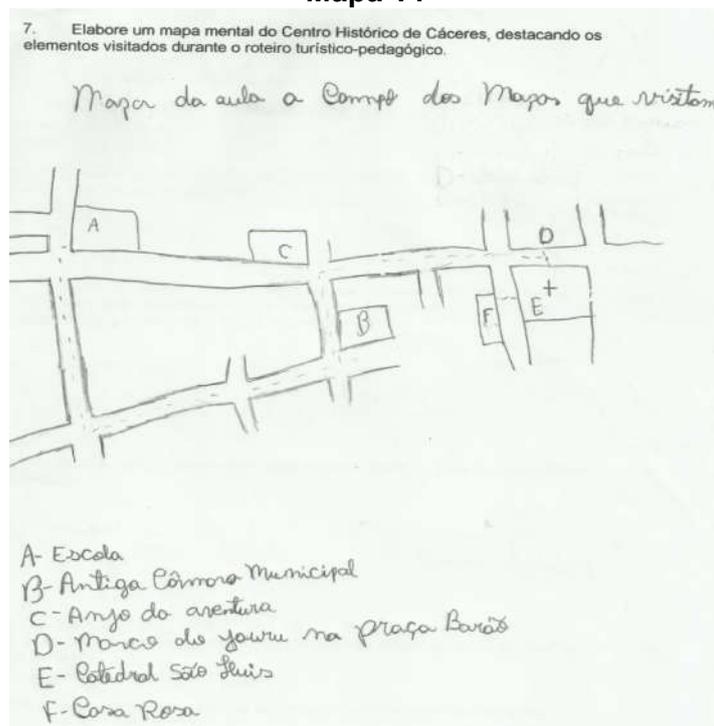
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 13



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 14



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

A partir do mapa 10 ao 14, percebemos a disposição dos elementos em forma de letras, desenhos, figuras geométricas e linhas, distribuídos em vista aérea e trajetos. Se tratando da especificidade dos ícones, constata-se que não há paisagem natural e nem elementos humanos, mas há paisagem construída, sendo representada pela escola, Câmara Municipal, Anjo da Ventura, Marco do Jauru e Casa Rosa. Todos incluíram a escola, como elemento da paisagem construída, isso retrata sentimentos de pertencimento ao seu espaço circundante, como um local de vivência do aluno, onde ele está presente diariamente, criando laços de amizade e diversas afinidades. Portanto, entendemos que a escola simboliza um local de encontro, onde os alunos estão presente diariamente, motivo este, que os fizeram representar a escola.

No mapa 10 podemos conferir que o aluno descreve até o nome de uma rua, chamada por “Coronel José Dulce”, o que colabora na localização. Nessa perspectiva, Lynch (1960, p. 58) afirma que: “[...] as pessoas observam a cidade à medida que nela se deslocam e os outros elementos organizam-se e relacionam-se ao longo dessas vias”. Uma rua pode ter um significado especial ou tornar-se importante, através do hábito de deslocar-se para ir à escola, ao trabalho, à padaria, enfim, por diversos motivos que levam a concentração de um costume rotineiro desse aluno.

Mapa 15

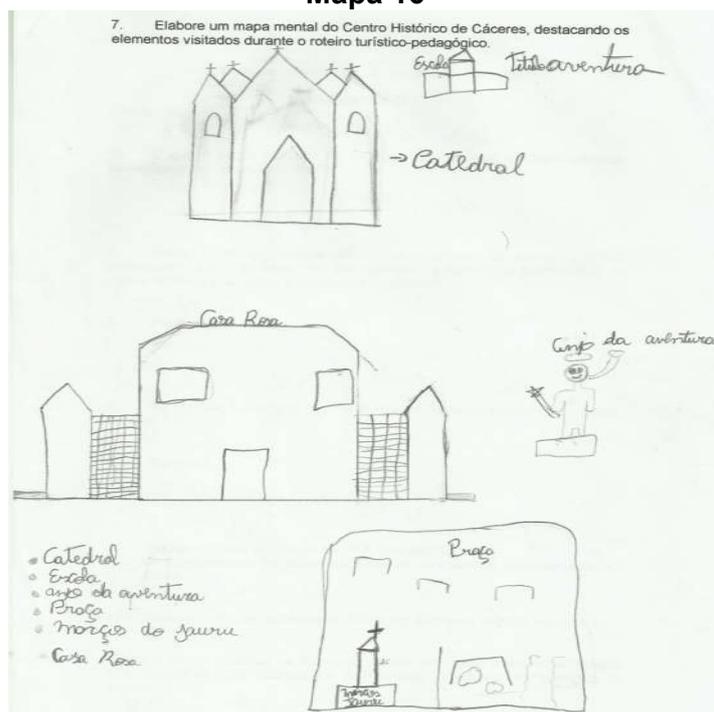


Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Já no mapa 15 consta a Praça Barão, porém não coloca no desenho a escola e nem a Casa Rosa, isso retrata certa particularidade, por não ter sido representado todos os elementos visitados, expressando algo sem relevância, elementos que não têm relação e afetividade para o aluno.

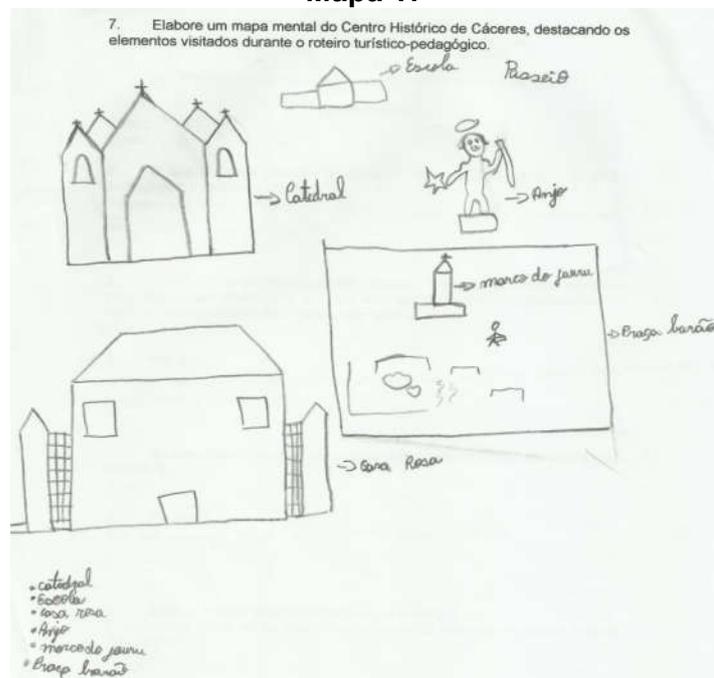
Vimos também que as letras estavam presentes e correspondem ao determinado lugar que o aluno deseja indicar, isto é, a presença das letras evidencia o que o aluno quer destacar em seu mapa mental, demonstrando uma ideia de início de legenda.

Mapa 16



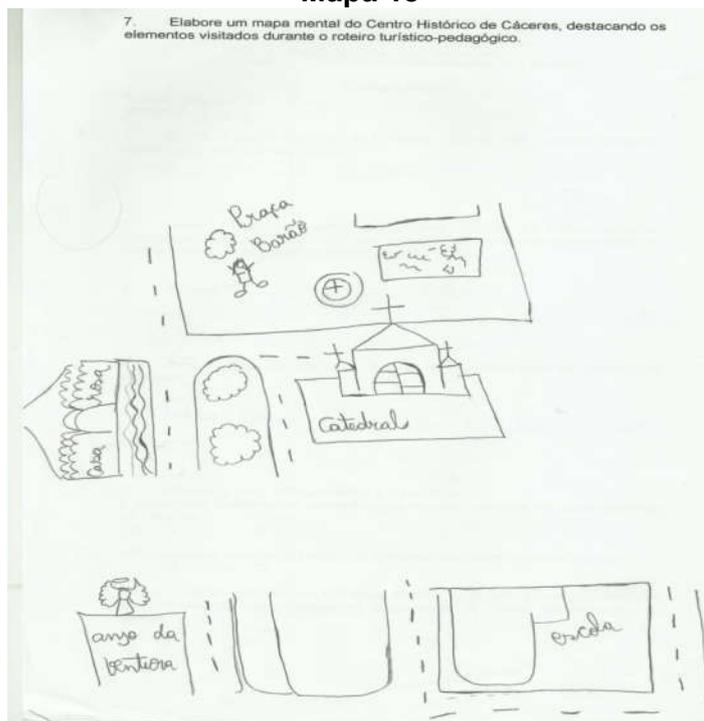
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 17



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 18

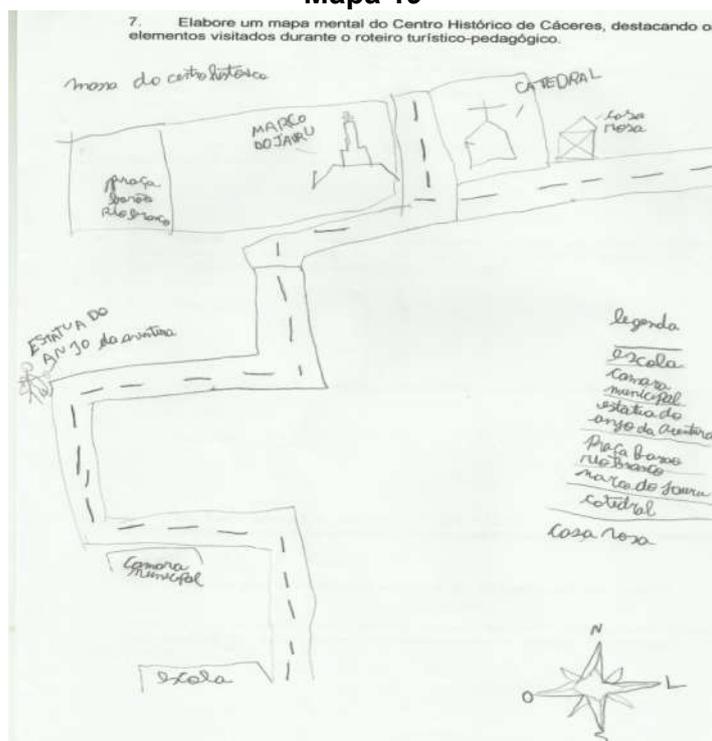


Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Os mapas 16, 17 e 18 são bem semelhantes, possuem letras, desenhos e figuras geométricas nas formas dos ícones e da simbologia exposta nas representações. Ambos estão distribuídos como elementos dispersos e não consta a Câmara Municipal em nenhum dos três mapas.

O que os difere é um elemento humano inserido nos mapas 17 e 18, dentro da praça barão, onde podemos notar semelhança com um menino segurando um objeto parecido com um *skate*, imagem muito comum nos finais de semana, pois, crianças e jovens vão até a praça jogar, passear e praticar diversas atividades, inclusive andar de *skate*.

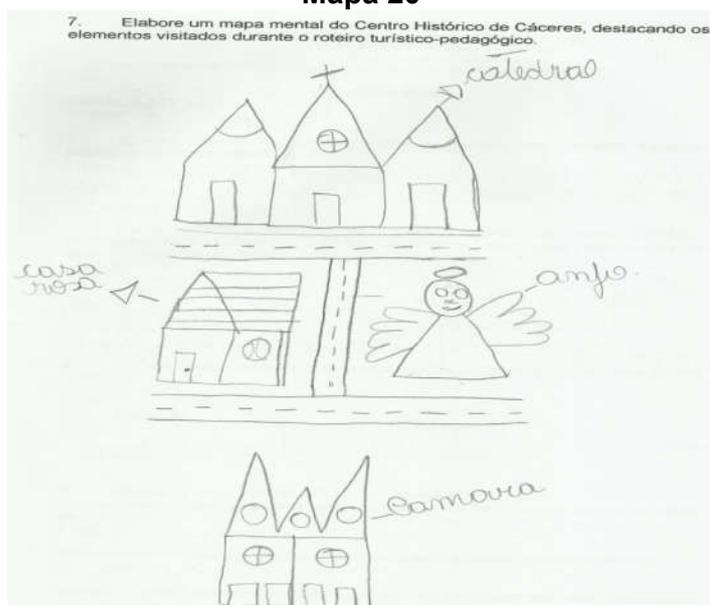
Mapa 19



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

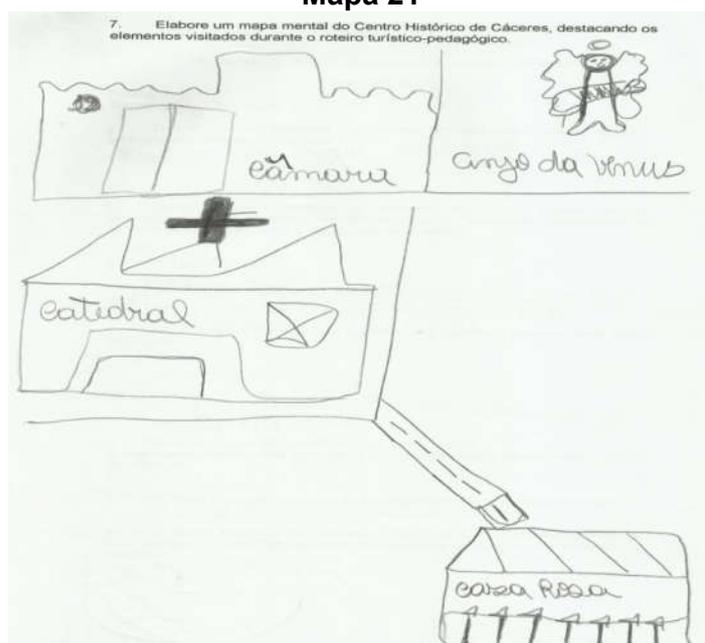
Já o mapa 19 também possui um aspecto diferente, inseriu a rosa dos ventos e isso demonstra um alto grau de compreensão referente à localização geográfica. O aluno mapeador dividiu a Praça Barão e o Marco do Juru através de uma linha, isso simboliza a praça no momento da atividade, onde a sua metade encontrava-se em reforma desde o ano de 2014 atendendo a um projeto de revitalização, que pela qual, solicitava-se a remoção do piso e da pavimentação asfáltica, demolição de bancos de concreto, além do plantio de 24 palmeiras imperiais com altura mínima de 2,50 metros, entre outros serviços. Portanto, apenas a parte em que se encontra locado o Marco do Juru estava liberada para o acesso da população. Nesse contexto, percebemos que o aluno conseguiu demonstrar a sua angústia, perante o acesso a um espaço central de convivência e lazer da cidade.

Mapa 20



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 21



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 22

7. Elabore um mapa mental do Centro Histórico de Cáceres, destacando os elementos visitados durante o roteiro turístico-pedagógico.



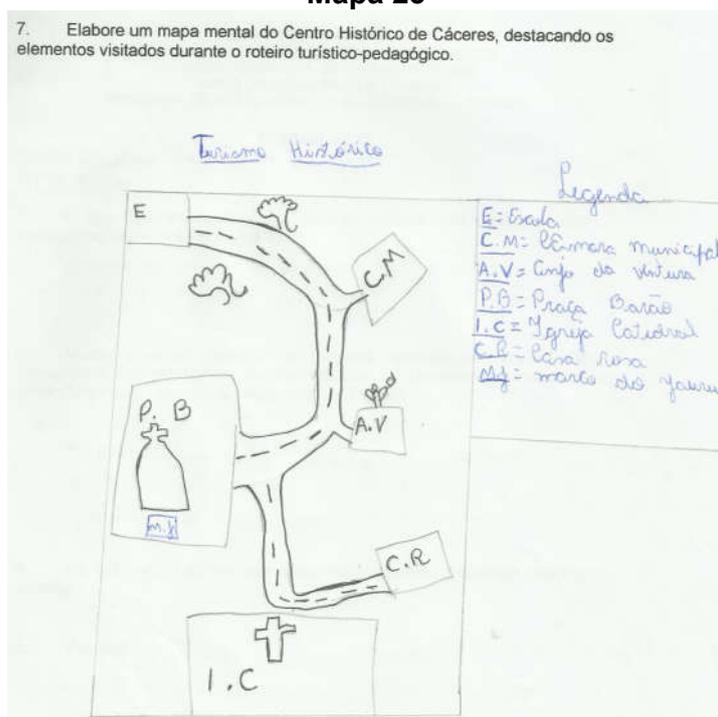
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Os mapas 20, 21 e 22 são representados com uma simbologia composta por letras, desenhos, pontilhados, figuras geométricas e linhas, onde todos os elementos estão dispostos na vertical. Se tratando da especificidade dos ícones, podemos perceber que ambos os mapas não possuem paisagem natural e nem elementos humanos, mas possuem diversas paisagens construídas, notadas através da Câmara Municipal, Anjo da Ventura, Catedral, Casa Rosa, etc.

Nesse sentido, ficaram advertidos que os mapas 20 e 21 não representaram a Praça Barão e nem o Marco Juru, portanto, vemos um grande contraste, pois o mapa 22 representou a praça, mas não inseriu em seu desenho o Marco do Juru, consideramos assim, espaços sem relevância para os alunos, sem nenhuma relação e afetividade e pouca interação com o meio geográfico onde vivem. Indo mais além, verificamos que também não constam legendas e nem títulos nos mapas, considerando que são itens relevantes para a leitura e entendimento de um mapa.

Mapa 23

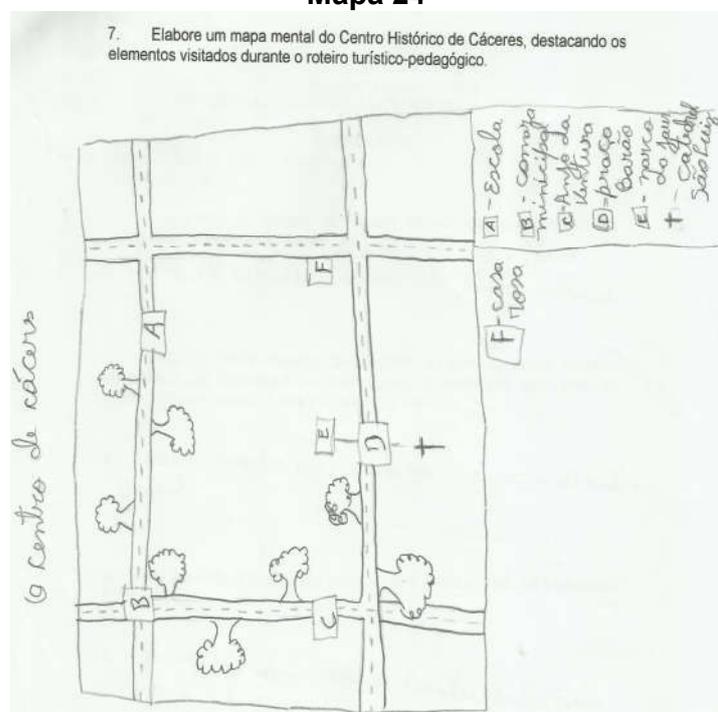
7. Elabore um mapa mental do Centro Histórico de Cáceres, destacando os elementos visitados durante o roteiro turístico-pedagógico.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

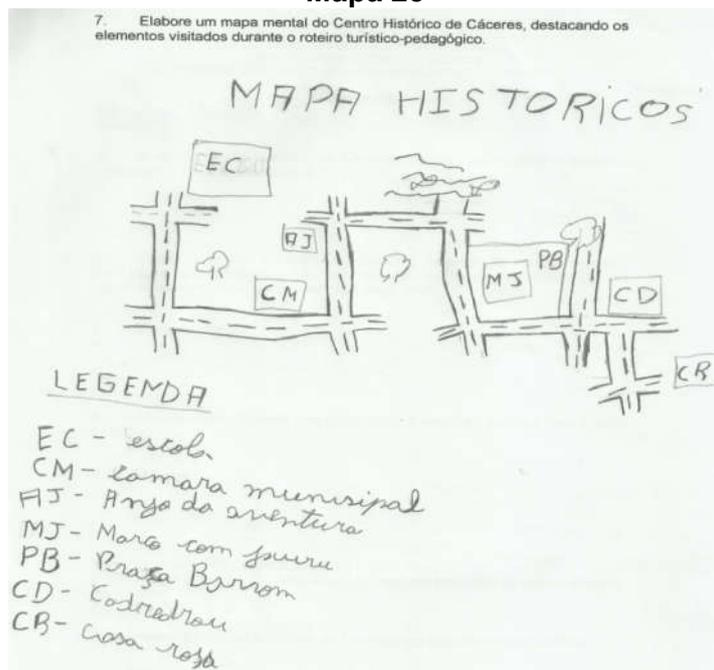
Mapa 24

7. Elabore um mapa mental do Centro Histórico de Cáceres, destacando os elementos visitados durante o roteiro turístico-pedagógico.



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 25



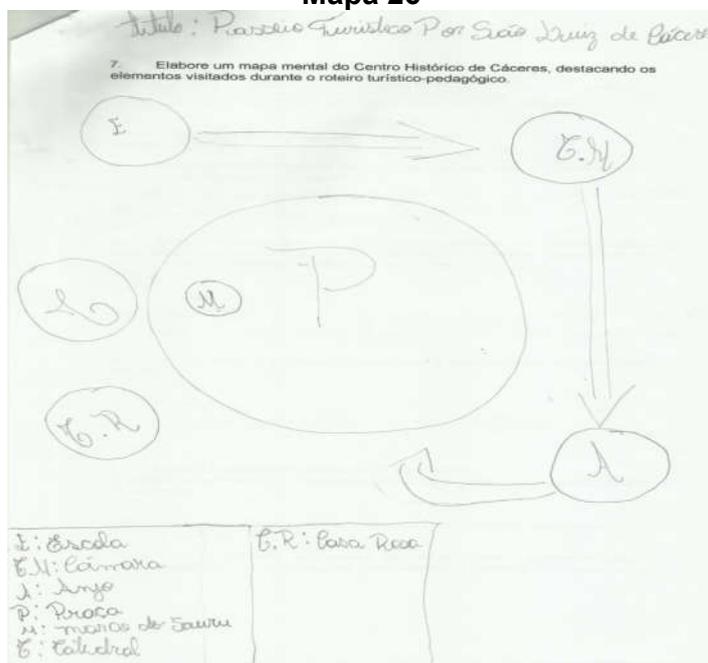
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Nos mapas 23, 24 e 25 averiguamos ícones em forma de letras, desenhos, figuras geométricas, linhas e pontilhados, distribuídos em trajetos e vista aérea. Contem paisagens naturais representada pelas árvores, porém o mapa 25 expressa uma paisagem mais ampla chegando até o cais, inserindo o rio e peixes em seu desenho, demonstrando uma atenção pela natureza e pelo Rio Paraguai, isso pode ter algum vínculo afetivo e rotineiro com o elaborador do mapa, visto que, o cais é um local onde os jovens ficam nos finais de semana apreciando o espaço natural que a cidade possui, e lembrando que o mesmo não foi ponto de visitação do roteiro turístico-pedagógico, mas também pertence à herança histórica da cidade. Outro quesito diz respeito   expansão do espaço designado ao centro histórico nos dias atuais, pois, o espaço representado nos remete a origem de Cáceres, que nasceu de uma pequena vila e foi se expandindo a partir das margens do Rio Paraguai.

Outro aspecto particular visto nos três mapas corresponde à trajetória que os alunos representam, desde a escola como ponto de partida até a casa rosa como ponto final do roteiro turístico-pedagógico, representando esses arranjos espaciais que compõem um lugar de conhecimento desse aluno ao descrever todos os elementos patrimoniais visitados com o roteiro turístico-pedagógico.

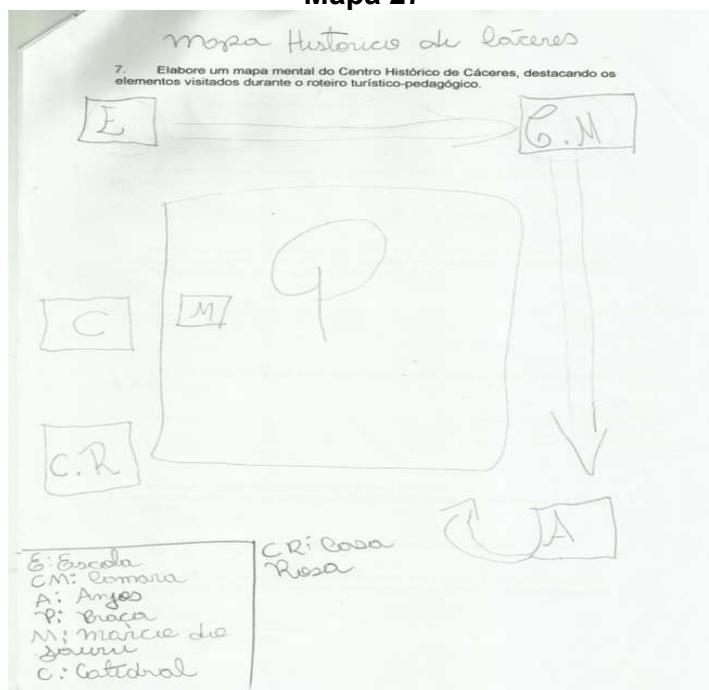
No caso desses três mapas, houve a interpretação da realidade local, pois os alunos inseriram elementos que fizeram parte da organização e produção do espaço.

Mapa 26



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 27

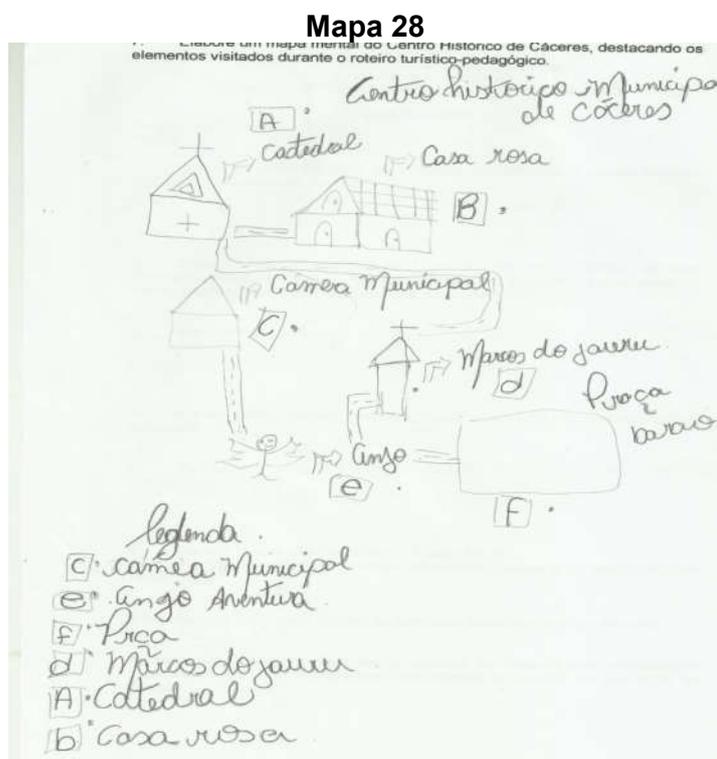


Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

A simbologia e ícones dispostos nos mapas 26 e 27, em formas de letras, figuras geométricas e linhas, reproduzem um diálogo que o sujeito possui com sua realidade, portanto, no mapa 26 o círculo foi escolhido para referenciar as inter-relações dialógicas estabelecidas.

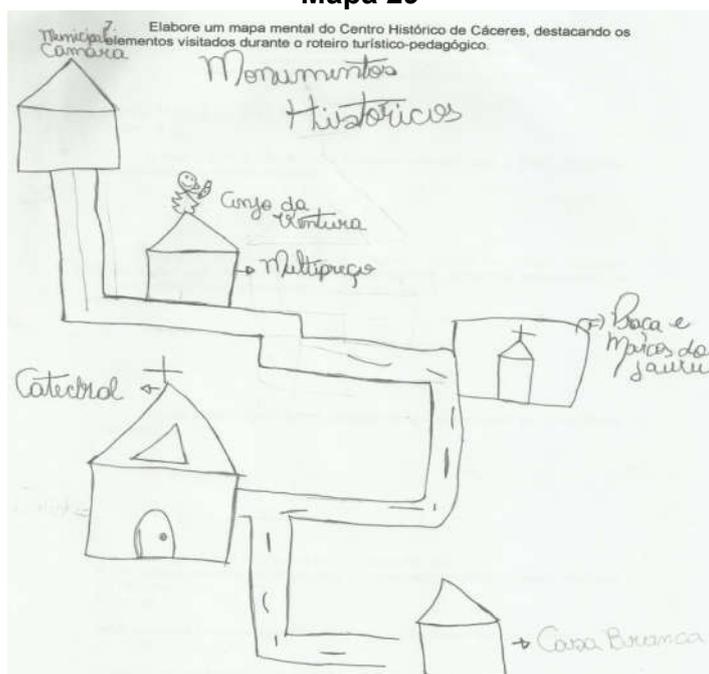
Notamos que não há paisagem natural e nem elementos humanos, entretanto, trazem a paisagem construída representada por meio da escola, Câmara Municipal, Anjo da Ventura, Catedral, Casa Rosa, Praça Barão e Marco do Jauru.

Nesses dois mapas houve alguns aspectos particulares que nos chamou a atenção, pois, o aluno ligou os elementos apenas até a praça barão, representando um trajeto por setas, e localização geográfica correta do Marco do Jauru dentro da Praça Barão. Inseriu legenda, título e dispôs todos os elementos visitados com o roteiro turístico-pedagógico, inclusive a escola, como ponto de partida.



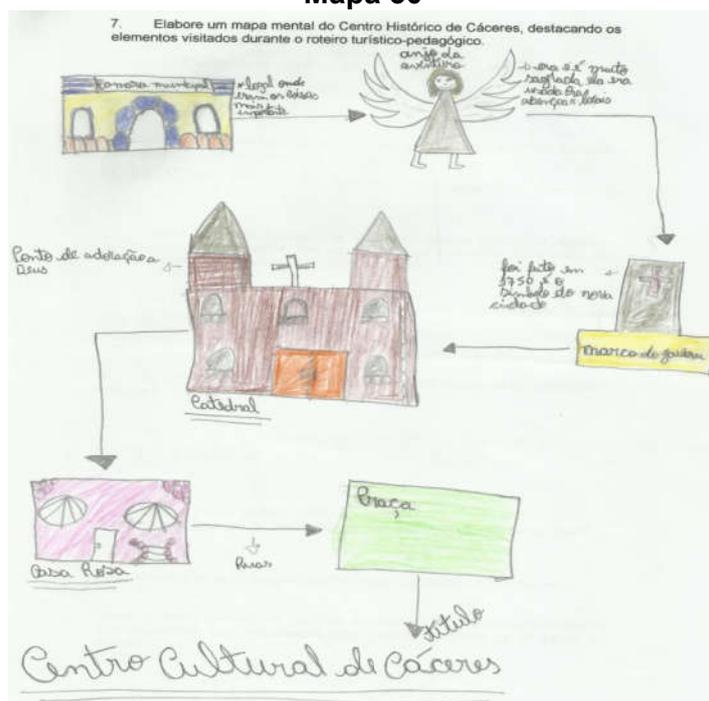
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 29



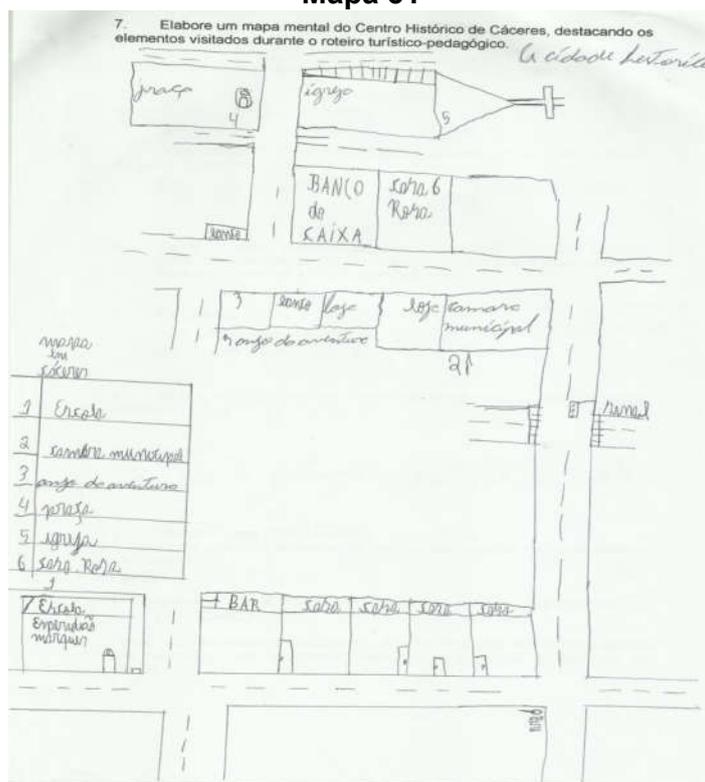
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 30



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 31



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

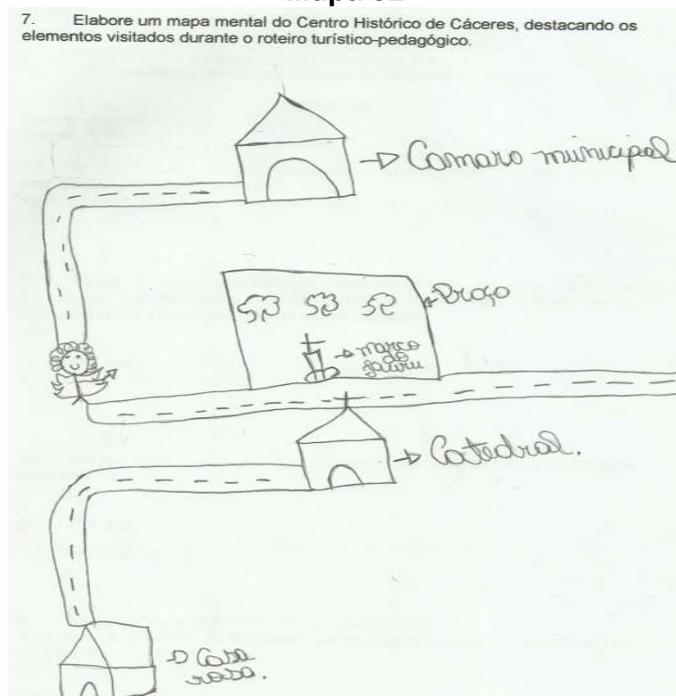
A partir do mapa 28 a 31 verificamos que também possuem representações significativas, começando pelos elementos dispostos em forma de desenhos, letras, figuras geométricas, linhas e pontilhados, que são distribuídos por trajetos. Não há paisagem natural em nenhum dos mapas, todavia, há paisagem construída e reproduzida através dos seis pontos visitados com o roteiro turístico-pedagógico, como a Câmara Municipal, Anjo da Ventura, Catedral, Casa Rosa, Praça, Marco do Jauru.

O mapa 30 ainda faz uma breve descrição a respeito de cada elemento visitado, isso demonstra ter grande destaque na vida do estudante, pois além de representar esses locais, o aluno ainda relata algo sobre os espaços, isso revela uma afinidade do sujeito com o lugar, sendo um espaço cheio de significados, que ao representar no mapa, auxilia na orientação geográfica para se deslocar no centro histórico. Essa representação é muito significativa para a percepção do lugar e do seu espaço de vivência.

Já no mapa 31 verificamos também uma riqueza de elementos, onde o aluno representa uma placa de indicação “pare”, e um semáforo, demonstrando ser um aluno conhecedor das sinalizações de trânsito. O aluno também inseriu bancos, lojas e casas,

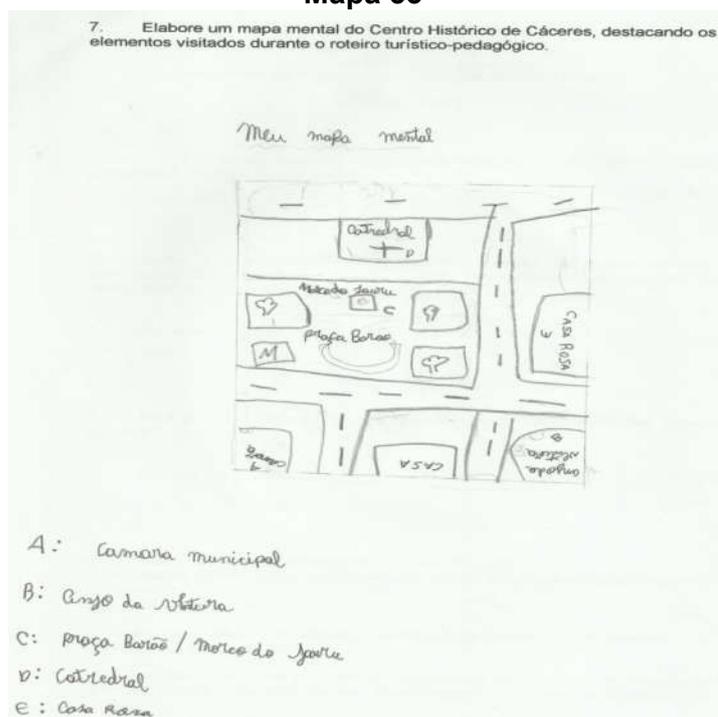
que são traços de uma relação sociedade-espço, um aluno observador, que possui grande afinidade com os elementos visitados, e interage plenamente com o centro histórico de Cáceres, ou seja, um vínculo entre sujeito e espaço. Ainda podemos perceber nos mapas, quais elementos do cotidiano são e/ou foram mais marcantes para os alunos, tais como: bancos, lojas, bares e casas, entre outros. Entende-se que esses elementos fazem parte do espaço vivido e, por isso, configuraram-se como importantes para o aluno em sua representação, demonstrando em seu mapa uma riqueza em detalhes, com uma boa noção de tamanho e proporção adequada.

Mapa 32



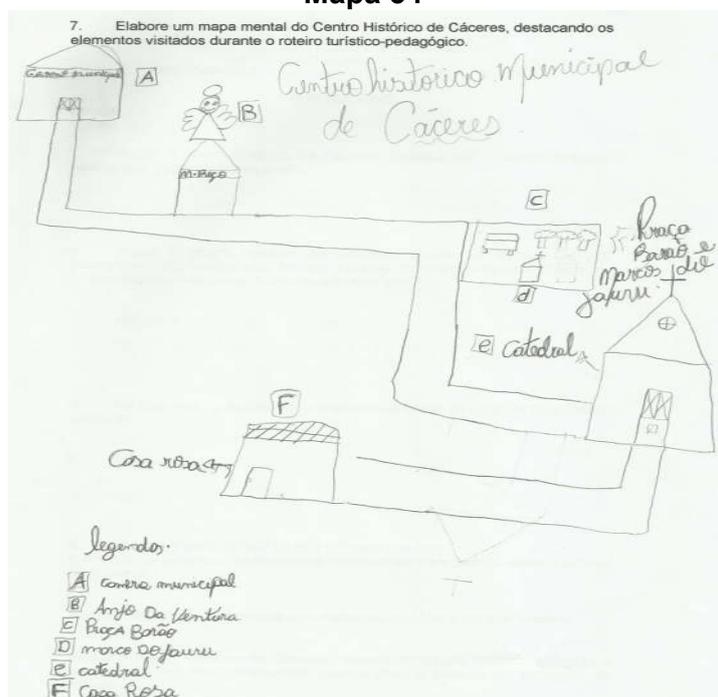
Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 33



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Mapa 34



Fonte: Dados da Pesquisa, 2017

Por fim, vemos nos mapas 32, 33, 34 que os elementos estão interligados por um trajeto. Todos possuem paisagem natural representada nas árvores, principalmente dentro da Praça, o que evidencia ser um lugar mais apropriado a uma área de lazer, por meio da natureza presente nesse espaço, nos remetendo ao início de construção da Praça Barão do Rio Branco, onde implantaram um jardim público contendo muitas plantas e de variadas espécies.

Sabemos que a imagem é carregada de memória e significados, portanto, ao expressar num papel, a imagem do nosso espaço vivido, estaremos representando algo que se encontra presente em nossa memória, ou seja, “[...] um dos instrumentos que consolida a identidade aos territórios na qual estão inseridas as lembranças da coletividade” (LEAL, 2012, p. 386). Nesse contexto, aderimos também à concepção de Lynch (1960), ao retratar que cada cidadão possui relação com uma parte da sua cidade, e a imagem que o indivíduo cria, está impregnada de memórias precedidas de recordações do passado. Assim, cada indivíduo pode expor uma imagem espacial própria e única para ser analisada, refletindo em seu mapa mental algo muito particular.

Embora, que todos os alunos elaboraram um mapa mental com a mesma temática em comum, os elementos utilizados na representação foram muito diferentes um dos outros, e suscetíveis às influências das experiências vivenciadas àquele lugar.

Nesse caso, concordamos com as contribuições de Kozel (2007), quando a autora diz que:

As representações provenientes das imagens mentais não existem dissociadas do processo de leitura que se faz do mundo. E nesse aspecto os mapas mentais são considerados uma representação do mundo real visto através do olhar particular de um ser humano, passando pelo aporte cognitivo, pela visão de mundo e intencionalidades. Essa multiplicidade de sentidos que um mesmo “lugar” contém para seus moradores e visitantes está ligada, sobretudo ao que se denomina de imaginação criadora, função cognitiva que ressalta a fabulação como vetor a partir do qual todo ser humano conhece o mundo que habita (KOZEL, 2007, p. 121).

A atividade realizada com o turismo pedagógico permitiu uma descrição do espaço visitado, associada às informações adquiridas e observadas, durante o percurso realizado com o roteiro turístico-pedagógico. Neste caso, o mapa mental torna-se um elemento indispensável ao aluno, para que ele possa expor a sua própria leitura dos elementos patrimoniais visitados, para tanto, é possível afirmar que cada aluno participante da pesquisa, conseguiu fazer uma leitura do lugar onde ele se encontra inserido diariamente.

Para reforçar essa afirmação, Callai (1998, p. 56) trabalha com a idéia de fazer com que “[...] o aluno se perceba como participante do espaço que estuda, onde fenômenos que ali ocorrem são resultados da vida e do trabalho dos homens e estão inseridos num processo de desenvolvimento”. Portanto, ao analisarmos os mapas mentais, nos possibilitou interpretar o olhar espacial de cada aluno mapeador, bem como a produção cartográfica individual que revela a leitura geográfica perante o espaço urbano e central da cidade.

A utilização de mapas como desenvolvimento de atividades educativas, apresenta grande aceitação, por ser dinâmica e decodificar os elementos que o aluno observou durante o roteiro turístico-pedagógico, como ele representou o espaço numa forma reduzida, permitindo também, trabalhar a noção de legendas, escalas geográficas, entre outras. Neste raciocínio, Nascimento (2016), salienta que ao trabalhar com a elaboração de mapas mentais é primordial, trazer para discussão em sala de aula, o conhecimento e a percepção que os alunos possuem, ao descrever os elementos observados no seu espaço vivido.

Ainda para Nascimento (2016, p. 06) “[...] o mapa mental é uma representação particular de um espaço apreendido pelo indivíduo através de sua interação com o meio”. Neste sentido, ao analisar os mapas mentais desenvolvidos pelos alunos, constata-se que os alunos têm noção de seu espaço de vivência e conseguiram destacar em suas representações sobre o centro histórico da cidade de Cáceres, os elementos patrimoniais visitados com o roteiro turístico-pedagógico, sendo esses: o prédio público da Antiga Câmara Municipal, a escultura do Anjo da Ventura localizada no alto do antigo prédio da “Casa Dulce & Cia”, a Casa Rosa que teve como primeiro proprietário José Dulce, o Marco do Jauru, Praça Barão do Rio Branco e por fim, a igreja Catedral.

Os alunos ao construírem o mapa mental, conseguiram relacionar os conhecimentos cotidianos com os saberes científicos aprendidos nas aulas de Geografia, principalmente, quando se trabalha o espaço urbano e a formação da cidade. Notamos por meio dos mapas mentais, que houve um desenvolvimento de aprendizagem voltado à linguagem cartográfica e a eficácia do turismo pedagógico através das atividades desenvolvidas por meio do roteiro turístico-pedagógico, juntamente com o formulário aplicado aos discentes. Nesse caso, com a elaboração do mapa mental como estratégia da percepção e representação do espaço vivido dos estudantes, podemos ver que o

turismo pedagógico interferiu de forma intensiva na mente dos alunos pertencentes às escolas inseridas no centro histórico de Cáceres, mas que pouco conheciam sobre a historicidade do seu local de vivência diária.

O turismo pedagógico como prática educativa teve nesse estudo a finalidade de conhecer o espaço vivido do aluno, através do roteiro turístico-pedagógico e da representação feita pelo mapa mental, reproduzindo no papel a sua interação pessoal com os espaços turísticos da cidade em que mora, colocando o aluno como protagonista do seu cotidiano. Para tanto fazemos nossas, as palavras de Castro (2006):

Essa postura indagativa perpassa o território, a sociedade da vivência do aluno e a percepção mais ampla acerca da realidade política, social, cultural, econômica, turística e ambiental em dimensão multiescalar. Pode se tornar num constante desafio instigar o aluno a ver significado no uso das representações cartográficas para mapear, localizar, descrever, analisar, explicar, comparar com o ato de posicionar-se e propor intervenção na realidade, de acordo com os parâmetros que têm referenciado a construção de sociedades sustentáveis (CASTRO, (2006, p. 236-237).

Diante dos dados apresentados, notamos que na disciplina de Geografia, o desenvolvimento de atividade usando mapa mental tem sido um recurso eficaz para o estudo do lugar, pois possibilita trabalhar os conteúdos geográficos atrelados ao cotidiano dos próprios alunos, proporcionando uma aprendizagem significativa sobre os conteúdos geográficos e, em específico, a linguagem cartográfica.

Com base nessa discussão, podemos expor que a construção do mapa mental vai exigir do aluno uma leitura mais crítica do espaço que o cerca, integrando completamente com os conteúdos geográficos. Seguindo esse raciocínio, Lopes e Richter (2014) afirmam que:

A construção desse mapa pelo aluno possibilitará que ele tenha um olhar mais aguçado sobre as realidades que vive, instigando-o a ser mais crítico do seu espaço de vivência. Na análise do mapa mental o professor poderá reconhecer quais são as experiências, as interpretações, os avanços e os limites de cada aluno (LOPES; RICHTER, 2014, p. 05).

A utilização de mapas mentais no ensino de Geografia se constitui em um valioso instrumento metodológico a ser utilizado nas aulas, sobretudo, porque valoriza a percepção e representação do educando no processo de ensino e aprendizagem. Contudo, para seu desenvolvimento necessário se faz alinhar os saberes individuais dos

alunos com os conteúdos escolares, proporcionando a aproximação dos conteúdos com a realidade do educando, de maneira que o ensino de Geografia torne-se algo realmente significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importa ressaltar que o presente estudo, não teve a pretensão de trazer receitas para a preservação dos elementos patrimoniais que compõem o centro histórico de Cáceres/MT, mas sim, instigar a se pensar o tema, de modo a inserir nas discussões educacionais realizadas com os alunos nos bancos escolares, envolvendo uma visão do turismo pedagógico articulada com as ações de preservação do patrimônio histórico-cultural que a cidade possui.

Ainda, explorar os potenciais turísticos da área urbana, distribuídos através dos bens culturais e atributos históricos e naturais, onde muitos são pertencentes a um conjunto de bens tombados que podem contribuir para o desenvolvimento sólido do turismo na cidade.

As considerações obtidas com o trabalho nos conduzem a uma intersecção da ciência geográfica com o turismo, revelando o interesse dos geógrafos por esta prática socioespacial. É nessa tessitura desafiante que o pensamento geográfico se impõe, juntamente com suas categorias, a partir de imbricações diante da análise espacial do turismo, trazendo novas leituras sobre território, paisagem, lugar e espaço.

Foi possível trabalhar alguns conceitos perante a história da cidade de Cáceres, a partir dos conhecimentos prévios dos alunos, de modo a identificar as diferentes concepções que cada aluno possui, e auxiliar na construção e até mesmo na reconstrução de conceitos. Em tese, o turismo pedagógico tem a capacidade de contribuir para a construção de um olhar mais prudente, voltado para as transformações do espaço em que vivemos. Assim, a presente pesquisa contribuiu para a alfabetização histórica e cultural dos alunos envolvidos na atividade do turismo pedagógico, possibilitando buscar informações para entender o seu meio, contemplando a memória histórica da sua cidade

e expressando esse processo de produção e reprodução do cotidiano, por meio de representações espaciais.

Um aluno construtor de seu mapa mental é também um leitor crítico do seu espaço, que consegue correlacionar o seu conhecimento do cotidiano com os conteúdos geográficos apreendidos em sala de aula, com autonomia para reproduzir o seu raciocínio espacial através do mapa mental. Nesse sentido, a produção de mapas mentais resultou numa atividade de suma importância para a formação dos alunos, pois, por meio dela os alunos puderam pensar sobre o seu espaço de vivência, refletir sobre contextos que ainda não tinham percebido, seja na escala da rua, do bairro, do centro histórico ou até mesmo, de toda a extensão da cidade. Não só revelou as leituras e entendimento que eles possuem perante a organização do espaço urbano da cidade de Cáceres, como também, os possibilitou fazer uma leitura mais crítica do seu cotidiano e da sua realidade local.

É perceptível a presença de mapas em nossa vida, no dia-a-dia, na previsão do tempo, nos *folders* de deslocamento, itinerários de ônibus e metrô, dentre diversas formas que possam aparecer o mapa de forma comum em nosso cotidiano. No entanto, muitas vezes, não encontramos as informações que desejamos por não conseguir entender o que os mapas têm a nos dizer. Nesse caso, precisamos aprender a decodificá-los e inserir os mapas como parte do cotidiano da escola, não somente nas aulas de geografia, mas nas demais disciplinas.

Entendido assim, a pesquisa nos possibilitou apreender o olhar do aluno perante o seu espaço, bem como, verificar como ele interpreta o seu lugar de vivência. Nesse contexto, o ensino construído e reconstruído a partir dos saberes científicos desenvolvidos em sala de aula, atrelado aos conhecimentos da vivência cotidiana, promove a leitura do mundo e instiga o aluno a ser mais crítico em relação a sua realidade.

Contudo, os professores que praticarem esse tipo de atividade interligada ao turismo pedagógico, terão suporte para identificar os avanços e/ou dificuldades de seus alunos, em relação aos conteúdos escolares ensinados nas aulas de Geografia, bem como, tornar os alunos mais atentos as questões espaciais da sociedade em que estão inseridos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACERENZA, M. A. **Administración Del Turismo: Conceptualización y Organización**. V. 1 e 2, México: Trillas, 1991.

ALBACH, V. M. **Panorama da pesquisa em turismo nos mestrados em Geografia do Brasil: o caso do mestrado em Geografia da UFPR**. 2010. 166f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ALMEIDA, N. P. **Segmentação do Turismo no Pantanal Sul-Matogrossense**. 2003. 135f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica Dom Bosco. Programa de Pós-Graduação em desenvolvimento local. Campo Grande, 2003.

ALMEIDA, R. D; PASSINI, E. Y. **O Espaço Geográfico: ensino e representação**. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ÁLVARES, B. J. M.; LINHARES, I. L. L.; TAVEIRA, M. S. Turismo Pedagógico: uma atividade socialmente responsável. In: BAHL, M. (org.) **Turismo com Responsabilidade Social**. CONGRESSO BRASILEIRO DE TURISMO, Coletânea XXIII CBTUR. São Paulo: Roca, 2004, cap.10, p.138-147.

AMORIM, F. C. **Não tem parquinho, mas eu adoro brincar aqui: O uso do espaço escolar pelas crianças em uma escola da rede municipal de ensino de Juiz de Fora**. 2009. 120f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

ANDRIOLO, A.; FAUSTINO, E. Educação, Turismo e Cultura. A experiência de estudantes paulistas em Uruçanga. In: RODRIGUES, A. B (org.). **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: Hucitec, 1997.

ANSARAH, M. G. R. **Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria: reflexões e cadastro das instituições educacionais no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2002.

ARAUJO, R.; GUIMARÃES, R. B.; RIBEIRO, W. C. **Construindo a Geografia**. São Paulo: Moderna, 1999.

ARRUDA, A. **Imprensa, vida urbana e fronteira: A cidade de Cáceres nas primeiras décadas do século XX (1900 – 1930)**. 2002. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Cuiabá, 2002.

ARRUDA, R. F.; NEVES, S. M. A. S.; NEVES, R. J.; CASARIN, R. Paisagem do centro histórico de Cáceres/MT analisada a partir das categorias forma e função. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2008.

ARRUDA, R. F.; NEVES, S. M. A. S.; NEVES, R. J. Espacialização de elementos do centro histórico de Cáceres, MT e seu entorno: subsídios para o desenvolvimento de atividades educacionais e turísticas. In: SIMPÓSIO DE GEOTECNOLOGIAS NO

PANTANAL, 3., 2010, Cáceres/MT. **Anais...** Cáceres: Embrapa Informática Agropecuária/INPE, 2010, p.962 -972.

ARRUDA, R. F. **Patrimônio cultural, sistemas e ações articuladas:** a experiência de Cáceres e a formação de um sistema de preservação. 2014. 161f. Dissertação (Mestrado) - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Rio de Janeiro, 2014.

ASHWORTH, G. J.; TUNBRIDGE, J. E. **The Tourist-Historic City:** Retrospect and Prospect of Managing the Heritage City. 1. ed. Amsterdam: Pergamon, 2000.

BARBOSA, Y. M. **História das viagens e do turismo.** São Paulo: Aleph, 2002.

BARBOSA, A. Compreendendo o lugar a partir da percepção dos moradores dos condomínios residenciais de aldeia (CAMARAGIBE-PE). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEÓGRAFOS, 7., 2014, Vitória/ES. **Anais...** Vitória/ES: UFES, 2014. ISBN: 978-85-98539-04-1.

BARRETO, M. **Manual de iniciação ao estudo do turismo.** Campinas: Papyrus, 1995.

BENI, M. C. A política do turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (org.). **Turismo:** Como aprender, como ensinar. São Paulo: SENAC, 2001.

_____. **Análise Estrutural do Turismo.** 7. ed. São Paulo: Senac, 2002.

_____. _____. 8. ed. São Paulo: Senac, 2003.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico.** Bauru: EDUSC, 2002.

BRANDÃO, I. T.; ALDRIGUE, N. S. **Turismo e Educação:** dois alicerces indispensáveis. João Pessoa, PB, 2004. Disponível em: <<http://www.periodicodeturismo.com.br/site/edicoes/index.php.pdf>>. Acesso em: 01 mai. 2016.

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais:** Introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional.** Relatório Final. Brasília: MTur/FGV, 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/MIOLO_65xdestinosx_revisao4set.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2016.

_____. **Plano Nacional de Turismo 2013/2016:** O turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em: 22 ago. 2016.

BRIZOLLA, T.; LIMA, A. C. G. **Programa de Qualificação a Distância para o Desenvolvimento do Turismo**: sensibilização, mobilização, institucionalização da instância de governança regional/Ministério do Turismo (Livro 02). Florianópolis: SEAD/UFSC, 2008.

BROWN, A.; DOWLING, P. **Doing research/reading research**: a mode of interrogation for teaching. Londres: Routledge Falmer, 2001.

CALLAI, H. C. O ensino de geografia: recortes espaciais para análise. In: CASTROGIOVANNI, A. C. (org.). **Geografia em sala de aula, práticas e reflexões**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Porto Alegre, 1998.

_____. **Ensino de Geografia**: praticas e textualizações no cotidiano. 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003.

_____. Aprendendo a ler o mundo: a geografia nos anos iniciais do ensino fundamental. **Cadernos Cedes**. Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, mai./ago. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n66/a06v2566.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

CARDOSO, H. R. Turismo Pedagógico: Uma Viagem Rumo ao Conhecimento. In: ANPED SUL, 10., 2014, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UDESC, 2014, p. 01 – 20.

CARLOS, A. F. A. CARLOS. **A (re) produção do espaço**. São Paulo: Edusp, 1994.

_____. O lugar: mundialização e fragmentação. In: SANTOS, Milton et al (org.). **O novo mapa do mundo**: fim de século e globalização. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007a.

_____. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007b.

CASARIN, R.; VIEIRA, V. H. O. Funções sociopolíticas do Marco do Jauru, Forte de Coimbra e Real Forte Príncipe da beira, no sudoeste brasileiro. In. III Seminário regional sobre território, fronteira e cultura, VII Expedição geográfica da UNIOESTE: Espaços de Fronteira – território e ambiente, 2011, Cândido Rondon. **Anais...** Cândido Rondon: UNIOESTE, 2011.

CASTELLAR, S. A Psicologia genética e a aprendizagem no ensino de geografia. In: CASTELLAR, S. (org.). **Educação Geográfica**: Teorias e práticas docentes. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

CASTELLAR, S.; VILHENA, J. **Ensino de Geografia**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

CASTILLO, R. J. ¿Hacia una nueva definición de patrimonio histórico?. **PH Boletín Andaluz del Patrimonio Histórico**, n. XVI, Sevilla, p. 101-106, septiembre, 1996.

CASTRILLON, M. L. F.; PERARIO, M. A. A Câmara Municipal de Vila Maria do Paraguai, um espaço de poder - 1859 a 1889. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., Londrina, 2005. **Anais...** Londrina: ANPUH, 2005, p. 01-06. CD-ROM.

CASTRO, N. A. R. **O Lugar do Turismo na Ciência Geográfica: contribuições teórico-metodológicas à ação educativa.** 2006. 311f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Física Universidade de São Paulo, 2006.

CAVALCANTI, L. S. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos.** Campinas: Papirus, 1998.

CHAVES, O.R. et al. **História e Memória Cáceres.** Cáceres, Mato Grosso: Editora Unemat, 2011.

CHOAY, F. **L'allégorie Du patrimoine.** 9. ed. Paris: Seuil, 1992.

_____. **A alegoria do patrimônio.** 3. ed. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2006.

CHRISTOFOLETTI, A. As características da nova Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia.** 2. ed. São Paulo: Difel, 1985.

CLAVAL, P. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (orgs.). **Matrizes da Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

_____. **A Geografia Cultural.** Tradução de Luíz Fugazzola Pimenta e Margareth de Castro Afeche Pimenta. 3. ed. Florianópolis: UFSC, 2007.

CORIOLOANO, L. N. M. T. **Do local ao Global: o turismo litorâneo cearense.** 2. ed. Campinas/SP: Papirus, 1998.

_____. O real e o imaginário nos espaços turísticos. In: ROSENDAHL, Z.; CORREA, R. L. (orgs.). **Paisagem, imaginário e espaço.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.

_____. O professor Milton Santos e a pesquisa do turismo no Ceará. In: LIMA, Luiz Cruz (Org.). **Conhecimento e reconhecimento: homenagem ao geógrafo cidadão do mundo.** Fortaleza: Eduece, 2003.

CORIOLOANO, L. N.M. T.; MELLO, S. B. **Turismo e Geografia: Abordagens críticas.** Fortaleza: EDUECE, 2005.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1993.

COSTA, F. R. Geografia: Conceitos e Paradigmas – Apontamentos Preliminares. **Revista Geomae.** Campo Mourão/PR, v. 1, n. 2, p. 25 – 56, 2010, ISSN 2178-3306.

COSTA, M. F. **História de um país existente: o pantanal entre os séculos XVI e XVIII.** São Paulo: Kosmos: 1999.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

CUNHA, L. **Economia e política do turismo**. Lisboa: Mac Graw-Hill, 1997.

DAN, V. L. C. **O acesso à cidade**: questões sócio-econômicas da cidade de Cáceres com enfoque na Praça da Feira. 2010. 241f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon, 2010.

DHEIN, E. C.; GUEx, N. R. O turismo pedagógico na educação infantil e a educação para a cidadania. **Revista Competência**. Porto Alegre/RS, v. 6, n. 2, p. 81-96, jul/dez. 2013.

DIAS, R. **Planejamento do turismo**: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003.

FANAIA, M. L. O olhar dos vereadores sobre a cidade de Vila Maria do Paraguai nos anos de 1859-1880. In: CHAVES, O. R. et al (org.). **História e Memória Cáceres**. Cáceres: Editora Unemat, 2011.

FARIA, N. D. M; WOORTMANN, E. F. A Educação Patrimonial como elemento de socialização para jovens em situação de risco. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, v. VI, n. 2, p. 49-72, jun./dez. 2009.

FLORENCE, H. **Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas de 1825 a 1829**. Tradução de Visconde de Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2007.

FONSECA FILHO, A. S. **Educação e Turismo**: Um estudo sobre a inserção do turismo no ensino fundamental e médio. 2007. 144f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP, São Paulo, 2007.

FONSECA, M. A. P. **Espaço, políticas de turismo e competitividade**. Natal/RN: EDUFRN, 2005.

FRATUCCI, C. A. **A Dimensão Espacial Nas Políticas Públicas Brasileiras De Turismo**: As Possibilidades Das Redes Regionais de Turismo. 2008. 308f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

FREIRE. P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GANZER, A. Turbilhão de sentimentos e imaginações: as crianças vão ao museu, ou ao castelo. In: Leite, M. & Ostetto, L. (orgs.). **Museu, Educação e Cultura**. Campinas: Papyrus, 2005.

GIARETTA, M. J. **Turismo da juventude**. Barueri/SP: Manole, 2003.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Tradução de Sandra Regina Netz. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.

GOLDENBERG, M. De amélias a operárias: um ensaio sobre os conflitos femininos no mercado de trabalho e nas relações conjugais. In: Goldenberg, M. (org.). **Os novos desejos**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GOMES, D. S.; MOTA, K. M.; PERINOTTO, A. R. C. Turismo pedagógico como ferramenta de educação patrimonial: a visão dos professores de História em um colégio estadual de Parnaíba (Piauí, Brasil). **Revista Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 5, n.1, p. 82-103, abr. 2012.

HAESBAERT, R. C. **Viver no limite**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

HENRY, P. A história não existe. In: ORLANDI, E. P. (org.). **Gestos de leitura: Da história no discurso**. 2. ed. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 1997.

HENZ, A. P.; OLIVEIRA, J. P. A Paisagem como potencial turístico de Foz do Iguaçu: Um estudo exploratório da paisagem do Parque Nacional do Iguaçu e da Usina Hidrelétrica de Itaipu. **Revista Turismo Visão e Ação**, Vale do Jataí, v. 12, n. 2, p.172-183, mai./ago. 2010.

HOLZER, W. Memórias de Viajantes: paisagens e lugares de um Novo Mundo. **Revista Geographia**. Niterói, v. 2, n. 3, p. 111-122, 2000. ISSN 15177793.

HORA, A. S. S.; CAVALCANTI, K. B. Turismo Pedagógico: Conversão e Reconversão do Olhar. In: REJOWSKI, M.; COSTA, B. K. (orgs.). **Turismo Contemporâneo: Desenvolvimento, estratégia e gestão**. São Paulo: Atlas, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Unidade Territorial**. 2015. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/5102504>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Populacional**. 2016. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/5102504>>. Acesso em: 11 jun. 2016.

IPHAN (Brasil). Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Cadernos de pesquisa e documentação do IPHAN - 5**. Rio de Janeiro: IPHAN/ Copedoc, 2008.

_____. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Poligonal de Tombamento Federal e Entorno – 2009**. Documento Digital. Brasília: IPHAN, 2009.

KAERCHER, N. A. **Desafios e Utopias no Ensino de Geografia**. 3. ed. Santa Cruz: EDUNISC. 1999.

- KNAFOU, R. Turismo e Território: por uma abordagem científica do turismo. In: RODRIGUES, A. A. B. (org.). **Turismo e Geografia: Reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- KOZEL, S. et al. **Da Percepção e Cognição à Representação: Reconstruções Teóricas da Geografia Cultural e Humanista**. São Paulo: Terceira Margem, 2007.
- _____. As linguagens do cotidiano como representações do espaço: uma proposta metodológica possível. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12., 2009, Montevideo. **Anais...** Montevideo, 2009.
- KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.
- LAGE, B.; MILONE, P. **Economia do turismo**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- LANQUAR, R. **Le Tourisme internacional**. 6. ed. Paris: Presses Universitaires de France. 1995.
- LAZZAROTTI, O. **Patrimoine et Tourisme: Histoires, lieux, acteurs, enjeux**. Paris: Éditions Belin, 2011.
- LEAL, R. E. S. Memória, Patrimônio e Atrativo Turístico: A doçaria na festa do nosso Senhor dos Passos, em São Cristovão-Sergipe. **Revista Rosa dos Ventos**. 4 (III), p.384-396, jul-set, 2012.
- LEFEBVRE, H. **La vie quotidienne**.3. ed. Paris: L'Arche, 1961.
- LEWIN, K. Action research and minority problems. **Journal of Social Issues**, Londres, n. 2, p. 34-36, 1946.
- LICKORISH, L.; LENKINS, C. L. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- LOBATO, J. S. C. **O processo de ensino-aprendizagem de geografia no curso de guia de turismo de ensino subsequente do IFPA**. 2012. (Monografia) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA. Belém, 2012.
- LOPES, A. R. C.; RICHTER, D. A construção de mapas mentais e o ensino de Geografia: Articulações entre o cotidiano e os conteúdos escolares. **Revista Territorium Terram**, São João Del Rei, v. 02, n. 03, p. 2-12, Out./Mar., 2014.
- LYNCH, K. **A Imagem da Cidade**. (Versão em Português). Lisboa: Edições 70, 1960.
- MARQUES. A. L. B. A. **A relevância dos mapas mentais e do Google Earth para a cartografia escolar: Um estudo com graduandos de pedagogia**. 2012. 104 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Alagoas. Maceió/AL, 2012.

MATO GROSSO (Estado). **Lei nº 1.411 de 08 de outubro de 1997**: Dispõe sobre a criação e delimitação dos bairros situados no perímetro urbano do município de Cáceres. Secretaria Municipal de Cultura. Cáceres, 2008.

MATOS, Francisco de Castro. Turismo pedagógico: o estudo do meio como ferramenta fomentadora do currículo escolar. In: VII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL. 2012, Caxias do Sul/RS. **Anais...** Caxias do Sul/RS: UCS, 2012.

MENDES, E. G. **As cidades e o turismo urbano**. (Ensino a distância) - Universidade Aberta do Nordeste da Fundação Demócrito Rocha e Universidade Estadual do Ceará, Módulo 4, Fascículo 20., Mar., 2009.

MENDES, N. F. **História de Cáceres**: História da Administração Municipal. Cáceres/MT: Prefeitura Municipal de Cáceres, 1973.

_____. Primeiro Centenário da Transladação do Marco do Jauru para a cidade de Cáceres – 02.02.1883 a 02.02.1983. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso**, Tomos CXIX – CXX, Ano LV, 1983.

_____. **História da Administração Municipal**. 2. ed. Cáceres/MT: Editora UNEMAT, 2009.

MILAN, P. L. **“VIAJAR PARA APRENDER”**: Turismo Pedagógico na Região dos Campos Gerais – PR. 2007. 125 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2007.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2002.

_____. Introdução. In: GASTAL, S.; MOESCH, M. (orgs.). **Um outro turismo é possível**. São Paulo: Contexto, 2004.

MOLETTA, V. F. **Turismo Estudantil**. Vol. 11, Porto Alegre/RS: SEBRAE, 2003.

MONTECCHI, A. F.; MONTECCHI, I. A. D. Anjo da Ventura: a cidade e o espelho. In: CHAVES, O.R. et al (org.). **História e Memória Cáceres**. Cáceres: Editora Unemat, 2011.

MORAES, M. F. M. L. **Vila Maria do Paraguai**: um espaço planejado na fronteira 1778-1801. 2003. 141f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso – ICHS, Cuiabá, 2003.

MORAES, A. P. **Educação Patrimonial**: Uma proposta curricular. 2005. Monografia (Bacharelado em Ciência da Educação) – Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes/RJ, 2005.

MORAES, L. B. **A Cidade em Mapas**: Goiânia e sua representação no ensino de Geografia. Goiânia: Vieira, 2008.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico na pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MOREIRA, J. L. P.; AVILÉS, M. A. Y.; VALLE, J. E. G. Turismo Educativo: Propuesta de Creación de un Programa de Enseñanza de Español para Extranjeros, em Espol. In: **Repositorio de la Escuela Superior Politécnica del Litoral**, 2009. Disponível em: <<http://www.dspace.espol.edu.ec/handle/123456789/61>>. Acesso em: 17 mar. 2017.

NASCIMENTO, É. N. S. et al. O ensino aprendizagem das categorias geográficas na Geografia escolar: estudo de caso realizado no 7º ano do ensino fundamental na Escola Estadual Dr. José Rodrigues Fontes em Cáceres/MT. In: SEMAGEO E SEMINÁRIO DE PRÁTICAS DE ENSINO, 15., 2015, Cáceres. **Anais...** Cáceres: UNEMAT, 2015. ISSN 2175-8956.

NASCIMENTO, É. N. S.; VIEGAS, L. P.; SILVA, T. P. Mapas mentais como recurso didático: um estudo de caso em Cáceres/MT. In: XVI SEMAGEO E II SEMINÁRIO DA PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 2016, Cáceres. **Anais...** Cáceres: UNEMAT, 2016. ISSN 2185-8956.

NEVES, R. J. **Modelagem e Implementação de Atlas Geográficos Municipais** – Estudo de Caso do Município de Cáceres-MT. 2008. 184 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2008.

NICOLÁS, D. H. **Teoría Y Práxis Del Espacio Turístico**. México: Universidade Autônoma Metropolitana - Xochimilco, 1989.

NOGUEIRA, A. R. B. **Mapa Mental: Recurso Didático no Ensino de Geografia no 1º Grau**. São Paulo, 1994.

_____. Mapa mental: Recurso didático para estudo do lugar. In: PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. **Geografia em Perspectiva: ensino e pesquisa**. São Paulo: Contexto, 2006.

NOVO, C. B. M. C.; SILVA, G. T. **Planejamento e organização do turismo**. Manaus: CETAM. 2010.

OLIVEIRA, L. Percepção do meio ambiente e Geografia. **OLAN - Ciência & Tecnologia**. Rio Claro: Aleph, Engenharia e Consultoria Ambiental. v.1, n. 2, nov, p. 14-28, 2001.

OLIVEIRA, T. F. S. **Mapas mentais na formação do conhecimento geográfico: Estudo de caso** – E.E.F.M. Dra. Aldaci Barbosa e E.E.E.M. Alfredo Machado. 2010.110f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza/CE, 2010.

OMT, Organização Mundial de Turismo. **Turismo internacional: uma perspectiva global**. 2ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PAGANELLI, T. I. Para construção do espaço geográfico na criança. In: ALMEIDA, Rosângela D. (org.). **Cartografia Escolar**. São Paulo: Contexto, 2008.

- PINHO, R. T. Cáceres: Olhares sobre a tessitura urbana de São Luiz de Cáceres. In: CHAVES, O. R. et al (org.). **História e Memória Cáceres**. Cáceres: Editora Unemat, 2011.
- PONTUSCHKA, N. N. O conceito de estudo do meio transforma-se (...) em tempos diferentes, em escolas diferentes, com professores diferentes. In: VESENTINI, J. W. **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas, SP: Papirus, 2004.
- RAMÍREZ, I. A.; SOTO, X. P. **Mapas Cognitivos: Aprendizajes desde la vivencia espacial**. S/L, S/E, 2008.
- REBELO, S. M. **Plano Municipal de Educação Turística – PMET: Um modelo para os municípios brasileiros de potencial turístico**. Salamanca: Imprensa Kadmos – Universidad Pontificia de Salamanca, v. 1, 1998.
- REIS, A. **Acervo Cenário de Cáceres**. Cáceres/MT: Publicidade & Assessoria de Marketing, 2006.
- REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica: Pensamento internacional x Situação Brasileira**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2001.
- RICHTER, D. **O mapa mental no ensino de Geografia: Concepções e propostas para o trabalho docente**. São Paulo/SP: UNESP, 2011.
- ROCHA, S. A. Geografia Humanista: História, conceitos e o uso da paisagem percebida como perspectiva de estudo. **Revista RA' E GA**, Curitiba: Editora UFPR, n. 13, p. 19-27, 2007.
- RODRIGUES, A. B. Geografia e turismo: notas introdutórias. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo: DG/FFLCH/USP, n.6, p.71-82. 1992.
- _____. **Turismo e Espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001a.
- _____. Desafio para os estudiosos do turismo. In: **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001b.
- ROSA, N. F. Q. D. A Concepção Ideológica do Turismo de Massa. In: Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL, 2015, Caxias do Sul. **Anais...** Caxias do Sul: UCS, 2015, p. 03 a 07. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/roda_epistemologia_educacao.pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.
- ROSSI, A. V. **Patrimônio cultural: entenda e preserve**. Guia de atividades de educação patrimonial. Campinas/SP: Secretaria Municipal de Cultura, 2009.

SALGUEIRO, V. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 289-310, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbh/v22n44/14001.pdf>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

SANTOS, M. **Espaço e Sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica de geografia a uma geografia crítica**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Metamorfose do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 4. ed. São Paulo: Hucitec: 1998.

_____. **Espaço e Método**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. T. **Fundamentos de turismo e hospitalidade**. Manaus: Centro de Educação Tecnológica do Amazonas, 2010.

SCREMIN, J.; JUNQUEIRA, S. Aprendizado Diferenciado: Turismo Pedagógico no âmbito escolar. **Caderno de Estudo, Pesquisa e Turismo**. Curitiba, v. 1, p. 26-42, jan./dez, 2012.

SENE, E.; MOREIRA, J. C. **A Geografia no dia-a-dia**. 6ª Série. São Paulo: Scipione, 2000.

SILVA, C. H. C. O Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial. **Geografia Ensino & Pesquisa**. Santa Maria, V. 16, n. 02, p. 47-63, mai./ago, 2012. ISSN 2236-4994. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/viewFile/7334/4373>>. Acesso em: 03 jun. 2016.

SILVA, A. C. O Grupo Escolar Esperidião Marques e os seus 100 anos de existência na cidade de Cáceres – Mato Grosso. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Conhecimento Histórico e Diálogo Nacional, 27., 2013, Natal/RN. **Anais...** Natal/RN: ANPUH, 2013, p. 01-09. ISBN 978-85-98711-11-9.

SILVA, M. A. et al. Percurso interpretativo do centro histórico Cáceres/MT, para fins turísticos e de educação patrimonial. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**. São Paulo, 10(3), p. 435-458, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://rbtur.org.br/rbtur/article/viewFile/1053/718>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

SILVEIRA, C.R.F.D.; MARTINS, P.C. S.; VIEIRA, F. S. Turismo Pedagógico em Dourados /MS – Uma atividade educacional. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 5., 2008, Caxias do Sul/RS. **Anais...** Caxias do Sul/RS: UCS, 2008.

SUERTEGARAY, D. M. A. Espaço Geográfico uno e múltiplo. **Revista electrónica de Geografía y ciencias sociales**. Barcelona, n. 93, 15 de julho de 2001.

SWARBROOKE, J.; Horner, S. **O comportamento do consumidor no turismo**. São Paulo: Aleph, 2002.

TARGINO, M. I. M. Processo de elaboração das concepções de patrimônio cultural e das políticas públicas de preservação. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo/RS. **Anais...** São Leopoldo: ANPUH, 2007, CD-ROM.

TAVARES, A. M. **City Tour**. São Paulo: Aleph, 2002. (Coleção ABC do Turismo).

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.31(3), p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://w0ww.scielo.br/pdf/ep/v31n3/a09v31n3.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

TROLL, C. A paisagem geográfica e sua investigação. **Espaço e Cultura**. Rio de Janeiro, n. 04, p. 1-7, jun. 1997.

TUAN, Yi-fu. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

_____. A Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (org.). **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1982.

_____. **Escapismo**: Formas de evasión em El mundo actual. Barcelona: Ediciones Península, 2003.

URRY, J. **O Olhar do Turista**: Lazer e viagens nas sociedades Contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel - SESC, 1996.

VALE, J. M. F. do.; MAGNONI, M. G. M. Ensino de Geografia, desafios e sugestões para a prática educativa escolar. **Ciência Geográfica**. Bauru, v. XVI, p. 102 – 110. Jan./Dez., 2012. ISSN: 1413-7461. Disponível em: <http://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXVI_1/agb_xvi1_versao_internet/AGB_abr2012_12.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2017.

VARGAS, M. S. Educação Patrimonial no Ensino Fundamental: Estudo de Caso de São Miguel das Missões/RS. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA DO MERCOSUL, 2015, Caxias do Sul/RS. **Anais...** Caxias do Sul/RS: UCS, 2015, p. 19 - 23. Disponível em: <http://www.ucs.br/site/midia/arquivos/roda_epistemologia_educacao.pdf>. Acesso em: 19 out. 2016.

VESENTINI, J. W.; VLACH, V. **Geografia Crítica**. O espaço social e o espaço brasileiro. São Paulo: Ática, 2000.

VIEGAS, L. P. **Possibilidades e limites de inserção do assentamento Amaraji na atividade turística do município do Rio Formoso – PE.** 2006. 127f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

VIEIRA, L. L.; OLIVEIRA, I. J. Turismo, Espaço e Paisagem: Uma abordagem geográfica da escolha de destinos turísticos na era digital. In: SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 09., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, 2012, p. 01-15.

VILLALPANDO, E. **O mercado de viagens escolares.** [S.l, s/n.], 2003.

WEARING, S. et al. **Tourist Cultures: Identity, Place and the Traveller.** London: Sage Publications, 2010.

XAVIER, H. **A percepção geográfica do turismo.** São Paulo: Aleph, 2007.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Formulário aplicado aos discentes da EEUF e EEEM.

ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGGEO

FORMULÁRIO

Escola:

Turma:

1. O que o centro histórico de Cáceres, visitado com o roteiro turístico-pedagógico, representa pra você?

2. Visitar o centro histórico de Cáceres, através do roteiro turístico-pedagógico que realizamos, lhe faz valorizar os elementos patrimoniais do centro histórico e respeitar a cidade que você vive?

3. Por quê?

4. Na sua visão, Cáceres tem capacidade e estrutura para ser uma cidade turística?

5. Por quê?

6. Marque V para VERDADEIRO e F para FALSO.

É importante preservar os elementos patrimoniais inseridos no centro histórico de Cáceres.

()V ()F

NÃO devemos valorizar a história de formação da cidade em que vivemos

()V ()F

Visitar o centro histórico de Cáceres, através do roteiro turístico-pedagógico que realizamos, traz informações relacionadas a história de formação da cidade.

()V ()F

APÊNDICE B – Atividade para elaboração do mapa mental.

7. Elabore um mapa mental do Centro Histórico de Cáceres, destacando os elementos visitados durante o roteiro turístico-pedagógico.

APÊNDICE C – Termo de Consentimento da EEUF.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO



TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, Érica Nayara Santana do Nascimento, estou realizando um estudo de dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, sob orientação da Professora Dr. Luciana Pinheiro Viegas, com a finalidade de contribuir para a formação dos discentes da Escola Estadual União e Força, localizada na cidade de Cáceres-MT, através de formulários e atividades, seguindo um roteiro turístico-pedagógico no perímetro do centro histórico da cidade. Desse modo, solicito por meio deste, a autorização à direção da referida escola, para a realização da pesquisa, intitulada por **"TURISMO PEDAGÓGICO COMO PRÁTICA EDUCATIVA: REFLEXÕES A PARTIR DO CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL DE CÁCERES/MT"**.

*Recebido em
10/04/2017*

Lucia Neves da Rocha
Coordenadora Pedagógica/2016
Escola União e Força

Diretor (a)

APÊNDICE D – Termo de Consentimento da EEEM.



ESTADO DE MATO GROSSO
SECRETARIA DE ESTADO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MATO GROSSO
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CÁCERES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGEO



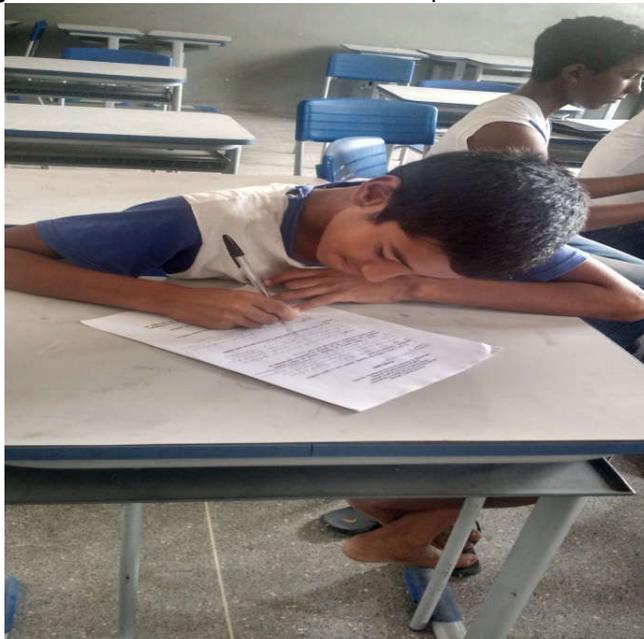
TERMO DE CONSENTIMENTO

Eu, Erica Nayara Santana do Nascimento, estou realizando um estudo de dissertação de Mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT, sob orientação da Professora Dr. Luciana Pinheiro Viegas, com a finalidade de contribuir para a formação dos discentes da Escola Estadual Esperidião Marques, localizada na cidade de Cáceres-MT, através de formulários e atividades, seguindo um roteiro turístico-pedagógico no perímetro do centro histórico da cidade. Desse modo, solicito por meio deste, a autorização à direção da referida escola, para a realização da pesquisa, intitulada por **"TURISMO PEDAGÓGICO COMO PRÁTICA EDUCATIVA: REFLEXÕES A PARTIR DO CENTRO HISTÓRICO-CULTURAL DE CÁCERES/MT"**.


Diretor(a)
Eliane de Alcântara Coelho
Diretora
Port. 001/2014/SEDUC/MT

APÊNDICE E – Atividade desenvolvida com os alunos

Figura 01: Aluno do 7º ano da EEEM respondendo o formulário



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Figura 02: Parada do roteiro turístico-pedagógico com os alunos do 7º ano da EEEM



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Figura 03: Alunos do 7º da EEUF respondendo o formulário



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.

Figura 04: Parada do roteiro turístico-pedagógico com os alunos do 7º ano da EEUF



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017.